

ABRIL

revista de reflexão socialista

MAIO 78

25\$00

4

- — Balanço de uma revolução (Eduardo Lourenço)
- — Inquérito à Esquerda: respondem Francisco Ramos da Costa, Fernando Piteira Santos e José Fernandes Fafe
- — Marxismo, Estado e campos de concentração (José Manuel Sobral)
- — Entrevista com Louis Althusser
- — Nuno Bragança, directamente
- — Ernesto de Sousa propõe imaginar Portugal

SE ISTO FAZ SENTIDO

EDUARDO PRADO COELHO

Perguntam-me se isto faz sentido.

Isto, ABRIL, a revista.

Isto, aqui, em Portugal.

(Em Portugal: antes, não porque estávamos sob o fascismo; agora, também não, porque é preciso a unidade da Esquerda contra a Direita; e contudo, é na medida em que nem antes, nem depois, isto é, nunca, que as consequências se vão desafiando e...)

José Fernandes Fafe diz (no seu depoimento sobre a Esquerda): a Esquerda está em obras.

ABRIL deverá ser o trabalho dessa esquerda em obras.

Alguns poderão pensar que uma ligeira pintura de fachada será bastante.

Outros alegarão que o espectáculo de uma Esquerda em obras expondo-se aos olhares da Direita poderá dar a esta Direita armas e sobrançeria.

Mas uma Esquerda que se limita a conservar memórias de luta e gráficos de raciocínio não poderá deixar a certa altura de se descobrir — no interior de si mesma — conservadora.

Mas uma leitura que apenas formula em eco o eco do que antes dela já sabíamos não pode deixar de ser — mesmo na Esquerda — reaccionária.

Porque um pensamento revolucionário não é aquele que diz na sombra das palavras a luz da revolução; mas é aquele que é revolução em si.

Neste número de ABRIL, o quarto, prossegue o propósito desde o início formulado: a reflexão socialista, num certo distanciamento (não excessivo) em relação ao quotidiano, procurando sobrepor à fragilidade dos discursos do quotidiano (cada vez mais ténues de conteúdo e impacto) **um certo peso da linguagem e do pensamento.**

Assim, Eduardo Lourenço, quando, ao escrever um texto expressamente endereçado a outros destinatários (neste caso leitores franceses de ESPRIT), consegue nesta rotação do curso da mensagem ganhar uma lucidez que poderá ferir

algumas das nossas ilusões (tombadas como andorinhas na lama), mas que permite repensar Portugal hoje para além de um certo imaginário (tradicional) de revolução em que nos havíamos reciprocamente desconhecido.

Assim, Ernesto de Sousa nos propõe um imaginar (também aqui Portugal) estendido como um pensar e uma travessia reformuladora dos vários hábitos de uma cultura analfabeta de imagens (para além daqueles onde no abstracto se embala, erudita de si até à cegueira).

Assim, José Manuel Sobral, que nos convida a olhar de frente uma história que — por ser o cerne da nossa história, a do movimento operário e suas lutas — não podemos ignorar — a não ser que desejemos deixar persistir um recatado silêncio cúmplice de esquecidos discursos de morte. E, contudo, tal silêncio é ainda outra figura dessa morte.

Assim, Louis Althusser, que, conduzindo uma reflexão que vai ao fundo do mais vivo das questões portuguesas, nos vem ajudar a interrogar: que é a tomada do poder pelos trabalhadores?; que é um Partido Comunista?; que é a prática política burguesa?; em que medida a prática política burguesa tem moldado a política dos Partidos Comunistas? em que medida tal política tem sido o molde dos Estados-Partidos que se afirmam "socialistas" (entre aspas, como quer Althusser)? Reflexão difícil, dolorosa talvez, mas imprescindível.

Com ela se cruzam outras (o depoimento admirável de Ramos da Costa, a intervenção de Piteira Santos, a análise política de António Victorino, a escrita de Almeida Faria e Gastão Cruz, a aventura da linguagem de Nunó Bragança).

Se faz sentido?

Esperemos que sim.

Não no sentido de reproduzir um sentido já feito (em ladaínhas).

Mas no sentido de o fazer.

ABRIL

Sumário

- 2 — **Revolução abortada — ou impossível?**
Eduardo Lourenço
- 7 — **Inquérito à Esquerda:** respondem Fernando Piteira Santos, José Fernandes Fafe, e Francisco Ramos da Costa
- 19 — **Marxismo, Estado e campos de concentração**
José Manuel Sobral
- 25 — **Comunismo, Estado e Sociedade de transição**
Louis Althusser entrevistado por Rossana Rossanda
- 33 — **Opções para o futuro da Esquerda em Portugal**
António Victorino
- 38 — **Esconjurar o Estado**
Manuel Maria Carrilho
- 40 — **Nuno Bragança, directamente**
Entrevista por João Lopes e José Camacho Costa
- 44 — **Cortes**
Almeida Faria
- 46 — **Poemas**
Gastão Cruz
- 47 — **Imaginar Portugal**
Ernesto de Sousa

Director — Eduardo Prado Coelho

Propriedade — Associação de Cultura Socialista Fraternidade Operária

Editor — Encontro — Distribuidora Editorial, SCARL.

Sede — Apartado 2860 — Lisboa-2

Composição e montagem — OHGMIUS - Artes Gráficas — R. Santo António dos Capuchos, 15 — Lisboa

Impressão e acabamento — ALTAGRÁFICA — R. José Maria da Costa, 14 — Mafra

Distribuição — Dijornal — Distribuidora de livros e periódicos, Lda.

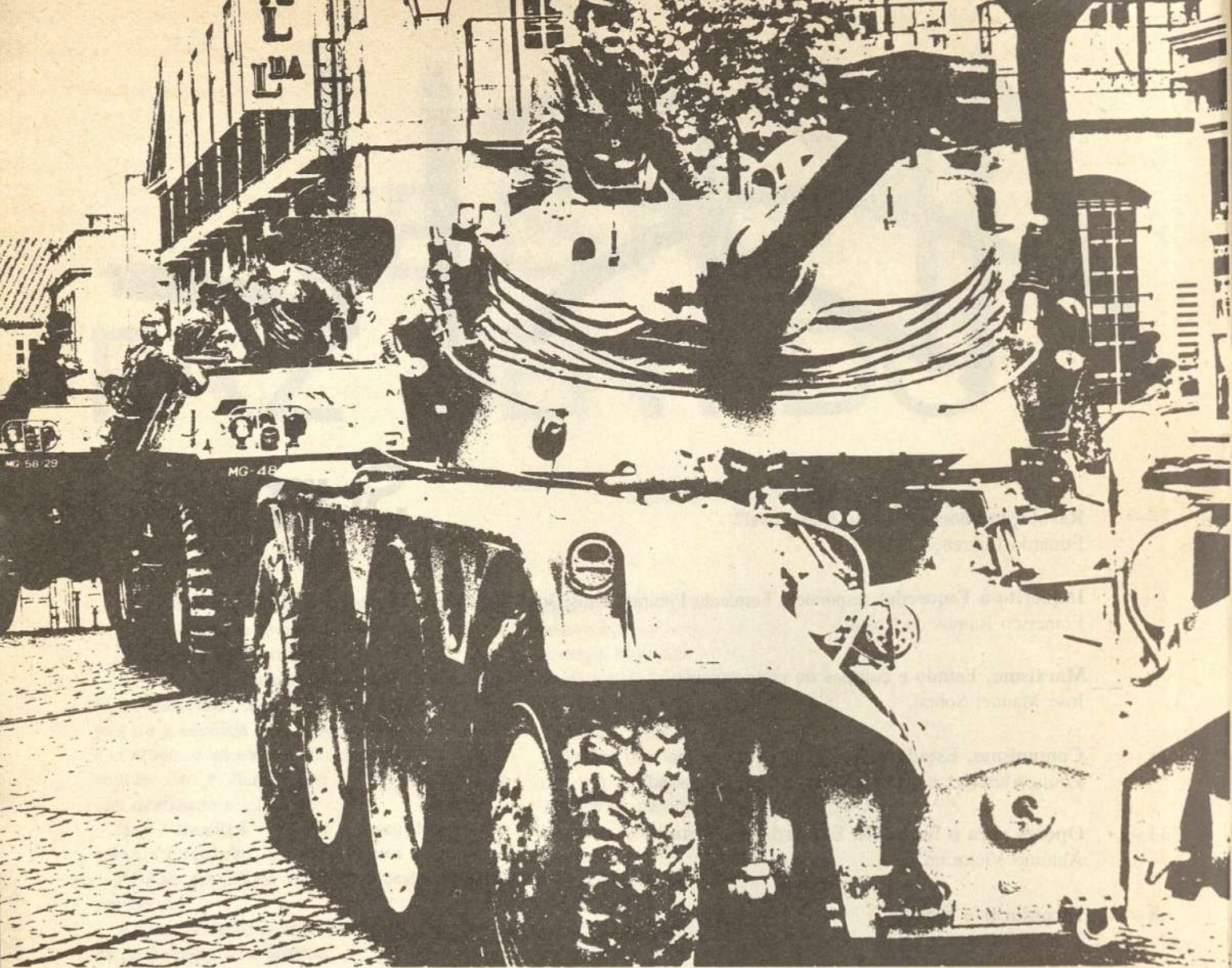
Tiragem — 10000 exemplares

Condições de assinatura

anual — Portugal: 300\$00; Estrangeiro: 500\$00

Publicação mensal

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores



REVOLUÇÃO ABORTADA —OU IMPOSSIVEL?

EDUARDO LOURENÇO

A revista ESPRIT está a organizar um número sobre Portugal — balanço de uma democratização. O texto de Eduardo Lourenço destina-se a esse número. Trata-se, portanto, de um escrito genérico, por vezes retomando análises já muito conhecidas dos leitores portugueses, mas que constitui uma excepcional tentativa de avaliação e síntese de um processo de transformação social que só agora começamos a entrever na sua plena realidade. Publicá-lo em ABRIL é tentar provocar uma discussão serena sobre o sentido dos quatro anos que acabámos de viver — sentido da história onde vamos e sentido do que sentimos.

É uma grande loucura querer ser sábio sozinho.

La Rochefoucauld

Os seus sonhos tombaram na lama como andorinhas feridas.

Flaubert

Actores de uma revolução hoje atolada, oferecemos à Europa um certo número de imagens e de analogias contraditórias. A revolução portuguesa apareceu sucessivamente como exaltante e exemplar pela ausência de excessos sangrentos, suspeita pelos seus objectivos socialistas, e irrisória, se não ininteligível, pelas faltas às promessas ou aos sonhos que toda a esquerda europeia tinha colado à nossa bandeira exótica. Quatro anos após o 25 de Abril, poder-se-á pensar que a nossa revolução foi para o conjunto dessa esquerda uma espécie de espelho de ilusões. Mas há perto de duzentos anos que os fantasmas revolucionários têm a mesma função compensadora e o mesmo papel de ilusão lírica necessária. Os equívocos, as falsas esperanças ou as analogias sem fundamento a que a nossa revolução deu lugar explicam-se, todos eles, por um desconhecimento quase absoluto da verdadeira realidade portuguesa. Desconhecimento, aliás, muito natural, pois apenas difere nalguns graus daquele que o conjunto dos portugueses sentiam em relação à sua própria situação, após meio século de ocultação sistemática, intencional, da realidade nacional e do papel que nos era reservado no contexto do capitalismo ocidental. Há muito que a Europa se tinha afeito à ideia do nosso país pacífico, adormecido à sombra de um fascismo atilado, para verdadeiramente se interessar pelo que aí se passava. Apenas a guerra colonial, e os poderosos interesses por ela mobilizados, expõem Portugal a uma luz mais crua, cuidadosamente filtrada de dentro pelo regime de Salazar. Apesar deste esquecimento, ou por sua causa, a revolução de Abril, rebentando como um trovão sobre uma Europa saciada, torna-se de imediato um objecto de fascinação e uma fonte de devaneios políticos e ideológicos para todo um mundo que ainda na véspera ignorava praticamente a nossa existência. Este despertar estrangeiro, as formas por ele tomadas, não devem ofuscar-nos, pois o nosso, no interior do nosso próprio país, também ele revestiu um aspecto patológico e se traduziu de imediato numa inundação de entusiasmo e de exigências sem comum medida com a nossa verdadeira capacidade de os incarnar na realidade.

A revolução portuguesa teve lugar num país profundamente despolidizado por quarenta anos de regime de partido único de essência fascista. Ao mesmo tempo, esse país estava (sobretudo a partir dos anos 60) ultra-politizado ao nível de uma minoria de militantes de esquerda, clandestinos ou não, de intelectuais conhecidos e de es-

tudantes universitários, para não falar dos sobreviventes dos antigos partidos democráticos. De entre essa minoria, só os comunistas ou os a eles chegados representavam uma camada organizada e politicamente significativa. Desgraçadamente, vivendo em circuito fechado, intoxicada ao mesmo tempo por palavras de ordem simplificadoras como todas o são em período de clandestinidade e pela imagem que o regime fascista lhe fabricava, essa minoria acreditava em excesso que o conjunto do povo português partilhava o seu ódio em relação ao sistema policial e conservador vigente. A triste realidade era bem outra: num país com uma taxa de analfabetismo próxima dos 40%, a população era, na sua imensa maioria, ou indiferente politicamente ou a favor de um sistema que, antes da guerra colonial, sempre soubera sair-se bem das mais perigosas situações, em particular aquando de eleições que não deixavam nenhuma hipótese aos opositores do regime.

Nestas condições, a Revolução de Abril aparece aos olhos do português médio como um "milagre" em que se misturam estupefacção e medo. Só mais tarde se tornou "popular". O seu carácter pacífico, a vontade de acabar de vez com uma guerra colonial de que a opinião pública não conhecia as verdadeiras implicações, tornaram-na, depois de um momento de desconfiança em relação ao que parecia um simples "putsch" militar, finalmente aceitável. O que mais surpreendeu foi a vontade dos jovens vencedores de instaurar, após meio século de eclipse, um verdadeiro sistema democrático. Um exército que não reivindicava a totalidade do Poder, depois de um golpe militar tão bem conseguido, espantou. De facto, esse exército, decepcionado pelo rumo do conflito africano e pelo seu papel de sustentáculo de um regime anti-popular, não fazia já fincapé em desempenhar um papel político de natureza autoritária. Saídas do falso "apolitismo" com que a ditadura de Salazar as tinha gratificado, as Forças Armadas reivindicavam uma espécie de apoliticismo novo, um papel **não-partidário** de força que garantisse o livre jogo democrático, devolvido ao conjunto das organizações políticas recentemente autorizadas. Apesar deste "apartidarismo" de fundo, o programa do M.F.A. de 1974 estava impregnado de uma vontade de **mudança** propriamente **revolucionária**, indo sem equívocos no sentido da supressão das estruturas monopolistas em que assentava o antigo sistema. Abordava o atraso económico e social de Portugal, a disparidade e a injustiça gritantes entre as classes sociais, o estatuto medievo dos trabalhadores rurais, e preconizava uma reforma de fundo das estruturas arcaicas da nossa sociedade.

Este programa, mesmo não sendo de inspiração comunista, trazia a marca de uma certa linguagem marxista e foi, para o P.C.P. primeiramente, mas também para uma fracção das For-

**A REALIDADE
ANTES
DE ABRIL**

AS ESTRATÉGIAS DO PS E DO PC

ças Armadas que tinha desempenhado um papel na sua redacção, um instrumento de alcance revolucionário. A bem dizer, a seguir à Revolução, após o desmoronamento súbito do aparelho fascista, o país esperava antes um regime de inspiração nasserista ou peruana, e alguns sonhavam, se não com Praga, pelo menos com Cuba. Era esquecer dois dados fundamentais: aparte uma fracção activista minoritária, as Forças Armadas não queriam continuar a "fazer política", mas sim **retirar-se** da política, culpada a seus olhos da má reputação de que gozavam antes do 25 de Abril, mas também do desastre da guerra colonial. Por um momento, tentou-se assimilar os vencedores de Caetano a um **exército de libertação**, mas a analogia era grosseira e falaciosa. Era sobretudo de si próprio como força reaccionária que o exército se tinha libertado, ao mesmo tempo que punha fim ao regime de que era o principal pilar. Ex-exército colonizador, era pouco crível que se pudesse tornar, de um dia para o outro e no seu conjunto, um **exército revolucionário**. O povo português — ou uma grande parte dele — sentiu-se **libertado** após o 25 de Abril, mas essa libertação não podia em caso algum ser assimilada aos movimentos libertadores de povos jovens ou de povos que tinham o sentimento de serem colonizados por outros, como o Egipto, Cuba ou o Peru. É certo que, no dealbar da Revolução, se levantou diante da opinião pública um adversário capaz de justificar o impulso revolucionário, mas esse adversário, o **Capitalismo**, não tem um rosto histórico preciso aos olhos de uma população despolitizada. Não teve em Portugal a conjugação objectiva de um **conteúdo patriótico concreto** e do conteúdo ideológico próprio das lutas de classes, características de todos os triunfos **revolucionários**.

Portugal não se sente país ocupado, e, quanto à exploração capitalista, ela não aparece sob o rosto repelente de tal ou tal nação estrangeira, mas como uma actividade da burguesia nacional, segura do seu bom direito e de uma natural boa consciência. Em 1974, como desde então, Lisboa nada tinha que, de longe ou de perto, a predispuesse a desempenhar no Ocidente europeu, para onde se escoam mais de 60% das suas mercadorias, o papel de Havana, e menos ainda o de Praga...

No entanto, durante mais de um ano, a esquerda activa, sozinha, pôde fazer crer a uma Europa apanhada de imprevisto — e mesmo aos Estados Unidos — que uma tal hipótese era viável. No verão de 75, em Londres, o próprio Mário Soares, grande vencedor, com o P.S. português, das eleições de Abril do mesmo ano, declarava ao **Times** que o objectivo do seu combate político não era gerir, mas sim **acabar de vez com o capitalismo** em Portugal. É certo que anteriormente se tinha produzido o 11 de Março e, com ele, o único e autêntico abalo revolucionário: nacionalização integral da Banca,

estatização dos grandes grupos industriais do país, desmantelamento das propriedades de tipo feudal no Alentejo, etc. Não tendo ainda o exército consigo, o secretário-geral do Partido Socialista dificilmente poderia então usar outra linguagem. Aliás, nesse momento, Portugal dispõe ainda de consideráveis reservas em ouro para ostentar face ao estrangeiro um semblante de independência. Mas, à data em que Mário Soares fingia assim "aterrorizar" a Europa bem-pensante, o processo revolucionário encetava precisamente a sua involução.

Sem dúvida que o comportamento global do P.C.P. tem uma pesada responsabilidade no gozar de uma experiência revolucionária... que não poderia aliás conceber-se sem ele, e menos ainda contra ele, dada a fraqueza estrutural de um partido socialista de fresca data. As medidas revolucionárias que se sucedem ao 11 de Março recebem a sua caução e trazem a marca da sua inspiração, ou de pessoas então muito próximas dos seus objectivos globais. O P.S. nada mais pôde fazer do que ratificar, e por vezes reforçar, uma ruptura cuja iniciativa pertenceu ao P.C.P. e aos elementos mais revolucionários (até à utopia) das Forças Armadas. Sem essa "adesão" forçada, o P.S. teria sido excluído do processo político português após o 11 de Março, teria precipitado um confronto cujo resultado era então incerto. Salgado Zenha, o grande tático do P.S. nesse momento, permitiu assim que o seu partido permanecesse no interior do processo revolucionário e esperasse das eleições de Abril de 75 a oportunidade de se desferrar. Tornando, depois dessas eleições, que o P.C.P. e certos militares fizeram mal em querer minimizar, o primeiro partido de Portugal, o P.S. transforma-se rapidamente no partido da "resistência" crescente ao governo Vasco Gonçalves, apoiado pelos comunistas e pela maior parte das formações de extrema-esquerda. Durante o verão quente de 75, o P.S. soube aproveitar todas as inabilidades e todas as contradições da esquerda portuguesa, empenhada num movimento desenfreado de controlo dos meios de informação e dos centros de poder destinado a anular a vontade popular expressa pelo voto de Abril de 75.

Surpreendido pelo 11 de Março, mas reconfortado com os sucessos obtidos frente aos eleitores, o conjunto das forças conservadoras reagrupa-se em torno do P.S., mas também em torno de boa parte dos militares do 25 de Abril, indignados com os processos anti-democráticos da vanguarda revolucionária. O P.C.P. avaliou mal os pesos sociológicos específicos da realidade portuguesa, sobretudo a do Norte do país, de forte tradição católica e de pequena e média propriedade. Por detrás da sua atitude, como por detrás da atitude da maior parte das formações de extrema-esquerda, topamos uma vez mais com esquemas, tornados míticos, de tomada revolucionária do poder, que se têm revelado



inadequados. Em particular, a "suvietização" (a criação de comités de soldados intitulados "suvs") dos quartéis, levada a cabo por grupos de extrema-esquerda, será fatal ao processo revolucionário. As grandes figuras militares do 25 de Abril (à excepção de Otelo Saraiva de Carvalho e de certos oficiais da sua órbita) desligam-se publicamente do movimento de desagregação interna das Forças Armadas. É para o P.S. o momento de jogar a fundo a cartada **democrática**, de se aliar ao influente grupo dos 9, cuja figura de proa é Melo Antunes, criando assim, mau grado uma certa desconfiança desses militares em relação ao P.S., as condições que provocam a queda de Vasco Gonçalves.

A revolução portuguesa conheceu tais reviravoltas, evoluiu tão depressa e, aparentemente, numa tal improvisação, se não desordem, que não é fácil determinar com um mínimo de equidade as responsabilidades da falência do que tinha sido para inumeráveis portugueses, e também para muitos estrangeiros, **uma revolução quase exemplar**. Se os erros de avaliação do P.C.P. são inegáveis (foram, em parte, reconhe-

Os trabalhos de Alexandre", de René Magritte
 cidos mais tarde pelo seu secretário-geral), a
 contínua inflexão do projecto inicial do P.S.
 num sentido cada vez mais conservador, a sua
 luta anti-comunista implacável e sem gradações
 fazendo eco a meio século de propaganda aná-
 loga por parte do antigo regime, não desem-
 nharam um papel menor na deterioração das
 perspectivas socialistas inscritas, a preto no
 branco, no texto de uma Constituição que é obra
 comum dos dois partidos de esquerda de Por-
 tugal. É conhecida a fórmula: "são os Álvaro
 Cunhal que fazem os Mário Soares". Fórmula
 sedutora, mas muito sumária. A realidade do
 confronto entre os socialistas e os comunistas
 portugueses não se liga a uma questão de tem-
 peramentos ou de pessoas. Os franceses estão bem
 situados para saberem que as relações históricas
 entre a corrente socialista e a corrente comunista
 nunca foram simples, nem talvez venham nunca
 a sê-lo. Por certo que, em 1974, num país saído
 da longa opressão de uma burguesia particular-
 mente odiosa precisamente devido à sua fra-
 queza e à sua dependência em relação ao capi-
 talismo dinâmico, era uma tentativa, para um

A CRISE MILITAR E A CARTADA DEMOCRÁTICA

**SE O SOCIALISMO
NÃO VIER DA
EUROPA, NÃO
VIRÁ DE LADO
NENHUM**

partido estruturado e beneficiando do apoio interno das forças armadas, saltar por cima da clássica fase democrática e parlamentar. A contra-corrente de todos os outros partidos europeus, o P.C.P. acreditou nessa possibilidade, e lançou-se num combate que não ganhou e que não poderia razoavelmente ter ganho. Por seu lado, o P.S., resistindo a essa tentativa, preservava as hipóteses de uma passagem **democrática** ao socialismo, tal como a Constituição o invoca e o 11 de Março o tinha já inscrito, pelo menos em parte, nos factos. Infelizmente, a herança do 11 de Março e a sua conservação vão ceder cada vez mais o passo à defesa exclusiva da ordem **democrática**, deixando na sombra a vocação **socialista** em nome da qual, no verão de 75, o P.S. tinha feito frente ao P.C.P.

Todo o drama da revolução portuguesa está contido neste apagamento progressivo do projecto socialista face à necessidade de salvaguardar a ordem democrática no sentido burguês do termo. Mas, por sua vez, esse apagamento estava, de certo modo, de antemão, — mesmo que não fosse fatal — na natureza e na estrutura profunda do P.S. português. Quase inexistente ao princípio da Revolução, nascido sob a égide do S.P.D. alemão, com a sua fragilidade orgânica, a sua inferioridade militante, o estatuto social do seu eleitorado, o P.S. não podia compensar todos estes “handicaps” senão situando-se como campeão da **democracia** face a um P.C.P. para quem nem a palavra nem a coisa suscitam um mínimo de convicção. Noutro contexto, o P.S. teria assumido sem complexos a sua verdadeira realidade de partido **social-democrata**, opinião defendida por muitos dos seus militantes. Mas a **aceleração do movimento revolucionário** português obrigou todos os partidos a uma “esquerdição” geral. Só um **partido socialista** se poderia aguentar frente a um partido como o P.C. português depois de Abril de 1974. Obrigado a assegurar a herança do 11 de Março, — que não foi da sua responsabilidade — o P.S., tomado partido de poder, vai tentar reduzir, tanto quanto pode, o seu **alcance revolucionário**, ou muito simplesmente os seus aspectos verdadeiramente **socialistas**, ao mesmo tempo que o país se torna cada vez mais dependente das grandes fontes financeiras do Ocidente. Tudo concorre pois para uma inevitável inflexão à direita. Fazendo da sua impotência a arma do seu poder, jogando com as contradições internas dos outros partidos, o P.S. pôde governar durante ano e meio, cedendo sem cessar terreno frente ao C.D.S. e ao P.S.D. à sua direita, e de quando em quando fazendo algumas concessões de forma ao P.C.P., para não se tornar de todo prisioneiro dos seus outros adversários. Este movimento de báscula saldouse pela queda do primeiro governo socialista minoritário e por uma crise que só pôde ser resolvida pela aliança com o partido mais conservador do actual tabuleiro nacional. Teria podido ser de outra maneira?

Apresentada por Mário Soares como análoga

do “compromisso histórico” à italiana, a actual aliança entre o P.S. e o C.D.S. situa-se, à evidência, no oposto de um tal compromisso. **Marca o fim objectivo da Revolução.** Mário Soares confessou-o aliás claramente ao anunciar, no dia da apresentação do seu segundo governo, que **era preciso deixar o socialismo na gaveta.** De facto, ele nunca tinha chegado a sair das gavetas do partido social-democrata que entre nós tomou o nome de Partido Socialista. Mas se é fácil para Mário Soares guardar outra vez na gaveta um socialismo em que nunca acreditou seriamente, já é mais difícil esconder nela a **herança do 11 de Março** sem cair nos braços da contra-revolução. A direita portuguesa, de dia para dia mais poderosa, não perdeu as esperanças de fazer voltar Portugal ao 24 de Abril de 1974. Não é ainda o caso. Portugal encontra-se submetido à lei de ferro do capitalismo ocidental, dependente da sua boa vontade em matéria de créditos e, portanto, em muito má posição. Mas, até ao momento, os banqueiros ainda não recuperaram os seus bancos, nem todos os senhores do Alentejo os seus latifúndios. Por quanto tempo? Sem conhecer ainda um fracasso absoluto, a revolução portuguesa acha-se confrontada com um futuro temível. Os socialistas portugueses parecem assumir neste momento a figura de “coveiros” da esperança socialista nascida com o 25 de Abril, confirmada pelo 11 de Março. Mas a História encontrará para eles, sem dúvida, circunstâncias atenuantes. Em 1974, na Europa, no seu extremo ocidente, no fundo mais perto dos Estados Unidos do que da Espanha, sua vizinha, Portugal dificilmente podia tentar o que era ainda — e continua a ser — um projecto **novos**: conciliar a **democracia** com o **socialismo**. O nosso fracasso — relativo ou absoluto — talvez estivesse inscrito na natureza das coisas, isto é, na nossa história de país pobre, pequeno, ligado por todas as fibras ao sistema económico ocidental. A nossa revolução abortada ou pelo menos adiada, talvez fosse simplesmente **impossível**.

Éramos o elo fraco da Europa, e uma brecha revolucionária pôde produzir-se, com efeito limitados, numa das suas mais velhas nações. Mas o **socialismo** à europeia não virá “a contra-corrente”, como tem sido o caso por toda a parte até agora. Só pode vir da Europa, onde nasceram as suas teorias, onde tiveram lugar as suas verdadeiras lutas, de uma Europa que, de facto, é já quase socialista na sua realidade quotidiana... E se não vier dessa Europa, não virá de lado nenhum. A experiência portuguesa aí está para nos mostrar os limites do “socialismo do pobre”. Esperemos o veredicto do “socialismo do rico”, o único que pode dissolver positivamente o espectro de um capitalismo que, cem anos depois de Marx, continua a assediar o mundo. ■

Vence, 11 de Março de 1978.
(texto traduzido por A.G.)

Que significa “ser de Esquerda”? Se o sentido duma palavra é o conjunto dos seus usos — qual o significado dos usos da palavra “Esquerda”? E ainda: donde vem aquilo a que chamamos “Esquerda”? De que passado, de que erros, de que ilusões, de que conquistas? Para onde vai? Haverá uma “velha” e uma “nova Esquerda”? Quais as relações entre os grandes problemas da “Esquerda” contemporânea e a situação da “Esquerda” em Portugal? Onde se poderá considerar que começa e acaba a “Esquerda” portuguesa?

Concluimos o inquérito iniciado desde o primeiro número. Respondem desta vez Fernando Piteira Santos, homem político, historiador, director-adjunto do **Diário de Lisboa**, José Fernandes Fafe, poeta, ensaísta e actualmente Embaixador de Portugal no México, e Francisco Ramos da Costa, Embaixador de Portugal na Dinamarca.



“Transeuntes”, de Mário Chichorro

INQUÉRITO À ESQUERDA

no trabalho criador, as forças do Trabalho e da Cultura.

Aqui o problema da **posição de esquerda** tem o seu "momento de verdade": nem proletarização em palavras, nem actos que traduzam (ou traiam) um vanguardismo. A **esquerda** não é (ou não é só) **uma inteligência**, é uma **posição** (inteligente e actuante).

O modo de **fazer história** que caracteriza a **posição de esquerda**, porque anti-dogmático, alia um certo pragmatismo com o sal do sonho

utópico. A **esquerda** garantindo essa presença da utopia no movimento real, perspectivando no horizonte da **prática política** o objectivo programático (ou, se quiserem, o sonho utópico) será a **posição** de crítica, de rigor, de radicalização, que evitará a corrupção (embora pragmática) de projecto político.

A **posição de esquerda**, portanto, é, simultaneamente: uma posição de defesa do projecto socialista, uma posição de crítica radical, uma posição de combate pelo socialismo. ■

JOSÉ FERNANDES FAFE

1. Que significa hoje «ser de Esquerda»?

Estar **em obras** (mas continuando aberto).

Sempre a esquerda se está modificando, sempre que tudo se está modificando. Mas desta vez trata-se de **grandes obras**.

Vai ser **outra** esquerda? Outra mas assente nos mesmos fundamentos: o **desejo de corrigir o real**. Este o diamante (líquido, porque a ternura é líquida como nos revelou Brandão) sobre que a esquerda sempre se edifica.

Claro que há que relativizar. A direita também deseja corrigir o real — quando se trata de prevenir correcções mais fundas, ou para introduzir mais ordem (sua) na ordem do real. Mas a esquerda quer **outro** real. O seu desejo é de índole estratégica, o da **direta táctica**.

Mais. As ideias de esquerda podem passar para a direita, e vice-versa. É que o tempo não pára, as ideias põem-se em prática, causam efeitos — os esperados e os **perversos**... Hoje a esquerda recupera certos valores das sociedades pré-industriais, como Maurras e os seus anexaram o nacionalismo que era um valor jacobino... Philippe Ariès chamou recentemente a atenção para este ponto, levando o seu interlocutor a perguntar-lhe: Se a esquerda e a direita passam o tempo a trocar de conteúdo, o que é que lhes assegura a permanência?

O historiador respondeu: «Os que se reclamam delas». Os indivíduos, os grupos, suporte do antagonismo esquerda-direita, seja qual for o conteúdo ideológico respectivo.

Mas a resposta não me parece que satisfaça, pois sugere uma nova pergunta: E o que explica a permanência destes suportes?

Por mim repetiria: o desejo de correcção do real, e o da manutenção da ordem. O homem de esquerda quer fundamentalmente transformar o Mundo. O de direita manter a ordem.

No esquema democrático que é o meu, a esquerda esquerdiza a direita arrastando-a, com a transformação do mundo, cada vez mais para a esquerda. A esquerda teria assim, da própria

força das coisas, a iniciativa estratégica. Mas sofre a resistência da direita, **direitiza-se**, ao cuidar de não destruir a ordem social, mas de ir modificando-a. A esquerda é estrategicamente revolucionária, mas taticamente, se não quer perder certos valores, certas «conquistas», tem de ser reformista.

2. Onde vem a esquerda?

Do princípio do mundo. Vi outro dia um autor remontar aos profetas as origens do comunismo. Eu direi que é de **esquerda** o momento, ou o processo, em que a norma (e a linguagem, sua condição) inaugurou a cultura. Porque, ao instituir-se a instituição, se corrigiu a natura. E a esquerda é, fundamentalmente como já vimos, desejo de corrigir o real.

3. De que passado, de que erros, de que ilusões, de que conquistas?

O passado da esquerda é pois o da espécie humana. Pelo menos.

De que erros vem? De todos os erros, os seus e os da direita. Alguns podiam ter-se evitado? Talvez... Mas eu não creio que se possa fazer a prova conclusiva, nem da liberdade nem do determinismo.

Considerando a hipótese de liberdade, que é a que nós vivemos: alguns se tinham de praticar. Não há acção sem erros. Mesmo a guiada pela «ciência» (ou sobretudo essa?). Lenine advogou, é certo, que a insurreição de Outubro tinha de ser desencadeada, para obter êxito, naquele dia, naquela hora, naquele minuto... Mas tal excesso persuasivo raia a **boutade**. Havia no sério Lenine um humor sério (que é, aliás, o grande humor).

Trotsky, esse, pôs o problema da insurreição em termos de **esperança matemática**: «As nossas probabilidades eram mínimas, mas o que estava em jogo era o máximo, portanto, devíamos jogar...» E o dito Lenine, quando a

O DESEJO DE CORRIGIR O REAL: A ESQUERDA QUER OUTRO REAL

FERNANDO PITEIRA SANTOS



A ESQUERDA
É UMA POSIÇÃO
UM MODO DE
FAZER HISTÓRIA

Eu diria que **esquerda** é uma posição. Uma **posição**, e não o rótulo que inculca um conteúdo político (e/ou sócio-económico) definido, e, portanto, com rigor, aprioristicamente identificável. A palavra, por si, não é significativa. E, como todas as **posições** (e/ou "tomadas de posição"), a **esquerda** define-se por um sistema de relações, ou seja: **relativamente a**. No combate ideológico, na prática política, no tempo histórico.

Seria profundamente errado partir do dispositivo parlamentar para situar a **esquerda**. Houve esquerda na Grécia e em Roma. E no seio dos "partidos", inclusivamente dos "partidos comunistas", tem havido (e haverá) **direita** e **esquerda**.

Ser **da esquerda**, ser **a esquerda**, caracteriza uma **prática política**, um empenhamento radical (e/ou radicalizador). E se dermos à palavra radical o seu legítimo sentido de descida à raiz das coisas, de consideração dos eventos ou cursos a partir da raiz, ser **da esquerda**, ser **a esquerda**, apresenta-se-nos como uma posição de critério e de rigor. A **esquerda** é um certo modo de **fazer história**.

E como **fazer história** não é o mesmo do que procurar deter o curso histórico, do que recuperar formas de dominação socialmente e historicamente esgotadas, ou do que procurar reconstituir o "passado", hoje, aqui, a esquerda é a posição de partida para o socialismo. Será no empenho de caminhar para o socialismo que a **esquerda** em Portugal, depois de 25 de Abril de 1974, se encontrará e se definirá como confluência ideológica, enquanto se não concretizar como convergência militante e se não identificar num projecto político.

A **posição de esquerda** não é estática (nem um "direito adquirido"), sucessivamente se redefinirá: primeiro, em relação às forças exteriores, que na fase de transição se opõem ao caminhar para o socialismo; depois, em relação às forças que no próprio seio do movimento socialista (considerado em sentido lato) contrariam ou retardam a marcha. Ao longo da jornada não terão paz os **homens de esquerda**. Nem o reconfortante repouso das verdades adquiridas, nem a beata facilidade de traçar entre desvios

(de **direita** e de **esquerda**) a solução intermédia (ou/o intermédio compromisso).

Só será de **esquerda** a posição radical (a que considera os problemas de raiz e vai à raiz dos problemas). A **esquerda** pressupõe o diálogo, recorre à mediação, aceita o compromisso (em condições conjunturais concretas e como "momento" no curso histórico), mas não se diminui na transigência, nem se degrada nas concessões no plano dos princípios. O que não obriga, sublinhe-se, a um programa comum, mas exige um comum projecto de transformação radical da sociedade. A escolha de uma meta.

A "fase de transição" não poderá ser uma "fase de estagnação", uma hesitação, uma paragem, um intervalo. (Na realidade, uma oportunidade de recuperação para as forças que se obstinam a entrar no curso histórico).

E porque se determina relativamente à **posição de direita**, a **posição de esquerda** é uma figura da contradição política entre o "passado" e o "futuro", entre o "velho" e o "novo", que se não poderá limitar a uma atitude ou uma intenção. Tem os seus perigos (ao que supomos) proclamar que a **esquerda** "tem pelo seu lado a maioria do povo português, porque se confunde com ele, com os seus próprios interesses" (António Lopes Cardoso, in **Opção**). No momento histórico da passagem ao socialismo (curso longo e contraditório de transformações sócio-económicas, culturais, psicológicas, e não apenas de decisões políticas), todo o capitalismo (sem esquecermos o médio e o pequeno) constitui obstaculização (potencial e só relativamente neutralizável) ao processo de transformação, à transição. Na prática política e na produção ideológica, as omissões socialistas criam espaço capitalista, reforçam a **posição de direita** e garantem audiência ao reformismo (social-democrata, mas não só) que a exprime e prolonga.

Não se leia nas palavras acima uma refutação do "sistema de alianças" (políticas, de classe e/ou interclassistas) ou do "possibilismo pluralista". A **esquerda** não é um **esquerdismo**. O exagero voluntarista, ou a rigidez dogmática, são modos diferentes de impedir que a história **naturalmente** se faça. O exagero voluntarista, a frase romântica, não são posições de trabalho, são compensações que ocultam frustrações, veemências que escondem faltas de confiança, pressas incontroladas, ansiedades subjectivas. A "ansiedade" — como disse o velho Engels — não é um argumento teórico. Nem a **esquerda** poderá apresentar-se como **uma consciência** que paira acima do **movimento popular (e proletário) real**. A **esquerda** não poderá fazer a figura de uma inteligência exterior ao movimento real da classe trabalhadora. Não se trata de aliar a classe operária e a inteligência pequeno-burguesa, mesmo quando esses pequeno-burgueses vivem uma realidade proletária, ou semi-proletária, porque do seu trabalho subsistem, porque, socialmente, são trabalhadores. Trata-se de fundir no movimento real, na intervenção militante,

insurreição ultrapassou de um dia o tempo de vida da Comuna de Paris, dançou na neve. Se a acção política fosse científica, a previsão seria dedutível e ele teria imperturbavelmente escrito no quadro negro: **Quod Erat Demonstrandum**. Ou pelo menos, comentando serenamente: cumpriu-se o cálculo das probabilidades des.

De resto penso que se não deve esperar demasiado da «memória histórica». Aprender-se-á muito com a experiência dos outros? Se até com a nossa... «O homem, o único animal capaz de tropeçar duas vezes na mesma pedra».

Quanto às ilusões — a ilusão é consubstancial à esquerda. O cínico, o desabusado, pertencem à direita.

Há na esquerda uma ingenuidade infantil — que a faz esquerda. Lembra-se do fim de **Condition Humaine**, a justificação do velho Gisors da sua recusa de fugir e de salvar a vida: «Quando um homem já não tem em si nada de criança, só serve para morrer.» Há na esquerda uma criança, uma ingenuidade de artista, que lhe dá o seu encanto. Só que, criança e ingenuidade sim — **ma non troppo**...

As **conquistas** da esquerda? Dizer **conquista** é dizer **perda**. Aí está a Ecologia a lembrar-nos-lo. A conquista da Natureza leva, correlatamente, à perda da Natureza...

Aliás **conquistas** soa-me a que traz implícita a ideia de progresso, que é uma ideia oitocentista a abandonar de vez. Duma perspectiva — sem dúvida que vemos progressos, na democracia política, mesmo na democracia económica, nas ciências, nas técnicas, nas tecnologias... Mas se compararmos Frederico III com Hitler, Pedro o Grande com Staline, Salazar com Pombal, mostra-se-nos que houve **regressos**. À ideia de progresso prefiro a ideia de **equilíbrio**, que espero seja uma categoria mais fecunda. O equilíbrio entre a liberdade e a igualdade constitui o horizonte da investigação que a nossa época nos impõe.

4. Para onde vai a esquerda?

Para onde for a História. O desejo de corrigir o real tomará formas diferentes das de hoje, mas por mais diferentes que sejam essas formas será sempre o desejo de transformar o Mundo. Trata-se de uma segregação das estruturas do humano. Trata-se do humano no que ele tem de essencial. Aqui elucidará mais a Psicanálise do que a Política.

5. Haverá uma crise na Esquerda?

É evidente que sim. Assiste-se a um abandono do leninismo, em vista dos seus resultados e, também, do **magister dixit** de Marx.

A esquerda começa a ler Marx como a qualquer outro pensador, como se lê Kant ou Platão, criticamente, e não como se se tratasse de



sagrados textos. Apenas com a diferença de que a problemática de Marx é ainda a nossa problemática, e a da maioria dos outros pensadores já não é.

Ora isto provoca grandes remodelações na esquerda — a crise por que passamos, a passagem a uma nova, ou a novas esquerdas. Mas a base das remodelações terá provavelmente ainda de ser Marx, porque não contamos, por agora, com outra teoria integradora. O ecletismo pode constituir um momento teórico de um processo, mas a razão, unificadora, não permitirá que esse momento se alargue por muito tempo.

6. Haverá uma velha Esquerda e uma nova Esquerda?

Não há uma velha Esquerda, há velhas esquerdas (comunista, social-democrata, trotskista...).

Novas esquerdas — sobretudo em Portugal — não me parece que em rigor as haja. Há-as a haver.

7. Quais as relações entre os grandes problemas da Esquerda contemporânea e a situação da Esquerda em Portugal?

Os grandes problemas da esquerda contemporânea (desleninização, envelhecimento e re-

IDEIA DE EQUI —
LÍBRIO EM VEZ
DE PROGRESSO



“Receita desesperada para ser feliz”, de Mário Chichorro

novação da social-democracia, impasses do leninismo, inadequação do leninismo, a esquerda desarmada em algumas zonas do mundo por carência de um modelo de desenvolvimento apropriado a essas zonas...) e a situação da esquerda portuguesa (na defensiva) estabelecem uma relação com trânsito nos dois sentidos. Os acontecimentos mundiais (sobretudo os europeus) terão necessariamente influência entre nós, mostrando-nos como a esquerda portuguesa é velha ou, no caso do fracasso dos Compromissos Históricos, Programas Comuns, etc., pelo contrário, reforçando-a.

Para o mundo nós transmitimos sobretudo o exemplo, negativo, da Revolução Portuguesa, de como a esquerda não deve fazer, se quer ter futuro político e não apenas a purgação de um psicodrama...

Mas depois daqueles quarenta e tal anos (de atraso, de falta de prática, de mediocridade contaminadora, mistificadores...), às vezes tenho dúvidas se poderia ter sido melhor.

8. Onde se poderá considerar que começa e acaba a esquerda portuguesa?

Pede-se-me um mapa da esquerda portuguesa. Desenhemo-lo então, segundo o recorte político-partidário, e da esquerda para a direita: as chamadas organizações à esquerda do Partido

Comunista, o Partido Comunista, o Partido Socialista, o MSD... E depois **bolsas**: os efectivamente sociais-democratas que há no PSD, e no CDS a corrente de esquerda que sempre cruza as democracias cristãs.

Mas um mapa tem o inconveniente de ser uma coisa estática... A clivagem esquerda-direita passa, maoistamente, pelo interior de todos os partidos, quer da esquerda quer da direita. Dentro deles se desenrola sempre, de uma forma ou de outra, a velha oposição do Grande Inquisidor a Jesus. Jesus é de esquerda, o desejo de corrigir o real. O Grande Inquisidor a direita, a Ordem. Mas pensemos que o episódio é em Dostoiévsky de conclusão ambígua.

E neste momento, para que serve uma mapa da esquerda portuguesa? Neste momento há uma esquerda que está no Governo, e outra que está na Oposição. Os seus deveres são diferentes (os de um Governo e os de uma Oposição) mas confluem num idêntico: manter a democracia, respeitar a Constituição.

Servirá o mapa para o futuro? Só há verdadeiro futuro para a esquerda se as suas forças tiverem por denominador comum o «socialismo democrático», que constitui a única base estratégica de uma plataforma de esquerda. E para ver como vão os trabalhos, nesse caso, precisa-se é de um microscópio para observar a agitação evolutiva da vida interna dos partidos. ■

ESQUERDA: COMO É? DONDE VEM? PARA ONDE VAI?

FRANCISCO

A PAIXÃO SOCIALISTA

Conheci Ramos da Costa na Jugoslávia, onde ele era então embaixador de Portugal. Assim: entra-se num gabinete (quarto de hotel em Belgrado, uma janela aberta sobre o rio) e vê-se sobre a mesa de trabalho um livro de Castoriadis. Assim: descobrir o socialismo autogestionário jugoslavo conduzidos pelo mais entusiasta e lúcido dos guias, empolgado por uma enorme esperança de encontrar nos factos uma libertação do homem total e ilimitada. Assim: percorrer um Museu de Arte Moderna ouvindo Ramos da Costa deixar contagiar-se por todo esse emaranhado de formas, cores e traços onde alguns homens inventam o possível do mundo de outros homens. Nenhum embaixador era assim (todos deveriam ser assim). Por isso a recordação de Ramos da Costa marcou-me até hoje: uma alegria de estar vivo, de sentir coisas e pessoas, de inventar países, de evocar lutas fraternais, de omunicar a esperança. Ramos da Costa, direi, a paixão socialista: incontrolável, mas lúcida; ingénua, mas exigente; insensata, mas evidente. Até hoje.

Ramos da Costa participou na experiência de toda a esquerda portuguesa. Empregou-se aos 11 na indústria hoteleira. Aos 15 anos entrou para o Sindicato anarco-sindicalista da indústria hoteleira. Pouco a pouco, foi-se aproximando do Partido Comunista. Em 1934, foi preso pela primeira vez pela polícia fascista (já então era membro da comissão central de organização do PCP). Outras prisões se seguiram. Em 1950, abandona o Partido Comunista por motivos que o seu texto torna claros. Participa na fundação de **Resistência Republicana e Socialista, FPLN, Acção Socialista**. É um dos fundadores do **Partido Socialista**, a que pertence. Depois do 25 de Abril, esteve como embaixador na Jugoslávia e actualmente na Dinamarca. Consi-

dera-se um militante político que nunca se transformou em profissional da política. Porque a democracia deverá ser (diz, citando Julliard) "a arte de nos livrarmos dos homens indispensáveis".

A sua extraordinária experiência de resistente anti-fascista e a sua irradiante paixão socialista, a par de um conhecimento muito concreto do socialismo autogestionário e da realidade social-democrata, dão a Ramos da Costa condições excepcionais para falar em termos claros e convincentes para toda a esquerda portuguesa. Ele prepara actualmente um estudo sobre a autogestão (baseado nos elementos recolhidos na Jugoslávia), conceito que procura alargar no sentido de algo que designa de **equigestão**. Ao defrontar-se com toda a problemática da esquerda contemporânea, Ramos da Costa assinala uma das suas preocupações fundamentais: a necessidade de estabelecer uma **ponte** entre a experiência da esquerda tradicional social-democrata/comunista e a nova esquerda autogestionária. A necessidade dessa ponte marca também o projecto da revista ABRIL (com o que por vezes possa parecer desajustamento, heterogeneidade). Ponte, porquê? Para que se não perca a herança de um século de luta das classes trabalhadoras, herança preciosa, como Ramos da Costa sabe muito melhor do que qualquer de nós, e para que dessa articulação resultem forças capazes de se oporem à perigosa conjuntura geopolítica resultante da crise estrutural do capitalismo e do comunismo totalitário. E outra **ponte** a construir no socialismo é a que vier anular a distância entre sociedade civil e sociedade política, entre administração pública e profissionalismo político (cf. entrevista de Louis Althusser).

E. P. C.

RANOS DA COSTA

Donde vem a esquerda em geral e a portuguesa em especial?

I. Para nos cingirmos aos problemas do socialismo de hoje e de amanhã e não perdermos o espaço de que dispomos para as considerações que nos pedem sobre o que é ser de esquerda em 1978, não nos alongaremos sobre o trânsito histórico do socialismo até à eclosão da primeira guerra mundial, que abriu o processo de crise crónica do capitalismo, e tomaremos como referência a diacronia da ideia e praxis socialistas as seguintes datas:

- a) 1915-1917 (Zimmerwald-revolução russa);
- b) 1947-1948 — guerra fria entre as Democracias e a URSS. Revolução chinesa. Ruptura de Tito com Staline e lançamento da ideia do socialismo autogestionário;
- c) 1968-1969 movimentos políticos de transformação de estruturas sociais em profundidade, tendo por pontos fulcrais: Paris, Praga, Itália, Berkeley e outros **campus** de universidades americanas.

a) Em Setembro de 1915, numa pequena aldeia do cantão de Berne, teve lugar um acontecimento político de enorme importância para a Humanidade, quando a Social-Democracia, que até aí se mantivera unida politicamente nos partidos e sindicatos, embora com polémicas ideológicas permanentes no seu seio, abre uma cisão histórica: dum lado, a maioria kautskiana oficialmente comprometida com a grande guerra; do outro lado, a chamada "esquerda zimmerwaldiana" liderada por Lenine, que faz um apelo à classe operária para transformar a guerra imperialista em guerra civil e revolucionária: HIC ET NUNC foi lavrada o auto de nascimento dos partidos comunistas, grandes beneficiadores da cisão social-democrata, podendo considerar-se a conferência do socialismo internacionalista de Zimmerwald e depois a de Kienthal em 1916, também outra aldeia suíça como a génese política da revolução russa.

Dois factores vão ter decisiva importância na expansão do comunismo.

O primeiro, provém do facto dos partidos comunistas se terem desquitado da hipoteca que

pesava sobre a Social-democracia, em virtude do seu engajamento na guerra imperialista, apoiando os Governos beligerantes e chamado à classe operária a bater-se nos **campus** da batalha defendendo nos dois lados interesses capitalistas. Com argumentos patrióticos em evidente contradição com o internacionalismo proletário, elemento fundamental da teoria e ideologia socialista.

O segundo, resulta do êxito da revolução russa e da guerra civil contra os inimigos do interior do povo soviético e contra os exércitos interventores imperialistas que, esquecendo os interesses capitalistas opostos que os levaram a afrontar-se nos campos de batalha durante quatro anos, se unem para esmagar IN HERBIS a primeira revolução socialista vitoriosa.

Estes dois eventos vão concorrer para a expansão do comunismo, ao mesmo que radicalizam o primeiro modelo duma sociedade socialista da História, com uma ditadura implacável do Partido Comunista, que submete a maioria sociológica dos camponeses à minoria vanguardista da classe operária — esta fizera a sua revolução quando a Rússia estava ainda nos primórdios da industrialização. Para tanto reforça os aparelhos repressivos e ideológicos do Estado a um grau tal que, com Staline, atinge proporções insuperáveis de violência física e condicionamento ideológico perante os quais o paradigma do Estado autocrático de "Ivan o terrível" faz/figura de **enfant de coeur**.

Entre as duas guerras a política interna das grandes potências e a política internacional processa-se sob signo da clivagem conflituosa Socialismo/Comunismo, não havendo portanto da parte da URSS e dos partidos comunistas nacionais qualquer tipo de relação preferencial com os partidos socialistas, bem pelo contrário. A grande crise económica do capitalismo — 1929/1930 — encontra as forças do socialismo divididas para oporem ao capitalismo uma alternativa político-social. Por seu lado, as forças de direita agrupam-se e dinamizam-se sob o signo dum sistema político-social totalitário: o Fascismo/Nazismo, que para conquistar o poder adopta a violência como meio, salta sobre a legalidade democrática quando necessário e utiliza a seu favor a divisão das forças socialistas no jogo eleitoral — Alemanha 1933, onde o

ORIGENS HISTÓRICAS DA ESQUERDA



A EXPERIÊNCIA JUGOSLAVA

Nacional-socialismo de Hitler subiu ao poder porque o PC alemão não juntou os seus votos aos Sociais-democratas. Perante o perigo avassalador do fascismo, portador de ameaças de nova guerra mundial, e a intervenção impudente que dá às forças reaccionárias contra as instituições democráticas no plano interno (Espanha), a união das forças socialistas e comunistas tarda a efectuar-se ou solda-se dificilmente, mantendo reservas e suspeitas mútuas, que enfraquecem a resistência ao inimigo no seio das Frentes Populares. Só a II guerra mundial, desencadeada pelo nazi-fascismo, viria a associar na mesma luta até à vitória final, em bloco, todas as forças progressivas e a URSS.

b) A guerra fria tem a sua origem na suspeição e desconfiança criada pelo monopólio da bomba atómica, de que se arrogam os Estados Unidos e na política de assalto ao poder nas chamadas democracias populares dos países do leste europeu, pelos partidos comunistas apoiados e inspirados no grande Partido-irmão da União Soviética. Esta divisão e confrontação das duas Hiper-potências e dos blocos de nações e que se apoiam, restabelecem de novo no plano interno das democracias ocidentais a clivagem Socialismo/Comunismo. Por outro lado, a vitória das forças progressivas na II guerra mundial introduz na cena política internacional o fenómeno novo da descolonização, trazendo ao fórum da ONU as jovens nações do Terceiro Mundo que, para fugirem à cobiça e chamamento contraditório dos dois grandes blocos, criam o Movimento dos Países Não-Alinhados da iniciativa e patrocínio de três grandes líderes mundiais: Tito, Nerú e Nasser.

A China, depois duma revolução singular, aumenta o espaço geográfico e político-ideológico do Comunismo; após uma breve aliança com a União Soviética com quem entra em conflito aberto, chegando quase a vias de confrontação militar. Embora a China, depois da ruptura com a URSS, tenha estabelecido laços bilaterais com os países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, na política internacional tem representando o papel de "chevalier seul": no entanto, sem participar no movimento dos países Não Alinhados, as suas posições e votos nos organismos internacionais alinham, salvo raras excepções, com o Terceiro Mundo.

A ruptura de Tito com o Comunismo soviético, em 1948, tem na sua origem uma oposição e rebeldia contra a penhora da URSS sobre os seus satélites. Esta reacção é fruto dum sentimento-força de independência nacional, proveniente da singularidade e heroica resistência que os povos jugoslavos, sob a liderança de Tito, ofereceram ao invasor nazi. Enquanto a maioria dos países de leste foram libertados da ocupação alemã pelos tanques soviéticos, estes quando em 1944 entraram na Jugoslávia, já as guerrilhas iniciais se tinham transformado num exército organizado de 40 divisões. Em 1942 fora constituído o Comité Anti-fascista de Libertação Na-

cional, com o quadro de instituições político-administrativas, que os povos jugoslavos sempre consideraram como únicas e legítimas representativas do Estado jugoslavo.

A ruptura política de Tito só por um triz não deu lugar a uma invasão soviética, cujas tropas se concentraram nas fronteiras dos países satélites vizinhos, mas não se consumou porque o realismo político de Staline, esclarecido pela informação de que Tito colado aos povos jugoslavos lhe ofereceria uma resistência inabalável semelhante à que ofereceram aos alemães, o levou a abandonar, in extremis, a decisão já tomada de invadir o território jugoslavo, para liquidar **in ovo** o exemplo pernicioso desta primeira fractura no seu bloco.

Este grande acontecimento político haveria de ter consequências de enorme transcendência para além das fronteiras da Jugoslávia; no domínio da política internacional, criação do Movimento dos Países Não alinhados; no domínio ideológico, pelo regresso às fontes do marxismo ⁽¹⁾ que haveria de inspirar o modelo duma sociedade socialista autogestionária, a longo prazo, como alternativa do modelo soviético; a curto prazo, com a montagem dum sistema híbrido de economia de mercado, acoplado a uma planificação socialista indicativa, que até ao presente, diga-se a verdade, não encontrou a sua formulação rigorosa.

A experiência autogestionária da Jugoslávia tem inegáveis limitações de execução e carências duma elaboração teórica que enriqueça uma praxis, ainda muito apertada no colete-de-forças dum Estado com dificuldade em se desfazer completamente do centralismo político comunista, por imperativo de segurança das suas fronteiras e permanente vigilância a que o obriga a política de independência perante os dois grandes blocos hegemónicos.

De certo, o exemplo jugoslavo concorreu para que o novo conceito de socialismo autogestionário entrasse no arsenal das ideias duma nova esquerda, que se propõe preencher o vazio entre uma social-democracia reformista e social-estatista e um comunismo totalitário que até ao presente falhou em três pontos capitais:

- 1) Mostrou-se inepto para conceber relações de produção diferentes do capitalismo monopolista, que dessem ao trabalhador uma posição gestora e uma liberdade criativa no processo de produção;
- 2) Foi incapaz de sair do trilho do modelo de desenvolvimento económico capitalista, mantendo atrazo apreciável, quantitativo e qualitativo, dos países capitalistas, que marcham na vanguarda da industrialização, a cuja tecnologia científica os soviéticos continuam a recorrer;
- 3) Finalmente, a centralização democrática e o poder duma burocracia tentacular, man-

(1) Para Marx o socialismo "é a associação voluntária dos trabalhadores" (tópico do discurso inaugural da I.ª internacional).

têm o cidadão soviético condicionado pelos aparelhos repressivos e ideológicos de Estado, temendo ainda a URSS que a concessão das liberdades fundamentais a todos os habitantes, após 60 anos de Revolução, ponha em perigo a segurança interna e externa do sistema soviético.

c) A vaga de fundo do descontentamento popular que produziu os movimentos da primavera de 68 constitui uma dupla condenação: do estabelecimento capitalista por um lado e do estabelecimento da esquerda tradicional e comunista, por outro. As diferenças de formulação construtiva da nova sociedade por que lutam os trabalhadores, estudantes e intelectuais nos quatro pontos fulcrais que me serviram de referência, têm de comum a condenação do statu quo existente e uma pesquisa de soluções inovadoras de esquerda para os problemas do nosso tempo. Nos baldões confusos dum novo tipo de agitação-subversão social e cultural, três mitos sagrados da esquerda tradicional são pela primeira vez impugnados: a revolução, o estado e o progresso.

Tive a sorte de acompanhar em Paris, onde me encontrava exilado, o desenrolar dos acontecimentos de Maio; em Abril do mesmo ano, uma viagem profissional a Praga reteve-me ali três semanas; se os acontecimentos me demoraram os contactos com as entidades oficiais que viviam um ambiente de festa e esperança refletida naquela frustrada primavera, trouxeram-me a oportunidade de assistir ao grande acontecimento histórico do primeiro lançamento dum projecto de democratização duma sociedade comunista, com manifestações de entusiasmo unânime, tanto da sociedade política como da sociedade civil.

Uma lição retirámos de todos estes movimentos: o caminho que a esquerda vai trilhar de ora avante, será, em meu entender, de revoluções mais profundas e removedoras da rigidez estrutural e organizacional, mas menos sangüinárias, e a tragédia política menos espectacular. As revoluções até 68 foram essencialmente políticas e a casualidade do determinismo económico e social habilmente aproveitada pela micro-sociedade política para atingir os seus fins: o discurso panfletário da escravização social e económica do Homem trazia, **in cauda venenum**, ideias, valores e mitos que continuavam e até reforçavam a sua alienação cultural: daí, que à crise primária que atinge a viabilidade dos modelos socialistas venha juntar-se uma crise de consciência, cuja catarsis se fará pela revolução cultural, na praxis da edificação duma sociedade autogestionária. Esta não será, a priori, um esquema delineado em pura racionalidade e, portanto, utópico, outrossim, ambiciona tornar-se uma experimentação colectiva que, aos poucos, sem evitar **trial and error**, irá construindo a superestrutura teórica dum **sistema aberto** de socialismo autogestionário, que funcionará sem

centro regulador, com recurso aos princípios cibernéticos e ao papel decisivo da informação, alcançando a longo prazo a redução do Estado a uma administração social das coisas, em que participem indistintamente todos os cidadãos numa amalgama da sociedade política com a sociedade civil.

A crise das ideias da velha esquerda a que assistimos no último decénio — 1968/1978 — mergulha as suas raízes nos êxitos e frustrações das lutas de emancipação do proletariado de que traçámos o itinerário a partir da primeira guerra mundial. Este processo político-social foi acompanhado duma acentuada e progressiva transformação tecnológica e organizacional das estruturas do sistema de produção e das relações mercantis no mundo ocidental, que se consubstancia no capitalismo monopolista e na reacção avassaladora dos grandes conglomerados MULTINACIONAIS. A monstruosa parafernália económico-financeira destes potentados e a sua acção ofensiva internacional, fez aluir os dois pilares simbólicos da soberania nacional: a moeda e a fiscalidade. O seu poder económico trans-fronteiras assenta no monopólio de tecnologias de ponta e na embricagem do seu potencial financeiro no sistema bancário internacional, que lhe dá a impunidade de alterar e desviar os mecanismos funcionais da economia das nações, com práticas especulativas em mercado aberto ou por meio de manipulações dolosas que se tornaram correntias.

A política dos Estados capitalistas, grandes e pequenos, perde assim grande parte da sua autonomia e capacidade de planificação do desenvolvimento económico mais ajustado aos interesses da grei; sobretudo, no campo monetário e financeiro, porque o potencial crematístico das MULTINACIONAIS é superior ao de muitos Estados onde se encontram instaladas as suas filiais; estes, muitas vezes, são forçados a recorrer à sua influência e recursos no mercado internacional, para a obtenção de empréstimos de fomento e para cobrir déficits de tesouraria.

Entretanto, qual era a praxis dos partidos da esquerda?

1. Por um lado, o negativo: o mundo comunista não foi capaz de criar relações de produção diferentes do esquema capitalista, nem um modelo de desenvolvimento económico original onde o trabalhador na posse dos meios de produção decidisse do seu destino em regime de associação livre; nas ditaduras do proletariado da URSS e das democracias populares o totalitarismo congénito não lhe permitiu integrar a Liberdade no esquema das relações sociais, o que reduziu o poder da criatividade do homo-soviético, levando-o à dependência anacrónica da tecnologia capitalista e mesmo de produtos agrícolas fundamentais para a alimentação das populações tanto na União Soviética como nos países satélites.

Por outro lado, o positivo: eliminou a miséria e a fome crónicas do povo russo; organizou a

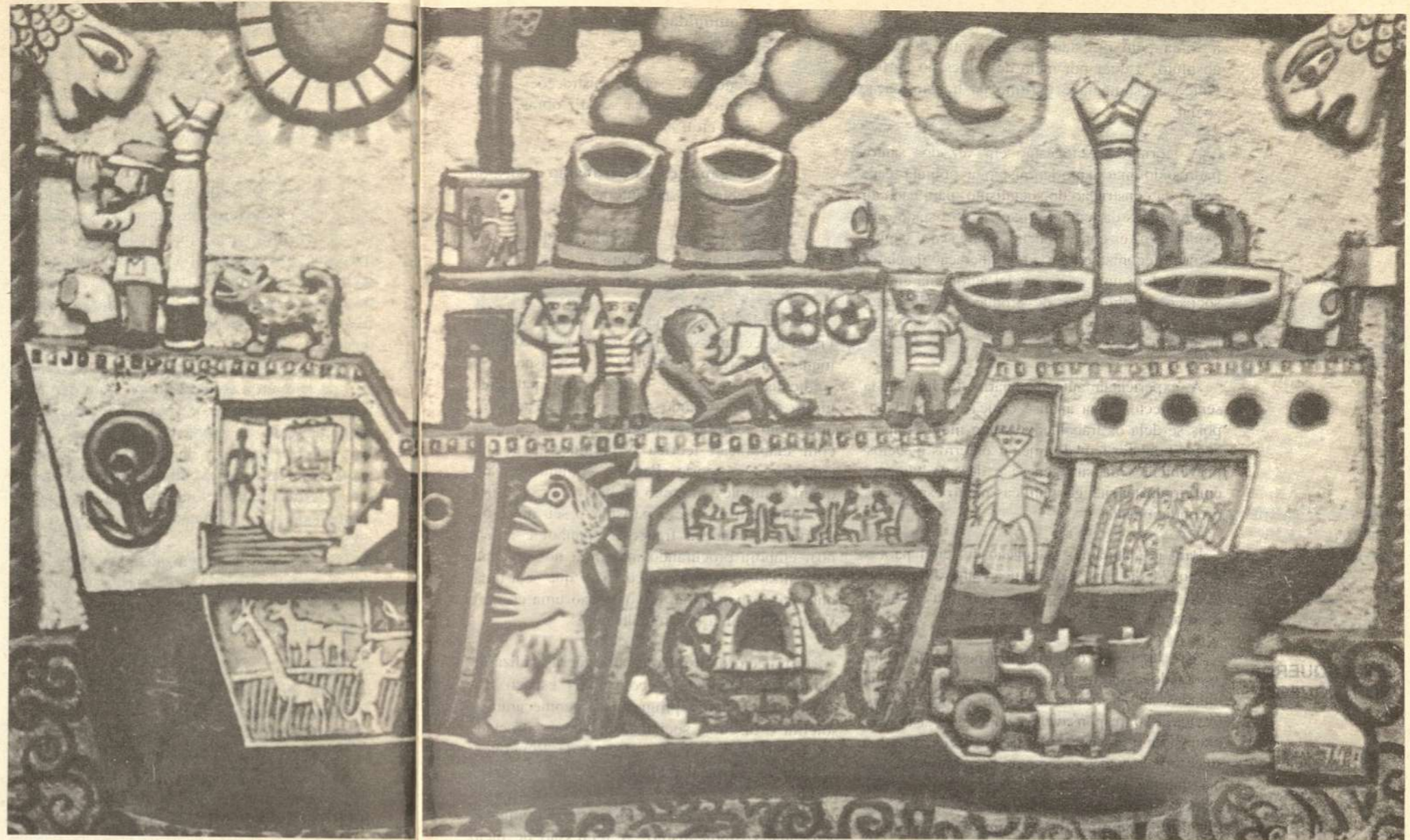


luta vitoriosa contra o nazi-fascismo, transformando a II guerra mundial numa extraordinária epopeia do povo soviético: deu um apoio, em muitos casos decisivos, à descolonização e aos movimentos de libertação e forças progressivas do mundo, embora muitas vezes tirasse partido dele e vantagens iniludíveis para os seus interesses chauvinistas de hiperpotência hegemónica de acordo com o condomínio explícito (YALTA) e tácito estabelecimento com a sua homóloga do mundo capitalista: os Estados Unidos.

2. A feição negativa da acção da social democracia consiste principalmente de não se ter demarcado do capitalismo, a cujo carro e destino se atrelou, seja na política interna, seja na política externa, nos Governos, ou quando na oposição nos países capitalistas: a realização do seu discurso ideológico foi permanentemente adiado e encerrou-se num empirismo reformista, induzindo as massas trabalhadoras a uma política social suasória, por meio da cogestão e participação nos lucros do capitalismo: o seu apoio à descolonização e às lutas de libertação e movimentos progressivos nem sempre primou pela clareza das intenções nem se processou desinteressadamente e em coerência com a democratização das relações internacionais. Mas tem de positivo a insofismável elevação do nível de vida das massas trabalhadoras arrancada ao capitalismo pela pressão social e política dos sindicatos e partidos da esquerda democrática. A defesa das liberdades fundamentais no plano interno e dos direitos humanos à escala universal destaca-se como uma das facetas mais notáveis e coerentes do funcionamento da democracia nos países onde predomina a influência dos partidos sociais democratas. Quer no plano interno da política económica e social, quer no plano da política internacional de ajuda económica aos países do terceiro mundo e apoio às lutas progressivas de libertação dos povos vítimas do colonialismo e das suas sequelas, é de justiça salientar o papel de locomotiva do lento comboio da social democracia desempenhado pelos partidos escandinavos e o holandês (Partei van der Abeit).

Ha porém no discurso ideológico e na prática política uma identidade dos partidos comunistas e sociais democratas, ou se quisermos da esquerda velha e tradicional, que importa sublinhar: ambos consideram indispensável a conquista do aparelho de estado capitalista para aplicar as políticas respectivas e utiliza-lo como instrumento de domínio do adversário sem contestar sequer em teoria, o princípio do social-estatismo. Esta posição conceptual do socialismo e comunismo oficiais em relação ao Estado, à Revolução e ao Progresso constitui a fronteira definidora duma nova civilização, entre a velha e a nova esquerda autogestionária.

3. A esquerda tradicional pode hoje ser julgada através dos modelos político-sociais do co-



"O navio a vapor", de Mário Chichorro

munismo e da social democracia: duas experiências contestadas pela nova esquerda que as mede pelo metro da normalização da vida política que ambos de facto realizaram no espaço e no tempo. Na base da crítica 2 falhanços fundamentais: a distância a que ficaram do padrão ideológico que se propunham alcançar à partida, e, principalmente: a certidão que os seus erros e desvios deram à sobrevivência do capitalismo que se mantém funcional e com capacidade de reestruturação, apesar de roído pelo cancro da crise crónica que lhe fixa o fim do seu destino histórico. O socialismo não encontrou alternativas para o Mercado e dinâmica do lucro que provassem cabalmente na prática. Um e outro adaptados às novas condições do monopolismo capitalista de Estado. Por seu lado o capitalismo, na sua última fase, tem sabido parasitar ideias socialistas: do comunismo: a planificação; da social democracia: o princípio da segurança social do trabalhador **em particular** e do cidadão em geral: o reforço e utilização do aparelho de Estado, pela intervenção fiscal, monetária e fi-

nanceira, a fim de orientar a política das nações na defesa dos interesses da classe dominante. Porém, o maior trunfo do capitalismo é o de ter conseguido guardar o domínio da tecnologia científica e com ela tornar-se pioneiro duma revolução tecnocrónica, cuja utilização pelo próprio capitalismo ou pelo socialismo autogestionário pode resultar, numa alternativa: ou uma nova alienação ou a libertação da Humanidade de todas as servidões.

Para atingir este alvo os socialistas autogestionários terão de integrar a tecnologia de ponta na sua conceptualização teórica, mas condicionada e adaptada à temática duma nova estratégia social de crescimento económico. O imperativo de mudar o género de vida e o bem-estar do homem sobrepõe-se à quantidade de produtos e serviços que o tornam prisioneiros de novos desejos provocados pelas técnicas do marketing e da publicidade e do trabalho dispensável que lhe é exigido para os produzir.

A nova esquerda não enjeita em bloco a ex-

periência histórica do Comunismo e da Social Democracia, uma e outra pertencem ao património social da classe trabalhadora, mas recusa o que nelas há de negativo para aproveitar a lição que evite aos trabalhadores cair, no futuro, em novos equívocos e prevaricações.

Porém, não tenhamos ilusões, a nova esquerda não possui fórmula mágica nem verdade científica oficializada pelo dogma ou tão pouco uma concepção do mundo unitária e matematicamente perfeita: sabe, sim, de experiência feita, que a racionalidade pura é incapaz de abranger a totalidade dos parâmetros das relações humanas, deixado largas zonas e motivações do comportamento social e moral do homem fora do seu alcance. Por isso recusa a exclusividade do esquematismo simplista e o determinismo mecanicista que admite e impõe ao homem uma totalidade dialéctica fundada na dinâmica da luta de classes. Em resumo, ao contrário do que pretendia Staline, os socialistas autogestionários da nova esquerda não se propõem ser "engenheiros de

DONDE VEM
E QUE É
A NOVA
ESQUERDA?

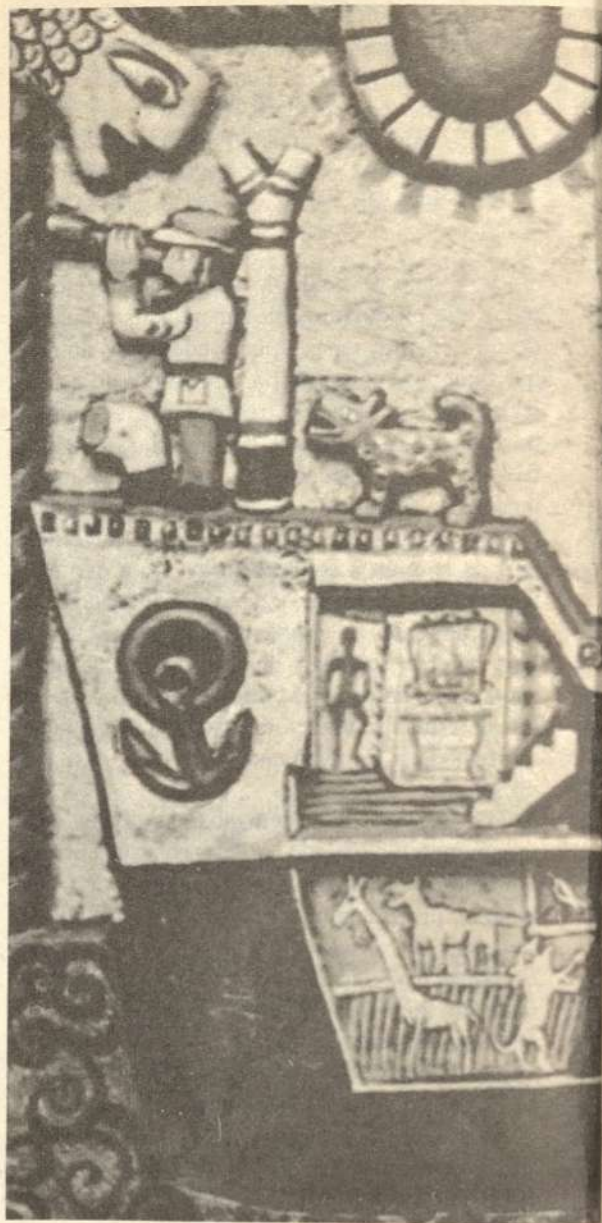


luta vitoriosa contra o nazi-fascismo, transformando a II guerra mundial numa extraordinária epopeia do povo soviético; deu um apoio, em muitos casos decisivos, à descolonização e aos movimentos de libertação e forças progressivas do mundo, embora muitas vezes tirasse partido dele e vantagens iniludíveis para os seus interesses chauvinistas de hiperpotência hegemónica de acordo com o condomínio explícito (YALTA) e tácito estabelecimento com a sua homóloga do mundo capitalista: os Estados Unidos.

2. A feição negativa da acção da social democracia consiste principalmente de não se ter demarcado do capitalismo, a cujo carro e destino se atrelou, seja na política interna, seja na política externa, nos Governos, ou quando na oposição nos países capitalistas; a realização do seu discurso ideológico foi permanentemente adiado e encerrou-se num empirismo reformista, induzindo as massas trabalhadoras a uma política social suasória, por meio da cogestão e participação nos lucros do capitalismo; o seu apoio à descolonização e às lutas de libertação e movimentos progressivos nem sempre primou pela claridade das intenções nem se processou desinteressadamente e em coerência com a democratização das relações internacionais. Mas tem de positivo a inofensível elevação do nível de vida das massas trabalhadoras arrancada ao capitalismo pela pressão social e política dos sindicatos e partidos da esquerda democrática. A defesa das liberdades fundamentais no plano interno e dos direitos humanos à escala universal destaca-se como uma das facetas mais notáveis e coerentes do funcionamento da democracia nos países onde predomina a influência dos partidos sociais democratas. Quer no plano interno da política económica e social, quer no plano da política internacional de ajuda económica aos países do terceiro mundo e apoio às lutas progressivas de libertação dos povos vítimas do colonialismo e das suas sequelas, é de justiça salientar o papel de locomotiva do lento comboio da social democracia desempenhado pelos partidos escandinavos e o holandês (Partei van der Abeit).

Ha porém no discurso ideológico e na prática política uma identidade dos partidos comunistas e sociais democratas, ou se quisermos da esquerda velha e tradicional, que importa sublinhar: ambos consideram indispensável a conquista do aparelho de estado capitalista para aplicar as políticas respectivas e utiliza-lo como instrumento de domínio do adversário sem contestar sequer em teoria, o princípio do social-estatismo. Esta posição conceptual do socialismo e comunismo oficiais em relação ao Estado, à Revolução e ao Progresso constitui a fronteira definidora duma nova civilização, entre a velha e a nova esquerda autogestionária.

3. A esquerda tradicional pode hoje ser julgada através dos modelos político-sociais do co-



“O navio a vapor”, de Mário Chichorro

munismo e da social democracia: duas experiências contestadas pela nova esquerda que as mede pelo metro da normalização da vida política que ambos de facto realizaram no espaço e no tempo. Na base da crítica 2 falhanços fundamentais: a distância a que ficaram do padrão ideológico que se propunham alcançar à partida, e, principalmente: a certidão que os seus erros e desvios deram à sobrevivência do **capitalismo** que se mantém funcional e com capacidade de reestruturação, apesar de roído pelo cancro da crise crónica que lhe fixa o fim do seu destino histórico. O socialismo não encontrou alternativas para o Mercado e dinâmica do lucro que provassem cabalmente na prática. Um e outro adaptados às novas condições do monopolismo capitalista de Estado. Por seu lado o capitalismo, na sua última fase, tem sabido parasitar ideias socialistas: do comunismo: a planificação; da social democracia: o princípio da segurança social do trabalhador **em particular** e do cidadão em geral; o reforço e utilização do aparelho de Estado, pela intervenção fiscal, monetária e fi-



nanceira, a fim de orientar a política das nações na defesa dos interesses da classe dominante. Porém, o maior trunfo do capitalismo é o de ter conseguido guardar o domínio da tecnologia científica e com ela tornar-se pioneiro duma revolução tecnocrônica, cuja utilização pelo próprio capitalismo ou pelo socialismo autogestionário pode resultar, numa alternativa: ou uma nova alienação ou a liberação da Humanidade de todas as servidões.

Para atingir este alvo os socialistas autogestionários terão de integrar a tecnologia de ponta na sua conceptualização teórica, mas condicionada e adaptada à temática duma nova estratégia social de crescimento económico. O imperativo de mudar o **género de vida** e o bem-estar do homem sobrepõe-se à quantidade de produtos e serviços que o tornam prisioneiros de novos desejos provocados pelas técnicas do marketing e da publicidade e do trabalho dispensável que lhe é exigido para os produzir.

A nova esquerda não enjeita em bloco a ex-

periência histórica do Comunismo e da Social Democracia, uma e outra pertencem ao património social da classe trabalhadora, mas recusa o que nelas há de negativo para aproveitar a lição que evite aos trabalhadores cair, no futuro, em novos equívocos e prevaricações.

Porém, não tenhamos ilusões, a nova esquerda não possui fórmula mágica nem verdade científica oficializada pelo dogma ou tão pouco uma concepção do mundo unitária e matematicamente perfeita: sabe, sim, de experiência feita, que a racionalidade pura é incapaz de abranger a totalidade dos parâmetros das relações humanas, deixado largas zonas e motivações do comportamento social e moral do homem fora do seu alcance. Por isso recusa a exclusividade do esquematismo simplista e o determinismo mecanicista que admite e impõe ao homem uma totalidade dialética fundada na dinâmica da luta de classes. Em resumo, ao contrário do que pretendia Staline, os socialistas autogestionários da nova esquerda não se propõem ser "engenheiros de

DONDE VEM E QUE É A NOVA ESQUERDA?



almas", que produzam uma sociedade unificada à força com o Estado como centro do poder absoluto, a ditar por meio das elites do Partido Único a estratégia e o ritmo da transformação social.

A teoria da Autogestão em vez dos santos padres do marxismo-leninismo a pontuar cada passo da construção do socialismo, para não cair nos escolhos da tecno-burocracia do Estado e na exploração e concorrência caótica do capitalismo, preconiza como via de liberação da classe trabalhadora uma acção social autónoma em associações voluntárias de produção e consumo, células base da gestão local/nacional e da planificação democrática.

A experiência autogestionária da Jugoslávia será objecto duma análise crítica desenvolvida, pois se dela os trabalhadores têm muito a aproveitar também tem de rejeitar os erros e vícios provenientes da sua génese e desenvolvimento em circunstâncias geopolíticas muito específicas e condicionantes.

Para já chamamos a atenção do leitor para o artigo 74 da nova Constituição jugoslava, cujo texto transcrevemos porque constitui a trave mestra do sistema:

"Os operários das organizações de trabalho associado e das outras organizações de comunidades autogestionárias, assim como os seus órgãos, são responsáveis pela organização dos planos de trabalho e do desenvolvimento das suas organizações e comunidades respectivas, das tarefas e objectivos gerais definidos nos planos sociais das comunidades sócio-políticas (**Liga dos Comunistas da Jugoslávia, Aliança Socialista, Sindicatos, etc.**), devendo tomar as medidas e disposições necessárias para atingir os seus fins."

Acerescentamos ao texto do artigo o parêntesis para esclarecimento do leitor.

As instituições do sistema autogestionário jugoslavo que se nos afiguram mais interessantes pela originalidade da concepção do seu funcionamento e cujo estudo pode trazer ensinamentos preciosos sobre os primeiros passos a dar para pôr em prática a tão esquecida sentença de Marx, indispensável, sobre o "dépeissement de l'État":

- 1 — **A comuna local** como mini-estado e instrumento duma política de descentralização administrativa com meios financeiros próprios para alcançar os seus fins.
- 2 — **Sistema de delegações**
— base da constituição da sociedade socialista autogestionária e de exercício das funções do poder e da gestão:

— **Comunidades de interesses** (para diferentes sectores administrativos:

educação, saúde, distrações e recreio, segurança social, obras públicas, etc):

— **Organizações de trabalho associado** (empresas produtoras)

A lei do trabalho associado publicada em 1976 constitui um documento base do sistema cujo exame na especialidade é indispensável.

A actualidade e interesse pela Autogestão tem vindo a acentuar-se depois da crise e acontecimentos históricos de 1968: o socialismo e o sindicalismo francês e italiano, principalmente muito tem contribuído para o seu lançamento, quer com realizações práticas parcelares, quer com elaboração teórica e enriquecimento do conceito. Os próprios Partidos comunistas para quem o simples emprego da palavra era sacrilega, apressam-se hoje a pariasar o seu prestígio (Partido Comunista francês, espanhol e italiano), embora procurando integra-la no esquema do centralismo democrático, para que seja uma outorga do partido ao povo, e não uma criação viva e autónoma dos trabalhadores.

O trajecto da esquerda portuguesa analisá-lo-emos em separado e com mais espaço. Os nossos intelectuais progressistas começaram a soletrar o discurso socialista na segunda metade do século XIX, até ao advento da República: surgida da associação edilícia do povo com o republicanismo democrático. Durante 16 anos do novo regime a esquerda portuguesa foi dominada pelo anarco-sindicalismo. A repressão de meio século de fascismo aniquilou tanto os partidos da democracia burguesa como o sindicalismo democrático, deixando o terreno vago para a implantação organizacional e domínio ideológico do comunismo: de 1926-1942, actuando isolado na cena política portuguesa ou com efémeras ligações com o "revirinho" republicano; de 1943-1950 dominou não só a esquerda mas todas as lutas de democratas da Oposição ao Fascismo; de 1950-1974. Com a guerra fria inicia-se a crise da esquerda comunista, principalmente devido ao estalinismo estrutural do PC português e o ressurgir de novas ideias de esquerda, todavia sem significado sociológico, devido à repressão totalitária e à génese intelectual dos seus promotores.

Depois de Abril de 1974, os capitães e os tecnocratas do regime deposto mergulharam no banho lustral dum esquerdismo e comunismo oportunistas, para esquecimento dum colaboracionismo de meio século com o fascismo, assimilando à pressa e atalhadamente as ideias de esquerda, mas guardando as técnicas e hábitos administrativos do passado recente. ■

E A ESQUERDA PORTUGUESA?



MARXISMO ESTADO E CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

JOSÉ MANUEL SOBRAL

“Assim são os factos, os factos irre-
dutíveis. Registo-os com amargura, di-
laceradamente, por dever, uma vez mais.

Não construiremos nada sobre túmulos e
ruínas, com mentira, hipocrisia, moeda
falsa e sangue inocente. Nada. Mas
prepararemos, se fecharem os olhos,
novas destruições, novas valas comuns...

...1917, “era a paz dos povos sem
anexações nem compensações”. era a
solidariedade com todos os oprimidos
do planeta. Era a terra aos camponeses,
a abolição da pena de morte! Era... Já
nem sabemos o que era! E nada do que
era poderá já recomeçar, porque o Tota-
litarismo passou sobre o corpo dos revo-
lucionários, sobre as recordações, sobre
as conquistas revolucionárias, sobre os
vossos cérebros...”

(Victor Serge, México, 1946)

Quando Krutchev apresentou em 1956 o seu
relatório ao 20.º congresso do PCUS, os parti-
dos comunistas “souberam” officiosamente que
nem tudo corria pelo melhor no reino soviético.
Falso drama hamletiano. A maior parte dos parti-
dos irmãos pôde então difundir as narrativas
dos “excessos”, dos “atentados à legalidade
socialista” cometidos até à transferência de po-
der inaugurada com a morte de Estaline.

As denúncias fizeram-se nos bastidores, entre
camaradas. O próprio acto de enunciação insti-

tuía o objecto da denúncia como um passado. Os
factos descritos eram o produto de erros **histó-
ricos**, a sua nomeação significaria que consti-
tuíam um ponto de não-retorno para o poder
soviético. Os ataques centravam-se numa figura-
-Estaline — e nos excessos despóticos que a
marcariam, no culto da personalidade. Os temas
do relatório vão ser retomados pelo discurso his-
toriográfico officioso. Ao culto de Estaline suce-
deram-se as análises críticas, as histórias do
“fenómeno” estaliniano. Por fim descobria-se
que, alegria das alegrias, se encontrava apoio
nos textos esquecidos de Lenine, os últimos
textos, nos quais este, com a habitual sagacidade
profética dos fundadores, previa as consequên-
cias da burocratização do partido e da perma-
nência de Estaline como secretário-geral.

Estaline morto, estava-lhe pois reservada uma
carreira na historiografia marxista — a de bode
expiatório. Constituído como ponto de referência
fundamental das narrativas officiosas da história
da U.R.S.S., o seu papel vai revelar-se impor-
tante a vários níveis. O discurso que o institui
como O autor de “erros” ou “desvios” face aos
fundadores exclui da acusação os que a produzem,
limpa a imagem da classe dirigente. Do mesmo
modo, ao centrar-se a análise no período em que
Estaline ocupa o cargo de secretário-geral, redu-
zem-se os actos políticos a actos despóticos e,
sobretudo, iliba-se Lenine — e o leninismo —
de eventuais ataques.

Até 1956, as críticas marxistas à U.R.S.S.
eram produto de uma minoria da qual o trotsquismo
constituía o núcleo fundamental. Mas este último
sempre procurou salvaguardar o estatuto de Estado
“operário” que Trotsky via, apesar de tudo, na
U.R.S.S. Muito mais raros foram os que, como
Victor Serge, descobriram, sob a capa do pri-
meiro Estado socialista, um sistema totalitário.
Ou os que, como Rosa Luxemburgo, denuncia-
ram na “ditadura do proletariado” a fórmula

**REFLEXÕES SOBRE
“A COZINHEIRA
E O DEVORADOR
DE HOMENS”
DE ANDRÉ
GLUCKSMANN**

Em 1975, André Glucksmann, filósofo e militante «maoista» francês, publicava um livro destinado a uma fulgurante carreira: **La cuisinière et le mangeur d'hommes**, ensaio sobre o Estado, o marxismo e os campos de concentração, baseado sobretudo numa leitura de **O Arquipélago do Gulag** de Soljénitsyne. Era uma das primeiras tentativas de interpretar o fenómeno Gulag para além das opiniões políticas do próprio Soljénitsyne: opiniões obviamente reaccionárias, e que haviam servido de alibi para que certa Esquerda continuasse a poder ignorar realidades essenciais da sua história. Algum tempo depois, num livro mais reflectido e mais responsável, Claude Lefort retomava com **Un homme en trop**, o mesmo projecto. Desencadeava-se com **La Cuisinière** um processo ideológico muito datado e parisiense a que se chamou «os novos filósofos». Nem a personalidade de Glucksmann, nem o fenómeno do Gulag, poderão ser escamoteados em nome do que existe de fútil e cabotino no movimento da «nova filosofia». José Manuel Sobral analisa no seu texto sobre Glucksmann a importância de **La Cuisinière** e aponta algumas das suas debilidades. trata-se de um excelente modelo de crítica de esquerda face a factos, livros e autores que a esquerda comunista prefere desconhecer. O ensaio de José Manuel Sobral insere-se no volume organizado por Manuel Carriho intitulado **Dissidência e nova filosofia**, a lançar em breve pela Assírio e Alvim — que amavelmente nos autorizou a sua publicação em ABRIL.

que mascarava uma ditadura jacobina, radical. Poucos, também, os que foram capazes de ver, em toda a sua extensão, o sistema concentracionário. Porém, o silêncio e as cumplicidades não dominaram sem contradição no campo marxista.

O Gulag, esse arquipélago cuja geografia se desenha no interior dos próprios corpos, já havia sido descoberto — e habitado — por muitos deles.

O livro de André Glucksmann "La Cuisinière et le mangeur d'hommes" pretende-se a demonstração de uma cumplicidade: a que, no seu entender, liga o marxismo, o Estado soviético e o Gulag. Cumplicidade que permitiu a construção do totalitarismo. Cumplicidade que tornou os marxistas cegos ao horror dos campos. Onde existiria fome, exploração, miséria, o marxismo falaria consequência inevitável do "atraso das forças produtivas", da "luta de classes", do exercício da "ditadura do proletariado". Vendo o mundo através do écran da sua "ciência", interpretando-o com os seus conceitos, os campos tornam-se **impensáveis** para os marxistas. "Cretinismo teórico".

Se a barbárie não é visível do interior da teoria, ela torna-se pensável desde que nos situemos num ponto de vista que lhe é exterior. Soljénitsyne é, para Glucksmann, uma dessas figuras da exterioridade. Tal como Martchenko, Bukovski ou o camponês Vlassov. Os quais enunciam em termos claros uma "verdade" de que a "Cozinha" é eco: a de que o campo de concentração constitui necessariamente um ponto de vista sobre o marxismo. O ponto de vista do Gulag.

O que é que permite que os mesmos que protestam contra Pinochet, aplaudam Brejnev? O que é que lhes permite tratar diferentemente o poder que troca um Corvalán do poder que troca um Bukovski? O que é que possibilita ainda hoje a exaltação do "Pai dos Poyos"? Resposta fácil para Glucksmann: o marxismo.

Questionando o marxismo em bloco, torna-se irrelevante para ele discutir das diferenças entre marxistas — quer estas se situem no campo teórico, quer no campo da estratégia política. De acordo com o que a "Cozinha" postula, as divergências que o habitam tendem a ser reduzidas a simples variantes dum mesmo discurso.

Seria esta, talvez, a conclusão que uma primeira aproximação ao texto de Glucksmann traria. Conclusão superficial. O percurso da "Cozinha" revela-se mais opaco, ambíguo, contraditório, do que uma leitura apressada levaria a supôr.

A economia do texto de Glucksmann rege-se por um conjunto de oposições. Deste modo o marxismo não é pensado isoladamente — é inútil procurar na "Cozinha" uma análise

histórica ou epistemológica — mas na sua localização face à plebe.

A oposição marxismo/plebe é, para Glucksmann, a versão contemporânea dum velho drama. Um drama ocidental que remonta a Platão e revela no Gulag um ponto culminatório — “Há mais de dois mil anos Platão fixou a ideia duma ciência estabelecida racionalmente, organizada pelos competentes, produzindo a felicidade dos simples cidadãos sem ter em conta a sua opinião. A definição dos regimes políticos e sociais é no céu das ideias que a elite a deve decifrar, não no vivido da plebe, nem na sua opinião confusa, incompetente”. () Velha partilha — a que separa a Teoria dos Mestres do vivido da Plebe. A que instaura plebe no silêncio do Outro. A que confisca o saber a rebelião da Plebe, na “língua” dos Mestres — “Não se trata de impor às desordens do mundo a dura, rígida e eterna lei duma razão interplanetária — mas de encerrar as revoltas da plebe na Razão dos Mestres, reduzir as emoções e as resistências dos povos às únicas inquietações e desvios da linguagem autorizada. Os escravos são convidados a formular os seus agravos no interior dos processos dos mestres; mobilizados deste modo nas maquinações dos grandes, as suas rebeliões jamais encontram voz própria” (2).

A oposição primordial é, pois, a que possui como componentes intemporais os Mestres (e o seu saber) e a Plebe. Oposição que se manifesta historicamente e que tem como momentos culminantes o platonismo, a filosofia das Luzes, o marxismo — “Grandes momentos da cultura dos mestres no Ocidente, o Platonismo (e os seus escravos), a Razão clássica (e os seus enclausurados), o Marxismo (e os seus campos)” (3). Esta mesma oposição desdobra-se noutras — a que situa o Estado face à plebe; a que articula elite e plebe. Discurso dos Mestres, discurso da elite, a teoria política é o discurso do Estado. Deste modo, o marxismo funciona tradicionalmente, limitando-se a “renovar o vocabulário” — Discurso dos mestres, discurso da elite, discurso do Estado.

Mas se é este o lugar do marxismo, Marx não se situa no mesmo plano, na longa genealogia dos mestres-pensadores, que vem de Platão aos nossos dias — “... antes do marxismo ter encerrado no seu Panteão um cadáver mumificado, Marx não é assim tão simples. Ele encontrou a Plebe: não apenas no cernê do problema — porque explorada — mas no cerne da solução” (1). Se Marx foi sensível à plebe, melhor soube elucidar processos que instituíam plebe (a “acumulação primitiva”, por exemplo), o seu lugar terá de se encontrar em oposição ao marxismo, discurso do Estado, ciência da política — “Retome-se, por um instante, esta hipótese. A plebe fala, pensa, resiste e não apenas nos dias de festa revolucionária... Deste modo, é o marxismo que parece bizarro, ele pretende conduzir

a plebe do exterior do alto da sua ciência. Note-se ainda que, quando um dirigente revolucionário tem em conta o que a plebe descobriu, é-lhe necessário romper com a sua ciência, e duramente.” (5).

O poder do discurso dos mestres não se esgota na interdição, no proibir. A sua função é positiva, criadora: “É inútil desculpá-la por um mutismo **objectivo**, prévio, do proletariado. Esta ciência não é inocente, ela silencia.” (6). De acordo com este tipo de lógica torna-se compreensível a cegueira dos marxistas face aos campos, face à natureza do Estado soviético. Discurso dos mestres, indiferente ao sofrimento da plebe, ideologia do Estado, para Glucksmann o marxismo “explica” o Gulag, a barbárie multiplicada por milhões. Como, aliás, refere Soljenitsine: “A imaginação e a força interior dos celerados de Shakespeare detinham-se com uma dezena de cadáveres. Porque não possuíam **ideologia!**” (7)

Eis o problema!

Revolução coperniciana? Nem por isso. Mas o texto de Glucksmann tem o mérito de definir, embora em termos incorrectos, uma problemática fundamental — a da articulação marxismo/Estado totalitário/campos de concentração — e de afastar a análise do sistema soviético da escarpelização dos erros ou desvios face à doutrina primeira, labor em que se perdiam a maior parte das críticas marxistas.

As nossas convergências acabam aqui — no reconhecimento de um mesmo ponto fulcral. E, à sua volta, permanecem as discordâncias que a “novidade” do seu discurso não pode abolir.

Glucksmann escreve a história — mas através de um jogo cénico. Cenário intemporal em que se opõem a Teoria e a Plebe, o Estado e as Rebeliões. A lógica da sua análise evacua o social, o histórico, impossibilita pensar em termos concretos a ligação marxismo/Gulag, exclui a problemática da teoria revolucionária. Os marxismos dissolvem-se no **Marxismo** — Marx, Engels, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Lenine, Estaline, Gramsci, Trotsky, Korsch, Pannekoek, Marchais, Carrillo, Berlinguer, simples variações de um todo não definível nem teórica, nem historicamente. É inútil procurar-se em Glucksmann uma análise da luta de classes na U.R.S.S. após Outubro. O uso dos operadores abstractos da Teoria, da Plebe, do Estado, não apenas bloqueiam o seu discurso como conduzem à ocultação daquilo que silenciam. Assim, escreve a história do comunismo apagando as divergências e lutas entre marxistas, divergências essas que custaram a muitos a vida e, aos soviéticos, os campos de concentração ou os hospitais psiquiátricos. (Vejam-se os casos dum Trotsky, dum Victor Serge, ou dum Pliouchtch.) Reescreve a história do marxismo, mas reduzindo

**TEORIA, MESTRE,
ESTADO, PLEBE
— OU COMO ANDRÉ
GLUCKSMANN
ESCREVE
A HISTÓRIA**

IMPACT.

método de Gluck.

limitações de
Gluck.

**UM DISPOSITIVO
MECÂNICO —
O SISTEMA
DAS OPOSIÇÕES**

este a um mero papel de ideologia que não só possibilitou a existência do Estado totalitário soviético, mas constituiu a estrutura fundamental da sua manutenção e reprodução.

A **Plebe** é o denominador comum desta nova história do ocidente e do seu destino totalitário. Mas como se define a **plebe**? Como se explica o seu funcionamento enquanto instrumento de análise da história europeia, duma história que conheceu tão diversas estruturas e desestruturas sociais? Glucksmann estabelece a seguinte definição de plebe: "Plebeus: todos os que não se encontram do lado dominante. Os Sem-Poder, como se diz os Sans-Culottes. Os que não tocam no poder do dinheiro e dos polícias, no poder de organizar e de manipular; a maior parte de uma população. Assim já deles fala Maquiavel." (8)

A plebe não está marcada por desejos de exploração, a sua acção não obedece a qualquer lógica de dominação. André Glucksmann — "a história da Plebe não é dominada pelo desejo de algo — poderio, bens, honras — mas investida na sua totalidade pelo desejo de não ser oprimida." (9)

O desejo de não-opressão sustenta a plebe na sua resistência ao Estado e aos Mestres da teoria. **Resistência**: acto que define a plebe, ponto de vista necessariamente contra o Estado e contra os seus Mestres. Ponto de vista plebeu. Através do uso do conceito de **Resistência** tornam-se literalmente impensáveis as modalidades concretas que a resistência (e a opressão) reveste. Tal como na plebe se dissolvem escravos e burgueses, proletários e camponeses, a **Resistência** é o lugar de unificação de todos os "Resistentes" (incluindo os "resistentes" das manifestações anti-comunistas em Portugal, no Verão de 1975). Conceito que implica que uma nova oposição — desdobramento da oposição primeira Teoria dos Mestres/Plebe — percorra o corpo social: a que separa os resistentes dos colaboradores. Oposição que divide os que, nos campos, prolongam os mecanismos do Estado e se situam no interior do seu discurso — os colaboradores — e os que recusam, das mais variadas maneiras, a submissão às regras do sistema. Ponto de vista que possui, ao nível do político, profundas consequências — "A **Resistência** apresenta-se como uma essência unificadora, um absoluto, uma ideia metafísica, que recobre as resistências e por isso mesmo as despoja do seu conteúdo respectivo e original. Este golpe metafísico revela a sua verdadeira natureza nas suas consequências: Glucksmann deduz daí que a política se deve pensar em função do estatuto da **Resistência**. Nesta perspectiva, o poder vê-se também dotado duma natureza: incarna-se na repressão generalizada.

* **Repressão, resistência; opressão, rebelião.** Nova maneira de pensar o político." (10) A própria análise de Glucksmann se revela, neste ponto, contraditória. No interior do seu dispositivo, a descrição do poder soviético e dos seus efeitos criadores, acaba por tender a ser reduzida à figura tradicional do poder como instância mera-

mente repressiva — enquanto o seu texto é uma elucidação da "novidade" que o Estado soviético constitui.

O conceito de plebe de Glucksmann deve, aliás, muito a Foucault. Este concebe-a como o "fundo permanente da história, o objectivo final de todas as sujeições, o núcleo jamais extinto de todas as revoltas" (11). Simplesmente, para ele, a plebe não possui realidade sociológica. Na "Cozinha" o conceito de plebe funciona histórica e sociologicamente.

Ao modelo estereotipado da chamada análise de classes substitui Glucksmann um outro, que opera precisamente com "essências". Aos conceitos intemporais de burguesia e proletariado, opõe a sua mecânica de universais: Teoria, Mestre, Estado, Plebe. Situando as teorias em oposição a Plebe — que interrompe os discursos dos Mestres, resistindo — encontra-se deste modo excluída por Glucksmann a possibilidade da existência da(duma) teoria revolucionária.

Ora, no fundo penso que o problema talvez não seja o de encontrarmos uma teoria que permaneça sempre irredutível a todas as lógicas do poder, uma estrutura mítica que expresse intemporalmente os desejos de revolução. O problema reside em analisar, no seu funcionamento concreto, os discursos, estabelecer as modalidades da sua articulação com o poder. Em suma: não há **A TEORIA** revolucionária, existe uma pluralidade de discursos que têm funcionado como teorias revolucionárias. E o marxismo continua a ser, ainda hoje, o horizonte do nosso pensamento revolucionário.

A lógica da "Cozinha" não apenas interdita a Glucksmann esta mutuação de problemática, como também lhe oculta a questão fundamental que o marxismo coloca: a da sua ambivalência. Por um lado, crítica da economia política, do capitalismo e do Estado, método de análise histórica e ideológica. Por outro, ideologia oficial do totalitarismo (quer da esfera soviética, quer chinês). O que evitaria as ambiguidades que Marx — e o marxismo, também — possuem na "Cozinha". Como refere Claude Lefort: "Há, portanto, ruptura entre a obra de Marx e a **ciência marxista**; e uma ruptura tal que não se pode conceber como o efeito dum desvio ou da perversão dum ensino primitivo, porque ela refere-se a uma **mudança de regime de discurso**." (12)

Uma analogia percorre a "Cozinha" a que Glucksmann descreve como existente entre o século XVIII britânico e o Estado soviético. A industrialização soviética é apresentada como a versão contemporânea da inglesa — através da utilização do modelo da "acumulação primitiva", descrito por Marx no "Capital". O marxismo soviético assinala o (novo) triunfo da Razão. O leninismo é o jacobinismo do século XX.

Uma das leituras do sistema soviético que maior difusão tem encontrado é a que vê no estalinismo, nos campos de concentração, quer um produto do atraso russo — e do peso dos mujiks — quer a permanência duma tradição autocrática. Novos czares, chama Pequim aos detentores do poder na U.R.S.S. Glucksmann situa-se em oposição frontal a esta concepção do Estado soviético.

Onde se vja o produto do sono da Razão assiste-se, na versão "Cozinha", ao seu triunfo. O marxismo, discurso dos Mestres, é o suporte do novo Leviathan, o Estado soviético, o Estado da Razão.

Porém, as mesmas objecções que se levantam ao uso do dispositivo das oposições por parte de Glucksmann mantêm-se aqui. A problemática histórica e sociológica, o estudo das "regras" que determinam em cada momento a articulação entre as ideologias e o poder, continua ausente. Em vez disso, a mecânica primordial. O jogo das oposições. O funcionamento redutor da explicação analógica — o que não significa que em nome dum historicismo simplista se recusem os pontos de convergência que a análise revela entre a Inglaterra do século XVIII e a U.R.S.S. dos nossos dias.

Mas prolonguemos um pouco mais a crítica às teses da "Cozinha". De acordo com estas, o marxismo, discurso dos Mestres, é, também, o discurso do Estado. Em relação a Marx (e Engels) tal enunciado relevaria do dislate puro e simples — todos os seus textos, desde a "Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" à "Crítica do Programa de Gotha", estão aí para o demonstrar. Deste modo, para enquadrar Marx no seu dispositivo, Glucksmann opõe-o sistematicamente ao marxismo. E quanto a Lenine? Lenine, para ele, pode ainda ter sido partilhado pela fronteira que opõe os mestres da teoria à plebe, mas "o leninismo tomba inteiramente para um só lado: não compreende o que se esboça em face dele." (13) Janus bifronte? Descobrimo as contradições que atravessam os textos e a prática política de Lenine, Glucksmann procura ainda explicá-las através do seu sistema. Ora, a razão deste impasse reside no facto de Glucksmann menosprezar a história da revolução russa e não alargar a sua análise à "praxis" bolchevique, às alterações táticas e estratégicas que as diferentes conjunturas suscitaram.

É certo que o papel da conjuntura histórica tem sido, na maior parte dos textos marxistas que se ocupam da U.R.S.S. o de "desculpa" — o que possibilitou o silêncio da face aos campos, ou o pensar como "erros", "desvios" ou "necessidades históricas" as realidades dum sistema totalitário. Estas eram vistas como consequência do isolamento internacional da revolução russa, das necessidades da construção do socialismo num



só país, etc. Que este funcionamento da conjuntura na ideologia oficial e mesmo nos discursos trotsquista ou maoísta não seja o pretexto para o seu afastamento da análise. De qualquer modo o problema que Lenine — e leninismo — levanta não se reduz às contradições entre o "Que fazer?" e "O Estado e a Revolução", nem às influências de Kautsky e da social-democracia alemã — poderiam citar-se mil continuidades e mil rupturas. Porque o leninismo não representa uma mera continuidade, uma simples adaptação do marxismo às condições concretas da situação russa. E o seu contributo não se situa unicamente no plano da teoria — "A sua obra residiu em transformar a relação dos marxistas ao marxismo, de tal modo que este se tornou indissociável do militantismo bolchevique. Esta mu-

Impossi.

dança não é localizável unicamente no espaço da teoria. Porque é o estatuto desta que se encontra alterado.” (14)

1 Contradições da “Cozinha”. Por um lado, o Estado soviético parece funcionar tradicionalmente (no interior do sistema de oposições referido, na analogia constante com a Inglaterra da “revolução industrial”). Por outro, Glucksmann fornece uma descrição clara dos mecanismos inovadores do poder soviético. Por um lado, uso constante da analogia com o desenvolvimento do capitalismo britânico. Por outro, descrição das descobertas do totalitarismo — o uso do terror como relação de produção; a invenção do campo como força produtiva moderna; as decisões do Comité Central como critério único de distinção entre o que é socialista e o que é capitalista, etc.

O terror, a violência, foram meios de realizar a “acumulação primitiva” do capital em ambos os casos. Seja! Desde as análises de Marx, até ao significado de que se reveste a polémica “Boukharine-Preobrajensky”, passando pela inscrição da questão camponesa na teoria — e na prática — leninista, se torna aceitável tal conclusão. Mas os traços comuns não ocultarão as diferenças? E o Gulag, não se dissolverá a sua especificidade através da extensão da noção de enclausuramento (que envolve os campos, os hospitais psiquiátricos, as “workhouses”...)? Em breve estaremos a “gulaguizar” o mundo.

Não recusamos a pertinência, a força das comparações. Mas a sua utilização sistemática tende a indiferenciar a novidade do Estado soviético, a mergulhá-lo na longa continuidade da história do capitalismo. Destê modo se ocultam as descobertas que constituem a sua originalidade — a consubstancialidade do Estado e da sociedade civil, o funcionamento inovador dum elite dirigente e do seu chefe, a transformação dum método crítico, dum máquina de guerra dirigida contra o Estado e a dominação burguesa, num discurso do poder que tende a esgotar em si a pluralidade dos discursos sociais. Uma “ideologia de granito”, escreve Lefort — “Quanto a esta ideologia que acompanha o totalitarismo, ela implica uma única e mesma norma: nasce da tentativa de unificar num mesmo discurso, de condensar numa mesma representação os elementos dispersos da certeza burguesa. Unificação, condensação que mudam a certeza, a tornam indestrutível, imperfurável, e a situam fora do alcance dos ataques do real. Porquê e como se revela de granito? Uma tal operação reduz o processus ideológico a um único núcleo, tende a fazer coincidir o discurso social dominante com o discurso do poder: fenómeno que nunca se havia produzido até então.” (15)

Aqui deixo expostas as minhas dúvidas, as reservas que o itinerário de Glucksmann me suscita. Mas que fique explícito: não se trata de silenciar o muito que a “Cozinha” trouxe;

nem de enviar o seu autor para os caixotes do lixo da “nova filosofia”.

Durante muito tempo Outubro habitou as nossas consciências. A ideia — e a nostalgia — dum brusca interrupção da história, do codificado, a ruptura dos “dez dias que abalaram o mundo” não deixaram ainda de nos inquietar. Mesmo quando se desenham outras figuras da alteridade social. Mesmo quando se descobre o que se esconde por trás de tantos Palácios de Inverno da imaginação.

O Gulag? Longa litânia dos discursos marxistas, mais ou menos oficiosos. Da mistificação da realidade dos campos passou-se à denegação de estatura moral a Soljenitsine — porque reaccionário, simpatizante de Franco, cristão... O objectivo de sempre: calar as vozes que trazem o mais cruel desmentido — e a mais dura lição.

O silêncio que a maior parte dos marxistas conservou durante décadas teve sempre um motivo comum: conservar viva a esperança socialista, não dar trunfos à burguesia, inimigo comum a leste e a oeste. Silêncio do discurso, silêncio dos corpos.

Já não estamos em 30 nem em 50. Alguns partidos apressam-se na mudança. Passando quase sempre por cima da sua quota-parte de responsabilidades, os “eurocomunistas” apressam-se a abandonar a velha bandeira do leninismo. Mas não é apenas dum alteração de nome que se trata — é talvez, um novo “novo materialismo militante” dos partidos comunistas! Nesta nova barca se vão alguns dos sonhos que o movimento operário, que os camponeses sempre acalentaram. Porém, o itinerário que leva encontra-se semeado de silêncios, cedências, omissões. Fim da ilusão?

Onde me situo continua ainda viva a mensagem de Marx e Engels: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

- (1) A. Glucksmann, *La Cuisinière et le mangeur d'hommes*, Éditions du Seuil, pág. 82
- (2) A. Glucksmann, op. cit., pág. 178-9.
- (3) A. Glucksmann, op. cit., pág. 173.
- (4) A. Glucksmann, op. cit. pág. 51.
- (5) A. Glucksmann, op. cit. pág. 61.
- (6) A. Glucksmann, op. cit., pág. 61.
- (7) A. Soljenitsine, *Arquipélago de Gulag*, L. Bertrand Editora, pág. 156.
- (8) A. Glucksmann, op. cit., pág. 48.
- (9) A. Glucksmann, op. cit., pág. 217.
- (10) F. Aulral e X. Delcourt, *Contre la nouvelle philosophie*, Ed. Gallimard, pág. 145.
- (11) Michel Foucault, “Poderes e estratégias”, incluindo no livro *Dissidência e Nova Filosofia*, Ed. Assório e Alvim.
- (12) Claude Lefort, *Un homme en trop*, pág. 189.
- (13) A. Glucksmann, op. cit. pág. 190
- (14) C. Lefort, op. cit., pág.
- (15) C. Lefort, op. cit. pág. 203.

Após as eleições francesas, e o seu desastroso desenlace para a Esquerda, era natural que as re- criminações surgissem. O Partido Comunista tentou, através do famoso relatório Fiterman, fazer vingar a sua tese oficial: todas as responsabilidades pertencem à “viragem à direita” do Partido Socialista. Tese de tal modo inconsistente, e sobretudo visando de uma forma tão clara ilibar o PCF de quaisquer culpas, que provocou no interior do mundo comunista francês uma enorme agitação, sobretudo em todos aqueles que se viram ultrapassados, não já pelos métodos burocráticos do chamado “centralismo democrático”, mas sobretudo pelo estilo de Marchais, que alguns designam de “centralismo televisivo”. Duas correntes nessa mesma contestação: por um lado, o grupo que se reúne em torno da figura de Elleinstein, e que tende para uma abertura e uma liberalização “espontâneas” ou “empíricas”; por outro, o grupo de intelectuais agregados em torno de Louis Althusser, que, desde o XXII Congresso, vinha marcando as suas distâncias em relação à linha Marchais, e que propõe um repensar do marxismo em função da prática política tanto dos “países socialistas” como dos partidos comunistas ocidentais. Esse o sentido da afirmação de Althusser quando afirma o marxismo enquanto finito. E o mesmo Althusser vai mais longe ao propor que o marxismo se desenvolva no sentido de uma crítica da política enquanto esfera específica delimitada pelo próprio sistema burguês, e enquanto modelo de organização dos próprios partidos comunistas (e dos estados “socialistas” que, por uma assimilação Estado-Partido, daí derivam). Algumas afirmações de Althusser não são novas para o pensamento socialista. Novo é que Althusser as diga. Daí a importância da sua inclusão nas páginas de ABRIL.



comunismo, estado e sociedade de transição

LOUIS ALTHUSSER ENTREVISTADO POR ROSSANA ROSSANDA



“Falta em Marx uma teoria do Estado”. Esta afirmação, avançada pelo filósofo e camarada comunista francês Louis Althusser no nosso encontro de Novembro, em Veneza, sobre “Poder e Oposição nas sociedades pós-revolucionárias” suscitou algum escândalo. A 12 de Março passado, encontrando-me em Paris para acompanhar as eleições, propus-lhe que avançasse um pouco mais nesse terreno, que havia deixado em suspenso, tendo em conta as actuais discussões entre a esquerda na Itália. E, em particular, o debate entre **Rinascita** e **Mondo Operaio**, incluindo a recente entrevista de Giuliano Amato com Pietro Ingrao e os últimos escritos de Biagio de Biavanni.

Apresento a seguir o resumo das minhas questões e a sua resposta, cuja continuidade me parece oportuno manter de acordo com a ordem com que foi pensada e escrita.

AS QUESTÕES

Na tua intervenção em Veneza, disseste que não há em Marx uma teoria do Estado. Também o creio, embora nele existam fragmentos de uma análise do Estado moderno, mais articulada do que em Lenine, e como que uma espécie de contra-teoria (aquilo que o Estado socialista não deve ser). De qualquer modo, o tema não é filológico; torna-se urgente, numa fase em que é evidente a crise dos “socialismos realizados”, e em que o Partido Comunista Italiano, tal como outros partidos ocidentais, entra no governo ou tem essa perspectiva à sua frente.

Tentemos formular algumas questões, na base do debate em curso na Itália.

Uma parte do problema diz respeito à questão da “ditadura do proletariado”. Na tua intervenção na Sorbonne, em Dezembro de 1976 — de que tomámos nota e de que publicámos alguns extractos em **Transizione**, n.º 2 — acentuaste sobretudo a impossibilidade de a abandonarmos sem renunciar a uma posição fundamental do marxismo. Mas, na tua opinião, em que ponto entrou em crise a experiência histórica da ditadura do proletariado nos países “socialistas”? Podem procurar-se as soluções em duas direcções distintas: uma diz respeito à relativa imaturidade política dessas sociedades, logo à necessidade de um Estado como esfera política unificante (Marx disse, no entanto, que todo o Estado pertence a uma classe, por isso é, em sentido próprio, burguês, mesmo que se trate do Estado proletário). Mas implicará isto que nos socialismos “imatuross” seja necessário o velho Estado, ainda mais centralizador do que qualquer outro Estado moderno? A outra direcção diz respeito, pelo contrário, à forma teórica da “esfera política” na fase de transição para o comunismo. Devemos admitir que — como muita gente diz em Itália — esta deva passar pelo partido, que se torna Estado, ainda

que dotado de uma dialéctica interna (na Sorbonne, dizias “sim” e “não”, dialéctica, sim; fracção, não)? Ou será oportuno que as diversas bases sociais se expressem politicamente (se continuam a existir as contradições, e não apenas estruturais, por que não haveriam de expressar-se “politicamente”? De que outro modo poderiam expressar-se)? Nesse caso, qual a relação entre esfera política e partido da classe operária? Em sentido próprio, o que é a “esfera política” durante a transição? Na resposta dos marxistas a Bakunine, o Estado é visto como regulador indispensável de uma sociedade comunista, ao contrário da tese da extinção, como “central” da produção (que deve ser coordenada) e da lei (e, a este respeito, como poderia pensar-se que seja de outro modo?) Por outras palavras, uma sociedade que se quer contraditória (Mao) pode viver sem uma regra de jogo, permanentemente dada e quebrada nos momentos de desequilíbrio, sob pena de não lograr sequer expressar o centro, a direita e a esquerda, e de portanto, obscurecer a dialéctica social? O “direito”, o “estado” não serão, portanto, a forma do compromisso social que intercorre em cada fase, incluindo a de transição? Então, como e quando se extingue o Estado? Que levará a pensar que os “produtores” não terão necessidade de uma mediação política “geral”?

LOUIS

Militante comunista e filósofo francês. Nasceu em 16 de Outubro de 1918 em Birmandreis, perto de Argel. Em 1937, torna-se militante da **Jeunesse étudiante chrétienne**. Em 1939, concorre à Escola Normal Superior. Nesse mesmo ano, é mobilizado. Em 1940, é feito prisioneiro até ao fim da guerra. Aí conhece operários comunistas. Em 1948, adere ao Partido Comunista Francês. Entra na Escola Normal Superior, de que se torna secretário em 1950. Em 1975, torna-se professor doutorado em concurso na Universidade de Picardie.

Publicou **Montesquieu, la politique et l'histoire**, 1959.

Pour Marx, 1965 (na colecção *Théorie de Maspéro*, que dirige)

Lire le Capital — I e II = 1965 (em cola-

As questões que me pões são enunciadas numa forma, e sobretudo com uma terminologia, que implica, de facto, uma série de **pressupostos** de teoria marxista, sobre o Estado e a "sociedade civil", sobre a política, sobre o depercimento do Estado, etc. Para vermos claro, é necessário que previamente se expliquem bem esses pressupostos. Já que, de um ponto de vista marxista, eles não são óbvios.

1. Não foi por acaso que na leitura dos textos de Ingrao e de Giovanni tropecei no adjectivo "complessivo" (1), que ressurge incessantemente nos textos destes camaradas (e outros), sobre a noção de "globalidade", que me parece relacionada com o termo, igualmente frequente, de "generalidade" ("o momento geral", etc.). Por trás destes termos, e de uma certa concepção que neles se perfila, parece-me reconhecer a ideia de que a teoria marxista está à altura de "englobar" a totalidade do processo que conduzirá do capitalismo ao comunismo. Quando esta **não designa senão as tendências contraditórias em acção no processo actual**. Uma vez liberto dos acentos proféticos dos seus escritos juvenis e do socialismo utópico (que aliás permanecem ainda, em certos aspectos, no **Capital**), Marx pensa o comunismo como uma **tendência** da sociedade ca-

pitalista. Esta tendência não é uma resultante abstracta. Existem já, concretamente, nos "interstícios da sociedade capitalista" (um pouco como as trocas mercantis existiam "nos interstícios" da sociedade escravagista e feudal) formas virtuais de comunismo: nas formas de associação que, guardadas as devidas proporções, ameaçam escapar às relações de mercado.

Por trás desta questão, existe um problema teórico muito importante. Julgo que a **teoria marxista** é um "finito", que é "limitada". Limitada às análises do modo de produção capitalista e da sua tendência contraditória que abre a possibilidade da passagem para a abolição do capitalismo e da sua substituição por "outro". "Outro" que se delinea já, quer "como um voto", quer positivamente na sociedade capitalista. Dizer que a teoria marxista é "um finito" significa sustentar a ideia essencial de que a teoria marxista é algo completamente diferente de uma filosofia da história, pretendendo "englobar", pensando-o efectivamente, **todo** o **dever** da humanidade, e, portanto, capaz de definir antecipadamente o porto de chegada, o comunismo, de modo **positivo**. A teoria marxista (se deixarmos de parte a tentação de uma filosofia da história, a que Marx por sua vez também cedeu, e que dominou, de modo esmagador, a II Inter-

o marx ã é ya
teoria globalizante

o marx ã é ya
filos. da história.

(1) N. dos T.: "complessivo", dificilmente encontra um adjectivo equivalente em português, significando "em conjunto" ou "de conjunto".

ALTHUSSER

boração com Pierre Macherey. Roger Establet, Jacques Rancière e Etienne Balibar)

Lénine et la philosophie, 1969

Réponse à John Lewis, 1973

Elements d'autocritique, 1974

Philosophie et philosophie spontanée des savants, 1974

Positions, 1976

22^{ème} Congrès, 1977

Se a importância de um pensador se avalia pelo facto de o seu pensamento se tornar ponto de referência indispensável, isso torna claramente Louis Althusser o mais importante filósofo marxista do nosso tempo. A sua leitura de Marx (propondo uma discutida periodização da sua obra), a polémica anti-humanista e antipositivista, a articulação com conceitos derivados

de Bachelard, Foucault e Lacan, a contribuição para uma teoria das ideologias e dos «aparelhos ideológicos do Estado», a influência em certos nomes conhecidos do movimento «maoista» em França, a análise do «estalinismo», o distanciamento progressivo em relação ao modelo dos «países socialistas» e a intervenção relativa à importância da noção de «ditadura do proletariado» — fazem de Althusser um autor imprescindível para o conhecimento da filosofia e da política contemporâneas.

Recentemente, Louis Althusser voltou a intervir ao interior do seu Partido no sentido de um apelo para um debate **efectivamente democrático** onde se fizesse uma análise do modo como o PCF orientou a sua estratégia no processo eleitoral francês.

O MARXISMO É UM "FINITO" E SÓ PODE PENSAR O ESTADO EM NEGATIVO

o marx. 'constata' a Tendência

teoria finita ≠ teoria fechada

apoiar a ideia de 'Totalidade' de Lenin e Gramsci

limites teóricos de Marx.

apenas afirmações apofáticas.

nacional e a fase estalinista) inscreve-se na fase **actual** e limita-se a esta: a fase da exploração capitalista. Tudo o que pode dizer acerca do futuro é o prolongamento "através das malhas" e em "negativo" das possibilidades objectivas de uma **tendência actual**, a tendência para o comunismo, observável através de uma série de fenómenos da sociedade capitalista (desde a socialização da produção até às formas sociais "intersticiais"). É necessário, portanto, ver que é a partir da sociedade actual que é pensada a transição (ditadura do proletariado, com a condição de se não distorcer instrumentalmente este termo) e a ulterior extinção do Estado. Tudo o que eu disse sobre a transição não pode ser senão uma indicação **induzida de uma tendência em acção** que, como toda a tendência em Marx, é contrariada por tendências opostas e não pode cumprir-se, a menos que uma luta de classe a realize. Mas esta realidade não pode ser prevista, de momento, na sua forma positiva determinada: é somente no decurso da luta que as formas positivas podem vir à luz e entrar na ordem do dia, descobrir-se, tornar-se reais.

Estando as coisas neste pé, a ideia de que a teoria marxista é "um finito" exclui totalmente a ideia de que seja uma teoria "fechada". Fechada é a filosofia da história, já que encerra em si, e antecipadamente, todo o decurso da história. Só uma teoria "finita" pode ser realmente "aberta" às tendências contraditórias que descobre na sociedade capitalista, e aberta ao seu futuro aleatório, aberta às imprevisíveis "surpresas" que ainda não deixaram de assinalar a história do movimento operário; aberta, logo atenta, capaz de tomar a sério e assumir a tempo a incorrigível imaginação da história.

Julgo, portanto, que nos devemos afastar absolutamente da ideia, que segue ainda na esteira de certas expressões de Lenine, e mesmo de Gramsci, segundo a qual a teoria marxista é uma teoria "total", forma de uma filosofia da história que culmina numa prática do Saber Absoluto, e capaz de pensar problemas que "não estão na ordem do dia", antecipando arbitrariamente as condições da sua solução. Se a teoria marxista é realmente "finita", é a partir da consciência aguda da sua finitude que será possível pôr a maior parte dos nossos grandes problemas.

A isto acresce, além do mais, o facto de também a propósito da sociedade capitalista e do movimento operário, a teoria marxista não dizer quase nada sobre o Estado, nem sobre ideologia e as ideologias, nem sobre a política, nem sobre a organização da luta de classe (estruturas, funcionamentos). É um "ponto cego" que testemunha indubitavelmente alguns dos limites teóricos com que Marx esbarrou, como se estivesse **paralisado** pela representação burguesa do Estado, da política, etc. a ponto de a reproduzir somente sob uma forma negativa (crítica do seu carácter jurídico). Ponto cego ou zona proibida, o resultado é o mesmo. E é importante, uma vez

pontos de bloqueio
que a tendência para o comunismo se encontra como que bloqueada (ou inconsciente de si) em tudo o que se refere a estas áreas ou estes problemas.

2. O segundo pressuposto diz respeito à política. Parece-me que, apesar do seu profundo sentido da história, Gramsci obscurece mais do que ilumina este ponto cego que existe em Marx, quando retoma a velha distinção burguesa entre sociedade política e sociedade civil, ainda que tenha dado à sociedade civil um outro sentido (organização "hegemónica" privada, logo fora da "esfera do Estado", que é identificada com a "sociedade política", o que implica voltar a pôr o fundamento na distinção jurídica em acção entre "público" e "privado"). Parece-me que, na problemática discutida em Itália, existe um nexo entre as noções de sociedade política, Estado, e a função de "generalidade", contraposta ao "privado" (que não é, de facto, a mesma coisa que o "particular" e muito menos o "sectorial", de que fala De Giovanni, que invoca constantemente, também ele, "o privado"). Julgo que este agregado de noções que comunicam entre si remete, apesar de tudo, quer para a ideologia e para a concepção e a prática burguesa da política, quer mesmo para o idealismo latente de uma "universalidade do Estado" como lugar onde se realiza o "universal", ou "a generalidade" de uma humanidade enfim liberta da exploração, da divisão do trabalho e da opressão (dirigentes/dirigidos), que Marx arrasta consigo, nas obras de juventude onde o herda de Feuerbach, e mesmo mais tarde: no fundo, a essência humana reside no Estado, que expressa de forma alienada a sua universalidade; basta tomar consciência e realizar consequentemente uma boa "universalidade" não alienada. No termo deste caminho, encontra-se o reformismo. Eis, portanto, o ponto que me parece essencial: o facto de a luta de classes (burguesa ou proletária) ter o Estado por objecto da disputa (hic et nunc) não significa de todo em todo que a política deva definir-se em relação ao Estado. É necessário, portanto, distinguir atentamente a política proletária do seu objecto de disputa imediata. Assim como Marx apresentou deliberadamente O Capital como "crítica da Economia Política", devemos chegar ao ponto que ele não pôde alcançar: pensar uma "crítica da política", tal como ela nos é imposta pela ideologia e prática burguesas. É do ponto de vista da burguesia que se traça a distinção entre "sociedade política" e "sociedade civil": esta distinção é constitutiva da sua ideologia e luta de classe, e por ela imposta como uma evidência através do aparelho ideológico político de Estado (a vontade geral, como resultante das vontades individuais, expressa pelo sufrágio universal e representada pelo Parlamento). Igualmente se pode dizer que é do ponto de vista

da burguesia que o Estado é representado como uma "esfera" distinta do resto, distinta da sociedade civil (seja no sentido de Hegel, seja no sentido de Gramsci), **fora da sociedade civil**. É necessário ver como esta concepção ideológica, que serve interesses precisos, não corresponde nem de longe à simples realidade. O Estado sempre penetrou profundamente a sociedade civil (em ambos os seus sentidos), não só através do dinheiro e do direito, mas também através dos seus aparelhos ideológicos. Após longa reflexão, julgo efectivamente poder, mau grado a subtilidade das análises de Gramsci, manter o conceito de **aparelho ideológico de Estado**; não só porque me parece mais preciso do que o conceito gramsciano de aparelho hegemónico, que o define somente pelo seu efeito (a hegemonia), sem mencionar **para quem é funcional**, isto é: para a ideologia, mas para fazer sentir com clareza que a hegemonia se exerce sob formas que, embora de "origem" espontânea e "privada", são integradas e transformadas em formas ideológicas dotadas de uma relação orgânica com o Estado. O Estado pode encontrá-las já prontas, mais ou menos esboçadas, e — como sempre sucede historicamente — "encontrá-las" sem ter sido ele a produzi-las: e não cessa de integrá-las/unificá-las em formas adequadas para garantir a hegemonia. Nesta integração-transformação, que faz um só todo com a constituição da ideologia dominante, o que representa um papel determinante é uma região específica da ideologia, estreitamente ligada à prática da classe dominante: na hegemonia burguesa, é a **ideologia jurídica** a desenvolver esta função de agregação e síntese. Processo que deve ser entendido não como acabado, mas contraditório, já que a ideologia dominante não existe sem ideologia dominada, à qual é, por sua vez, marcada por esse domínio.

Tudo sucede, portanto, como se, por ser o Estado (o que é correcto) o objecto último do confronto de classe, a política fosse reduzida à "esfera" deste objecto de disputa. Contra esta ilusão, inspirada directamente pela ideologia burguesa e por uma concepção que reduz a política ao seu próprio objectivo, Gramsci compreendeu bastante bem que "tudo é político"; portanto, que não existe uma "esfera da política"; portanto, que, se a distinção entre sociedade política (ou Estado) e sociedade civil define bem as formas impostas pela ideologia e pela **praxis** burguesas, o movimento operário deve acabar com esta ilusão e seus disfarces, e elaborar uma outra ideia da política e do Estado.

No que se refere ao Estado, trata-se sobretudo de não reduzir a sua realidade unicamente à esfera visível dos aparelhos, ainda que dissimulados por detrás da cena do aparelho ideológico político de Estado (o "sistema" político). O Estado sempre foi "alargado", e a este respeito é necessário entendermo-nos bem, contra o equívoco daqueles que fazem deste "alargamento"

um facto recente, a mudar os dados do problema. São as formas deste "alargamento" que mudaram (certamente, e de que maneira), mas não o princípio do alargamento. Simplesmente, parece-me que até há algum tempo estivemos cegos ao efectivo alargamento do Estado, visível já na monarquia absoluta (para não recuar mais) e no Estado do capitalismo imperialista.

No que se refere à política, trata-se sobretudo de não a reduzir às formas oficialmente consagradas como políticas pela ideologia burguesa: o Estado, a representação popular, os partidos políticos, a luta política pelo poder do Estado existente. Se entramos nesta lógica e aí permanecemos, — arriscamo-nos a cair não só no "cretinismo parlamentar" (expressão discutível), mas sobretudo na **ilusão jurídica** da política: uma vez que a política é então definida através do direito, e que este direito consagra (e somente) as formas da política definida pela ideologia burguesa, incluindo a actividade dos partidos. Um simples exemplo local, muito menor do que acontece em Itália: uma série de processos foram intentados em França por alguns industriais contra comunistas que falavam aos operários nos locais de trabalho; os patrões tiveram o direito pelo seu lado. Naturalmente, este direito político e "social" caminha a par de uma **ideologia jurídica** que distingue cautelosamente a política da não-política. Esta ideologia não é somente uma questão de ideias, realiza-se, por exemplo, no aparelho ideológico de Estado sindical: quantos sindicatos não recrutam os trabalhadores através da ideologia do sindicato apolítico? (eventualmente, explorando até uma recusa dos trabalhadores perante a política em sentido burguês: assim, o anarco-sindicalismo).

Não se trata também de "alargar" a política existente, mas de saber escutar a política onde esta nasce e se faz. Delinea-se hoje uma tendência importante para fazer sair a política do seu estatuto jurídico burguês. A velha distinção partido/sindicato é posta duramente à prova, iniciativas políticas totalmente imprevisíveis nascem fora dos partidos e do próprio movimento operário (feminismo, formas do movimento juvenil, correntes ecológicas, etc.), numa grande confusão, é certo, mas que pode ser fecunda.

A "politização generalizada" de que fala Ingrao é um sintoma que deve ser interpretado como uma contestação, por vezes selvagem, mas profunda, das formas burguesas clássicas da política. São fragmentos que se buscam, em contradições agudas, se bem que "contradições no seio do povo", mesmo quando não reconhecidas como tal pelos seus protagonistas. Neste plano, a Itália está à cabeça. Tenderei a interpretar as dificuldades do PCI em integrar, ou mesmo em tomar contacto com alguns movimentos novos, como o sinal de que a concepção clássica da política e dos partidos está a ser posta em causa; e as iniciativas do sindicato, que por vezes

QUE O ESTADO SEJA OBJECTO DE DISPUTA NÃO QUER DIZER QUE A POLÍTICA SE IDENTIFIQUE COM O ESTADO



É uma grande loucura querer ser sábio sozinho.

La Rochefoucauld

Os seus sonhos tombaram na lama como andorinhas feridas.

Flaubert

Actores de uma revolução hoje atolada, oferecemos à Europa um certo número de imagens e de analogias contraditórias. A revolução portuguesa apareceu sucessivamente como exaltante e exemplar pela ausência de excessos sangrentos, suspeita pelos seus objectivos socialistas, e irrisória, se não ininteligível, pelas faltas às promessas ou aos sonhos que toda a esquerda europeia tinha colado à nossa bandeira exótica. Quatro anos após o 25 de Abril, poder-se-á pensar que a nossa revolução foi para o conjunto dessa esquerda uma espécie de espelho de ilusões. Mas há perto de duzentos anos que os fantasmas revolucionários têm a mesma função compensadora e o mesmo papel de ilusão lírica necessária. Os equívocos, as falsas esperanças ou as analogias sem fundamento a que a nossa revolução deu lugar explicam-se, todos eles, por um desconhecimento quase absoluto da verdadeira realidade portuguesa. Desconhecimento, aliás, muito natural, pois apenas difere nalguns graus daquele que o conjunto dos portugueses sentiam em relação à sua própria situação, após meio século de ocultação sistemática, intencional, da realidade nacional e do papel que nos era reservado no contexto do capitalismo ocidental. Há muito que a Europa se tinha afeito à ideia do nosso país pacífico, adormecido à sombra de um fascismo atilado, para verdadeiramente se interessar pelo que aí se passava. Apenas a guerra colonial, e os poderosos interesses por ela mobilizados, expõem Portugal a uma luz mais crua, cuidadosamente filtrada de dentro pelo regime de Salazar. Apesar deste esquecimento, ou por sua causa, a revolução de Abril, rebentando como um trovão sobre uma Europa saciada, torna-se de imediato um objecto de fascinação e uma fonte de devaneios políticos e ideológicos para todo um mundo que ainda na véspera ignorava praticamente a nossa existência. Este despertar estrangeiro, as formas por ele tomadas, não devem ofuscar-nos, pois o nosso, no interior do nosso próprio país, também ele revestiu um aspecto patológico e se traduziu de imediato numa inundação de entusiasmo e de exigências sem comum medida com a nossa verdadeira capacidade de os incarnar na realidade.

A revolução portuguesa teve lugar num país profundamente despolidizado por quarenta anos de regime de partido único de essência fascista. Ao mesmo tempo, esse país estava (sobretudo a partir dos anos 60) ultra-politizado ao nível de uma minoria de militantes de esquerda, clandestinos ou não, de intelectuais conhecidos e de es-

tudantes universitários, para não falar dos sobreviventes dos antigos partidos democráticos. De entre essa minoria, só os comunistas ou os a eles chegados representavam uma camada organizada e politicamente significativa. Desgraçadamente, vivendo em circuito fechado, intoxicada ao mesmo tempo por palavras de ordem simplificadoras como todas o são em período de clandestinidade e pela imagem que o regime fascista lhe fabricava, essa minoria acreditava em excesso que o conjunto do povo português partilhava o seu ódio em relação ao sistema policial e conservador vigente. A triste realidade era bem outra: num país com uma taxa de analfabetismo próxima dos 40%, a população era, na sua imensa maioria, ou indiferente politicamente ou a favor de um sistema que, antes da guerra colonial, sempre soubera sair-se bem das mais perigosas situações, em particular aquando de eleições que não deixavam nenhuma hipótese aos opositores do regime.

Nestas condições, a Revolução de Abril aparece aos olhos do português médio como um "milagre" em que se misturam estupefacção e medo. Só mais tarde se tornou "popular". O seu carácter pacífico, a vontade de acabar de vez com uma guerra colonial de que a opinião pública não conhecia as verdadeiras implicações, tornaram-na, depois de um momento de desconfiança em relação ao que parecia um simples "putsch" militar, finalmente aceitável. O que mais surpreendeu foi a vontade dos jovens vencedores de instaurar, após meio século de eclipse, um verdadeiro sistema democrático. Um exército que não reivindicava a totalidade do Poder, depois de um golpe militar tão bem conseguido, espantou. De facto, esse exército, decepcionado pelo rumo do conflito africano e pelo seu papel de sustentáculo de um regime anti-popular, não fazia já fincapé em desempenhar um papel político de natureza autoritária. Saídas do falso "apolitismo" com que a ditadura de Salazar as tinha gratificado, as Forças Armadas reivindicavam uma espécie de apoliticismo novo, um papel **não-partidário** de força que garantisse o livre jogo democrático, devolvido ao conjunto das organizações políticas recentemente autorizadas. Apesar deste "apartidarismo" de fundo, o programa do M.F.A. de 1974 estava impregnado de uma vontade de **mudança** propriamente **revolucionária**, indo sem equívocos no sentido da supressão das estruturas monopolistas em que assentava o antigo sistema. Abordava o atraso económico e social de Portugal, a disparidade e a injustiça gritantes entre as classes sociais, o estatuto medievo dos trabalhadores rurais, e preconizava uma reforma de fundo das estruturas arcaicas da nossa sociedade.

Este programa, mesmo não sendo de inspiração comunista, trazia a marca de uma certa linguagem marxista e foi, para o P.C.P. primeiramente, mas também para uma fracção das For-

**A REALIDADE
ANTES
DE ABRIL**

COMUNISMO QUER DIZER: FIM DO ESTADO

apanham o partido em contra-marcha, como um sinal de alarme: para que o partido saia das suas velhas concepções. E, naturalmente, todo este movimento acaba por pôr em causa a forma de organização do próprio partido, e assim nos damos conta (um pouco tarde!) de que este é construído exactamente a partir do modelo do aparelho político burguês (com o seu "parlamento" que discute, a base dos militantes, e uma direcção "eleita" que, aconteça o que acontecer, consegue manter a sua autoridade e garantir, através do aparelho dos funcionários e em nome da ideologia da unidade do partido que sanciona o seu consenso, a prevalência da sua "linha"). É evidente que esta profunda contaminação da concepção da política por parte da ideologia burguesa constitui o ponto a partir do qual se jogará (ou se perderá) o futuro das organizações operárias.

3. Por todas estas razões, sinto-me frontalmente incomodado por fórmulas como: "Admitte-se que a forma teórica da esfera política na fase de transição **deva passar pelo partido que se faz Estado**". Precisamente, parece-me impossível admitir esta ideia (sustentada, se não estou em erro, por Gramsci, na sua teoria do Príncipe Moderno, que, de facto, retoma o tema mais vasto, correctamente expresso por Maquiavel, da ideologia burguesa da política). Se o partido "se faz Estado", temos a URSS.

Escrevi já há muito tempo a alguns amigos italianos que, cada vez mais, em linha de princípio, — o partido não deve considerar-se como "partido de governo", ainda que, em dadas circunstâncias, possa participar no governo.

Por princípio, coerentemente com a sua razão de ser política e histórica, o partido deve estar fora do Estado, não só do Estado burguês, mas por maior razão, do Estado proletário. O partido deve ser o instrumento número um da "destruição" do Estado burguês, antes de tornar-se ("através das malhas...") um dos instrumentos do deperhecimento do Estado. A exterioridade política do partido em relação ao Estado é um princípio fundamental que se pode encontrar nos raros textos de Marx e de Lenine a este respeito. (Arrancar o partido ao Estado para o entregar às massas foi a tentativa desesperada de Mao na revolução cultural). Sem esta autonomia do partido (e não da política) em relação ao Estado, nunca sairemos do Estado burguês, por mais "reformado" que o queiramos.

É esta autonomia do partido em relação ao Estado que permite pensar a possibilidade (ou a necessidade) daquilo a que formalmente se chama "pluralismo". É apenas vantajoso, e não o contrário, que existam diversos partidos na fase de transição; pode ser uma das formas da hegemonização da classe operária e dos seus aliados, mas sob uma condição, a de que o partido operário não seja como os outros, isto é: uma sim-

ples peça do aparelho ideológico político de Estado (regime parlamentar), mas que permaneça fundamentalmente **fora do Estado** através da sua actividade entre as massas, e a fim de impelir as massas à obra de destruição-transformação dos aparelhos de Estado burgueses, e favorecer, onde já exista, a extinção do novo Estado revolucionário. A ratoeira número um é o Estado: quer sob as formas políticas da colaboração de classes ou da gestão da "legalidade" existente, quer sob a forma mítica do "fazer-se Estado" do partido. Digo mítica do ponto de vista teórico, uma vez que é, infelizmente, demasiado real nos "países socialistas".

Sei que é extremamente difícil "manter" uma posição como esta: mas sem ela, a autonomia do partido fica irremediavelmente comprometida, e não resta qualquer possibilidade de fugirmos ao risco, quer de uma colaboração de massas, quer do Estado-partido, com as suas consequências.

Mas, se nos arriscarmos a manter tal posição, os problemas levantados pelos socialistas italianos parecem-me colocados no lugar exacto. Ocorre certamente que o Estado de transição fixe, respeite e faça respeitar uma "regra do jogo" jurídico que proteja os indivíduos, sejam eles os opositores. Mas se o partido for autónomo e permanecer tal, respeitará as "regras do jogo" naquilo que os seus interlocutores consideram, segundo a ideologia jurídica clássica, a "esfera do político" — inclusivamente, fazendo política onde se decide de tudo: no movimento de massas. A destruição do Estado burguês não significa supressão de toda a "regra do jogo", mas transformação profunda dos seus aparelhos, supressão de alguns, criação de outros, todos revolucionários. Não é limitando "a regra do jogo", ou suprimindo-a, como na URSS, que se pode esperar que as massas tenham a possibilidade de se expressar, salvo por forma selvagem, que podem levar a desfechos trágicos. A regra do jogo, tal como é concebida pelas ideologias clássicas, não passa de uma parte de um jogo totalmente outro, bem mais importante que o do direito, como afirmou o próprio Bobbio. Se o partido mantiver a sua autonomia, tem tudo a ganhar e nada a perder ao respeitar e propôr a regra do jogo. E se esta tem de mudar, não pode fazê-lo senão para corresponder a mais liberdade, no sentido do deperhecimento do Estado. Mas se o partido perder a sua autonomia de classe, de iniciativa e de acção, então a própria "regra do jogo" servirá interesses completamente diversos dos das massas populares.

E uma vez que se fala de "regra do jogo", após ter-se falado do comunismo como tendência e realidade "intersticial", talvez seja necessário dizer uma palavra sobre esse futuro longínquo, que talvez nunca venha a realizar-se, mas que se desenha "como voto" na nossa sociedade. Geralmente, prendemo-nos a algumas fórmulas idealistas, como a de Marx sobre o



Ribeiro: Partido/Estado na Transição



Antônio Gramsci

“reino da liberdade” que se sucederia ao “reino da necessidade” (!), sobre o “livre desenvolvimento dos indivíduos” ou a sua “livre associação”. Quero admitir que o comunismo seja o advento do **indivíduo**, finalmente liberto da carga ideológica ética que pretende fazer dele “uma pessoa”. Mas não estou absolutamente certo de que Marx o entendesse deste modo. A prova-lo está o seu constante ligar o livre desenvolvimento dos indivíduos e a “transparência” das relações sociais finalmente libertas da opacidade do fetichismo. Não é por acaso que o comunismo surge como o contrário do fetichismo: na figura do comunismo como inverso do fetichismo o que nos surge é a livre actividade do indivíduo, o fim da sua “alienação”, de todas as formas da sua alienação: fim das relações mer-

cantis, fim do Estado, fim da ideologia, fim da própria política. No limite, uma sociedade de indivíduos **sem relações sociais**.

Mesmo tratando-se apenas de uma antecipação que deve ser pensada como tal e com extrema prudência, não podemos aceitar esta imagem edênica da transparência dos seres humanos, dos seus corpos, das condições da sua vida e liberdade. Se houver uma **sociedade comunista**, esta terá as suas relações de produção — nome que é necessário dar até à “livre associação dos produtores” — e, portanto, as suas relações sociais, e, portanto, as suas relações ideológicas. E, se esta sociedade se libertar finalmente do Estado, não é possível dizer que se assistirá por isso ao fim da política: quanto ao fim da política nas

O DEBATE ITALIANO

*o comun. mantém
rel. sociais, ideal e
de prod.*



idealismo de Marx e a história tem o sentido) saber que o sentido da sociedade comum.

suas últimas formas burguesas, certamente — mas essa política (a única que Marx conseguiu ver até ao limite do seu “ponto cego”) será substituída por uma política diversa, uma política sem Estado, que deixa de ser difícil de conceber quando se compreendeu que é apenas na nossa sociedade que o Estado e a política se confundem.

Pode parecer gratuito entregarmo-nos a este pequeno jogo teórico. Todavia, a experiência demonstra que a representação, ainda que vaga, do comunismo que os homens fazem, especialmente os comunistas, não é estranha ao seu modo de conceber quer a sociedade actual, quer as suas lutas imediatas e próximas. A imagem do comunismo não é inocente: pode alimentar ilusões messiânicas que garantam as formas e o futuro da acção presente, desviá-los do materialismo prático da “acção concreta na situação concreta”, alimentar a ideia grata de “universalidade” que se encontra em alguns sucedâneos equívocos, como o “momento geral”, e em que uma certa “comunidade” de interesses gerais vem a ser satisfeita à maneira de um esboço longínquo do que poderá ser um dia a universalidade do “pacto social” numa “sociedade regulada”. Esta imagem alimenta, por fim, a vida (ou a sobrevivência) de conceitos dúbios, pelos quais, sobre o modelo imediato da religião, para que não forneceu qualquer teoria, Marx pensou o fetichismo e a alienação, conceitos que, após terem ocupado todo o espaço dos **Manuscritos de 1844**, regressam em força nos **Grundrisse** e deixam ainda vestígios no **Capital**. Para forçar este enigma convém voltar à imagem que Marx se fazia do comunismo: pode começar-se a decifrá-lo substituindo esta imagem problemática por uma crítica materialista. É através desta crítica que é possível empreender a individuação do que resta em Marx de uma inspiração idealista do Sentido da história. Teoricamente e politicamente, não vale a pena.

4. É-me bastante difícil participar nas interessantes discussões que se desenvolvem em Itália (Amato, Ingrao, De Giovanni), quanto mais não seja por razões de semântica... estes camaradas pensam com uma terminologia muito elaborada e abstracta, a partir de algumas indicações conceptuais de Gramsci, o que coloca, a nós, provincianos franceses, terríveis problemas de comunicação.

Direi, no entanto, que me sinto muito próximo de Ingrao quando sublinha a necessidade de ter na maior conta possível os movimentos originais que se desenvolvem fora dos partidos, quando evidencia a mudança de posição dos partidos (recusando toda a visão totalizante) e quando declara que a questão do partido político deve ser posta em termos novos. Convince-me menos (talvez o tenha entendido mal) quando, por exemplo, parece falar do Estado e da esfera política como constitutivos, de certo modo, de

toda a política, quando fala de “socialização da política”, como se não se tratasse antes (ele diz-lhe alhures) de “politização do social”. Uma vez que “socialização da política” supõe a pré-existência de uma política por “socializar”, e esta política por “socializar” corre fortes riscos de ser a política nas suas formas dominantes. O que me parece interessante nos exemplos citados por Ingrao é que as coisas, efectivamente, se desenvolvam no sentido oposto: não da política para as massas, mas das massas para a política e, coisa fundamental, “em direcção a uma prática diversa da política” (Balibar). Ingrao não me diz suficientemente, quando declara que a conflitualidade e a diversidade dos movimentos “dá a maior importância ao momento da mediação geral”.

Falando em termos assim abstractos, pode dar a impressão de pôr o acento sobre o Estado em geral, sem colocar em primeiro plano a sua transformação.

É talvez um resto da herança que lhe ficou de Gramsci, que tinha tendência a confundir o aparelho de Estado com as suas funções, sem assumir suficientemente a sua materialidade.

Embora adiantando as mesmas reservas face às fórmulas análogas que encontro em De Giovanni (“socializar a política”), “difusividade da política” no “particular”, “difusão molecular da política”, etc.) e também às suas teses sobre a “difusão do Estado”, que podem dar o flanco a equívocos, que levem a confundir Estado e política (como se dizia atrás), sinto-me muito próximo dele quando evoca “a crise de autonomia da política” e, sobretudo, quando define esta política: “a forma teórica e prática do velho Estado”. Uma vez que a designa então pelo seu verdadeiro nome: formas de hegemonia em acção. E estou de acordo com ele quando observa muito justamente que “a exaltação da mediação política nasce dos riscos de fraqueza já contidos na sua simples difusão”. Eis o ponto decisivo: a política não se difunde (no sentido de: pela acção, a partir das formas do Estado ou mesmo dos partidos) sem correr o risco de um tecnicismo ou de uma “participação” que esbarra com o “muro” do poder de Estado (já que pode ser o próprio Estado a organizá-la!). “Não me parece suficiente responder ao geral do poder historicamente existente (também aqui De Giovanni designa o geral pelo seu verdadeiro nome) com a autogestão da autonomia. O ponto decisivo é a hegemonia, que é dada na fórmula global em que deve expressar-se a construção do Estado”. Não me agrada a expressão “forma global”. Mas hegemonia, construção do Estado (se construção do Estado revolucionário quer dizer destruição do Estado burguês), eis termos que nos falam, a seu modo, pois todo o artigo de De Giovanni está cifrado e convém descodificá-lo, de coisas conhecidas há já tempo.

O DEBATE ITALIANO

(texto cedido por Il Manifesto e traduzido por Regina Louro e Miguel Serras Pereira)

OPÇÕES PARA O FUTURO DA ESQUERDA EM PORTUGAL

ANTÓNIO VICTORINO (-)



1. A Europa Ocidental atravessa, neste momento, uma nova e prolongada fase de crise estrutural da economia capitalista; mas esta é também uma crise política e social, ideológica e moral. Em Portugal, país «entalado» entre o centro e a periferia do capitalismo internacional, à «crise importada» adicionam-se os factores específicos da crise interna do capitalismo português, decorrente das características de acumulação verificadas durante o fascismo e das profundas transformações introduzidas no pós-25 de Abril. Naturalmente acompanham de perto esses factores económicos os elementos mais marcantes da crise política e social emergente do período pré-revolucionário, de intensa agudização da luta de classes vivido até 25 de Novembro de 1975.

Uma tal crise permanece em aberto ainda hoje, não apenas por força do rápido agravamento da situação económico-financeira, mas também porque a redefinição do modelo de desenvolvimento e do sistema de alianças no seio da classe dominante carece ainda de uma estratificação que solidifique o seu poder bem como de uma clarificação de objectivos e de meios viáveis à consecução de um «projecto nacional», entendido este como um projecto que assegure a sobrevivência da burguesia enquanto classe dominante e do sistema de que é suporte e que a suporta.

2. Não custa compreender que a crise que o País atravessa também afecta a esquerda. Ou seja, o sector político à esquerda do PS encontra-se, ele próprio, em crise, não apenas de representação partidária (ou de recomposição orgânica), mas sobretudo uma crise de programa e de prática de luta consequente. Da crise no seio da esquerda destacaremos apenas três questões.

Em primeiro lugar, já não restam dúvidas

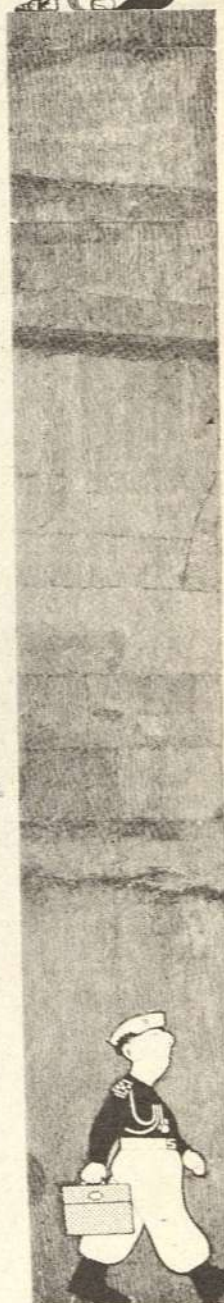
hoje que a crise do sistema capitalista divide os trabalhadores, isto é, representa um elemento que quando habilmente manipulado pela burguesia contribui para o enfraquecimento da resistência popular à política da classe dominante.

Donde que o reforço, em termos sociais e partidários, que a esquerda tem vindo a registar deva ser entendido com uma ressalva: trata-se de um reforço com carácter transitório, característico de uma fase de acumulação de forças e que por isso mesmo exige da esquerda, e sobretudo da CGTP/IN, uma resposta cabal, que vise não apenas organizar a articulação das lutas parciais que actualmente se desenvolvem (movimento grevista, luta contra as desintervenções, etc.) mas também, e sobretudo, perspectivar com clareza e objectividade uma estratégia política que aponte, no curto/médio prazo, para uma inversão do fluxo da relação de forças sociais, para a passagem da resistência a ofensiva.

Em segundo lugar, a crise que no seio da esquerda se desenvolve não afecta todas as suas componentes de igual forma. Assim a problemática com que se debate um PCP não pode ser assimilada à situação que afecta os pequenos grupos extra-parlamentares, nem às dificuldades e potencialidades que encerra um projecto do tipo do da UEDS.

Logo haverá que compreender que no período imediato o reforço da unidade dos trabalhadores determina mas é também condicionado pela capacidade de as forças de esquerda ultrapassarem a especificidade das suas próprias crises internas e conseguirem encontrar plataformas unitárias que conduzam à acção conjunta face à investida da direita e ao desenrolar do processo político global.

Finalmente, uma última observação sobre as questões mais ingentes a que a forças de es-



Desenho de João Abel Manta

querda têm que responder e que giram em torno do repensar do programa dessa mesma esquerda hoje em Portugal.

Deixando a análise da possível evolução do PCP para posterior oportunidade, existem neste momento duas formas de encarar a recomposição das forças de esquerda: uma que consiste numa análise política profunda e alargada das questões centrais da construção do socialismo em Portugal e na Europa Ocidental, um repensar dos elementos centrais da transição face às novas características de evolução do sistema capitalista e face às novas solicitações do movimento operário; outra que se traduz no reavivar de «slogans» e chavões do passado, reproduzindo mecanicamente experiências e exemplos de outros tempos e outras latitudes, claramente inadaptados à realidade portuguesa.

1)

2)

1) - No primeiro caso, incluímos um movimento de debate e discussão que se tem vindo a gerar e que importa generalizar ainda mais, juntando na reflexão e na prática de acção em torno dos temas centrais da luta pelo socialismo grupos e pessoas vindas de sectores diferentes que têm objectivos estratégicos comuns e que assim pretendem articular as suas opções tácticas fundamentais. Desse debate, que se inicia em franjas muito limitadas do PS, abrange pequenos grupos da esquerda socialista, abala importantes sectores do PCP e atinge mesmo alguns sectores da extrema-esquerda, a recente criação da UEDS é uma expressão parcelar mas significativa, na medida em que prova claramente que um processo de discussão franco e sincero, culminando numa Convenção Nacional que se caracterizou pela abertura do diálogo e pela absoluta democraticidade das decisões pode conduzir a novas metas que se traduzem no reforço da coesão daqueles que lutam pelos mesmos objectivos.

O projecto socialista autogestionário emergente da CNESD, e que constitui o cerne da linha política, estratégica e táctica, da UEDS, apresenta-se como o principal pólo mobilizador de um sector político que se mostra especialmente predisposto a repensar a actuação da esquerda em Portugal, não apenas em termos de proposta política, mas também no tocante à fórmula organizativa das forças políticas e da sua articulação com o movimento popular em geral.

Ao projecto socialista autogestionário terá que corresponder, forçosamente, uma organização de tipo novo, caracterizada pela mais ampla democraticidade interna, pelo direito de as minorias divulgarem as suas posições, internamente à organização, em igualdade com as da maioria, por uma direcção colegial constantemente controlada pelas bases e estruturas intermédias. Organização de tipo novo caracterizada ainda por uma nova fórmula de articulação da organização política com o movimento social, em especial com os novos movimentos de cunho anticapitalista como o dos jovens, das mu-

lheres, dos ecologistas, etc. articulação essa que enterre definitivamente as práticas controleristas e burocratizantes (tipo «correia de transmissão») e reconheça o carácter específico e autónomo da auto-organização dos trabalhadores nos diversos níveis a que se desenrola a luta de classe.

Contudo, paralelamente a este esforço de, em torno de um projecto socialista autogestionário, construir uma organização e uma prática de luta consequentes, assistimos hoje ao reaparecimento de concepções grupuscularizantes e maximalistas cuja incoerência e inviabilidade já foram por diversas vezes demonstradas no curso do processo político posterior a 25 de Abril.

Esta em gestação uma nova organização política, «unitária, revolucionária, de trabalhadores», dotada de «direcção autónoma» (?) que, no fundo, em nosso entender se traduz no processo de fusão de dois partidos já existentes, o PRP e a FSP. **OUT**

Em primeiro lugar cumpriria perguntarmos: organização unitária, o que é? E que significa «direcção autónoma»?

Tratar-se-a, porque unitária, de uma nova organização de tipo frentista, sem existência real e controlada do exterior por outro partido? Ou a designação unitária tem apenas o objectivo (propagandístico) de recobrir com a referência ao espírito da unidade dos trabalhadores aquilo que politicamente constitui no essencial o legítimo processo de aproximação de dois grupos políticos? Cumpre-nos recordar aqui que as fusões entre organizações, ou a transmutação de nome de uma força já existente, são meros expedientes administrativos que não se traduzem forçosamente no renovar, desde a raiz, de um projecto político e de uma prática de luta. É além disso o próprio carácter unitário de qualquer proposta ou força que a cristalice não advém de rotulos que «a priori» se afixam numa sigla, mas fundamentalmente da linha política prosseguida, definida em processo aberto e democrático de discussão conducente à formação de uma nova organização política.

Por outro lado, em toda a história do movimento operário internacional a concepção da autonomia dos trabalhadores está intimamente ligada ao funcionamento dos seus órgãos representativos de classe, sindicatos, estruturas auto-organizativas de democracia de base.

Apresentar uma nova organização política como de «direcção autónoma» representa em primeira instância um equívoco face à tradição histórica do movimento operário: a autonomia refere-se não à direcção de uma qualquer organização (autónoma face a quê?) mas sim às características específicas do movimento popular e suas estruturas organizativas próprias, exteriores às forças partidárias enquanto tal.

Numa organização com contornos ainda mal definidos e objectivos não totalmente clarificados em termos públicos, o facto de se fazer referência a uma «direcção autónoma» significa

AO PROJECTO AUTOGESTIONÁRIO TERÁ QUE CORRESPONDER UMA ORGANIZAÇÃO DE TIPO NOVO

FILME DA CRISE

afirmar a independência dessa direcção em relação aos partidos que estão na sua origem? Caso contrário, que se pretende ao utilizar tal nomenclatura que gera confusões graves entre autonomia de classe da linha política de uma organização e autonomia orgânica do corpo directivo de uma determinada força política? Mais: não nos podemos esquecer, como elemento relevante da história do movimento operário, que uma «directão (organicamente) autónoma» não é garantia originária de independência da linha política face aos interesses e objectivos da burguesia de dividir os trabalhadores e reforçar a sua dominação de classe.

4. Na base das posições políticas desta nova organização encontramos, como corolário da tese «ou fascismo ou revolução socialista», o retomar da tão decantada «insurreição popular armada»... Independentemente do simplismo que consiste apresentar em cada momento tático, as soluções extremas, como as únicas viáveis («ou fascismo ou a revolução socialista»), o que nos interessa aqui é avançar algumas reflexões sobre a tese da «insurreição armada».

A defesa da insurreição popular armada, tal como ela é feita por esta nova organização, radica no essencial numa concepção mecanicista da chamada «tomada do Poder» e numa análise maniqueísta da realidade social portuguesa.

Para os defensores de tal tese «o Poder» é na sua dimensão política uma realidade física, que se «toma» de um só golpe, para cuja prossecução se desencadeia um processo de «insurreição armada». E logo apresentam como referência histórica fundamental a Revolução de Outubro. Fazê-lo significa não ter em linha de conta as condições concretas da Rússia de 1917, escamotear o real significado do Partido Bolchevista na formação social russa de então. Mas significa também persistir na extrapolação da história da tomada do Poder na Rússia czarista para os países da Europa Ocidental sessenta anos depois. Significa ainda ausência de reflexão sobre o significado da história do movimento operário internacional, desde as experiências revolucionárias falhadas (Alemanha de 1918) até à situação actual dos países da Europa Ocidental e das aspirações dos trabalhadores desta zona do Globo, situação complexa em termos de relação de forças sociais e da respectiva expressão política.

Como o Poder se lhes afigura algo de eminentemente físico (a tomada do «nosso» palácio de Inverno) a insurreição armada é a tomada do Poder, a insurreição armada é a transição para o socialismo.

Nada mais errado... E a hegemonia na sociedade civil, a questão do domínio político-ideológico do proletariado sobre a burguesia

30 de Março — Rocha Vieira é exonerado, por Ramalho Eanes, do cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército.

31 de Março — O Conselho da Revolução exonera o general graduado Vasco Lourenço do cargo de governador militar de Lisboa e revoga a legislação que estabelece que apenas um dos seus membros pode desempenhar aquelas funções.

31 de Março — Pedro Cardoso toma posse como novo CEME.

1 de Abril — Os bancários do Sul e Ilhas elegem para os novos corpos gerentes a lista D, da linha sindical social-democrata. A lista afecta ao PCP fica a escassas duas centenas de votos, enquanto o PS sofre derrota significativa ao classificar-se em terceiro lugar com menos quatro mil votos que a candidatura do PSD. A lista C, apoiada pela UEDS, UDP e MES e outras tendências de esquerda, coloca-se em quarto lugar com 1454 votos.

3 de Abril — Sá Carneiro à RDP: «Ramalho Eanes constitui uma desilusão pelo seu mandato negativo».

— Vasco Lourenço despede-se com mensagem à sua antiga Região Militar: «A minha saída da RML não significa nem pode ser encarada como sinal de retorno ao passado ou perda irremediável. A instituição militar está suficientemente disciplinada e consciencializada».

6 de Abril — Pela segunda vez em cinquenta anos, os trabalhadores da Função Pública estão em greve geral em defesa do direito a negociação das condições de trabalho e por uma tabela salarial digna. Segundo os sindicatos, a paralisação registou maior adesão, tanto em número de trabalhadores como de locais de trabalho, do que a jornada de luta de 10 de Março.

7 de Abril — Basílio Horta (CDS), ministro do Comércio e Turismo, divulga o «Cabaz '78». Aumentos generalizados entre 10 e 38 por cento são a principal característica do novo «cabaz de compras», que inclui os seguintes novos produtos: frangos, ovos, salsichas enlatadas, mortadela, queijo tipo flamengo e carne de porco fresca. Dele deixam de fazer parte o arroz carolino e a carne de bovino congelada. Horta adverte na ocasião: «se não aumentar a produção haverá racionamento em 1979».

8 de Abril — A Comissão Política do PSD anuncia a sua demissão e convoca o Conselho Nacional do partido, alegando ter sido tomada pública «linha política contrária a definida no congresso do Porto». Na sequência desta decisão o Conselho Nacional do PSD, reunido a 15 e 16, decide nomear

CRÍTICA DAS CONCEPÇÕES INSSURRECIO- NAIS

em formações sociais de pesado passado histórico-cultural? E o bloco social de apoio à transição, personagem principal da transformação da sociedade? E a política de alianças dos partidos, classes e estratos de classe sobre que assenta a construção de um tal bloco? E o programa político, a estratégia unificadora das forças sociais que lutam e aspiram pela construção da sociedade libertadora?

Em nosso entender a ausência de resposta a estas questões por parte dos defensores da tese da «insurreição popular armada» radica no facto de não compreenderem que o «Poder» é, no seu cerne, uma relação de forças sociais dotada de mediação política particular nos países de capitalismo desenvolvido, mediação essa que se exprime de forma própria nos diversos níveis da luta de classes (luta política, económica, ideológica, etc.), em que a esfera económica nem sempre é directamente determinante. Donde a falibilidade das suas análises economicistas estariam imediatamente perante uma crise económica estrutural e definitiva do capitalismo que conduziria directamente à queda do Poder da burguesia; para tantos bastaria «dar um empurrãozinho», fazer a «insurreição armada», independentemente da capacidade do proletariado se erigir, desde já, não apenas em fração hegemónica no seio do bloco social revolucionário, mas também como nova classe dominante.

Em nosso entender é da conjugação e da interação dialéctica das expressões políticas anticapitalistas em cada um desses terrenos de luta, no quadro da contestação global do sistema protagonizada por um bloco social revolucionário, que é possível perspectivar a destruição do capitalismo. À complexidade da transição para o socialismo nos países da Europa Ocidental não se pode responder brandindo simplesmente concepções insurrecionalistas que se limitam a uma acção golpista de cariz militar, e nada mais.

«Dada a complexidade do Estado e da sociedade do capitalismo desenvolvido, a diversidade dos «centros de Poder», pode tomar-se como hipótese mais provável que essa mudança decisiva na relação de forças e seus resultados se materializem através de uma sucessão de afrontamentos e roturas e não num único afrontamento «resolutivo» segundo o modelo das passadas revoluções (ainda que neste momento não se trate de um afrontamento armado). (...) A diferença básica entre a revolução no Ocidente e as revoluções nos países atrasados reside, na realidade, em que a primeira, ao contrário das segundas, será obra — ou não haverá revolução de uma maioria objectiva e subjectivamente interessada no socialismo; de um bloco scio-interessada no socialismo; de um bloco sócio-político que pelo próprio facto de englobar o essencial das forças vivas da sociedade pode impor um processo democrático.» (Fernando Claudin, **Eurocomunismo y socialismo**, pág. 156.)

É a incapacidade de compreender o carácter político e social complexo da transição para o socialismo na Europa Ocidental que leva um dos defensores da tese da insurreição armada a escrever: «Afirmando como alternativa para a tomada do Poder a soma entre a «democracia representativa» e as lutas de massas, não se percebe porque fórmula mágica essas massas correrão com a direita e instaurarão um novo Poder».

Ninguém que se reclame da herança histórica do marxismo pode pretender «desmistificar» assim, de uma penada, a complexa articulação dialéctica entre democracia representativa e democracia de base, escamoteando por um lado o peso real que a luta pela democracia assume no passado do movimento operário português e por outro lado a profunda contradição que existe entre o poder da burguesia, autocrático por essência e o carácter democrático do poder dos trabalhadores, do socialismo.

Além de assim se entregar de mão beijada a democracia à voragem superestrutural da burguesia (já que a recusa de uma acção democrática das massas contrapõem a «insurreição armada» de uma minoria organizada) esta tese releva de outro erro: é que para ela (tese) a revolução socialista será obra de um grupo minoritário, iluminado pela mente clarividente dos seus dirigentes e dotado das armas necessárias à transição. A revolução não é, nesta óptica, um movimento de massas, é um processo de minorias organizadas, que a fazem de um só golpe, assegurando que os trabalhadores se deitem um dia vivendo em regime capitalista e acordem na manhã seguinte, reconhecidos e penhorados, em pleno socialismo...

A propósito recorde-se Rosa Luxemburgo: «A revolução socialista só pode ser obra da acção consciente da grande maioria, o que implica necessariamente a democracia.»

Negar o carácter democrático da luta pelo socialismo é negar o carácter socialista à sociedade que assim, eventualmente, possa ser construída... É o próprio Engels que o diz em 1845 quando trabalhava com Marx na elaboração da **Ideologia Alemã**: «A democracia passou a ser um princípio proletário, um princípio de massas. Ainda que as massas nem sempre se representem com clareza este significado da democracia, o único justo, toda a gente inclui na noção de democracia, ainda que confusamente, a aspiração à justiça social. A democracia do nosso tempo é o comunismo. A consequência necessária da democracia em todos os países civilizados é a dominação política do proletariado.»

É assim que por artifício de exposição se pretende confundir «articulação da democracia representativa e da democracia de base» com «parlamentarismo» e daí tirar dividendos políticos. Ora o que defendemos é radicalmente distinto: não se trata de preconizar a transição parlamentar; nem de identificar a luta nos ór-

gãos de democracia representativa com a participação no Parlamento. O que dizemos muito claramente é que a transição para o socialismo terá que ser um processo em que a participação das forças populares nos órgãos de democracia representativa (entre eles o Parlamento) se encontra estreitamente ligada à luta das massas populares e a ela subordinada por força do carácter político global do processo de transição. Só por manifestar má-fé será possível identificar esta posição com as teses da transição parlamentar, o «cretinismo parlamentar» de que Marx falava...

Da recusa a encarar frontalmente a questão da participação das forças populares nos órgãos de democracia representativa, refugiando-se no chavão da «insurreição popular armada», resulta uma notável tergiversação táctica, que vai desde a afirmação de princípio de não aceitar a participação em quaisquer processos eleitorais, porque burgueses, até à apresentação de propostas falhas de consistência política para formação de largas frentes eleitorais que iriam da Fraternidade Operária (então os «verdadeiros socialistas») até à UDP (passando, claro está, pelo próprio PRP) com vista a firmar com o PCP um Programa Comum de Governo... Que dizer pois desta proposta avançada por ocasião da queda do I Governo Constitucional quando, mais uma vez, a alternativa não era apenas «fascismo ou revolução», mas sim eleições gerais antecipadas? Furor eleitoral passageiro? Ou a melhor proposta para desencadear a insurreição armada?

Finalmente cumpre esclarecer que tivemos por objectivo apontar apenas alguns elementos que pudessem ajudar a clarificar o significado do processo de criação de uma organização dita unitária, revolucionária, de trabalhadores, dotada de «directão autónoma»... Não nos moveu qualquer intuito polemizador ou de ataque demolidor, mas sim a necessidade de contribuir para o repensar da esquerda em Portugal, dissecando alguns elementos daquilo que pensamos ser uma falsa alternativa. Muito fica contudo por dizer.

Daí que o nosso propósito fosse também o de alertar para os erros que representam análises idealistas e propostas de acção incoerentes, as quais poderão conduzir quem as apoia a becos sem saída, a novas frustrações, com a conseqüente desmobilização de militantes honestos, homens e mulheres que verdadeiramente lutam pelo socialismo, mas que circunstancialmente podem ser iludidos pela falsa consistência política e organizativa de uma força política com esta «nova» organização unitária de trabalhadores... ■

*Membro do Secretariado Executivo Nacional da UEDS.

uma Comissão Permanente Provisória que dirigira a formação social-democrata durante três meses, até a realização de novo congresso. Da comissão fazem parte elementos da linha sa-carneirista, concretizando-se assim a hegemonia registada na reunião do Hotel Sheraton. No entanto tudo esta ainda por decidir no PSD.

- 11 de Abril — Os sindicatos da Função Pública decidem suspender a greve de dois dias marcada para 13 e 14 e reiniciar as conversações com o Ministério da Reforma Administrativa. Na origem desta posição está o facto de Rui Pena ter admitido a intervenção dos sindicatos na definição das regras fundamentais do Estatuto da Função Pública.
- 13 de Abril — O Plano e o Orçamento para 1978 são aprovados na Assembleia da República. Votam a favor 127 deputados do PS e CDS. Votam contra 100 parlamentares do PSD, PCP, UDP, UEDS e independentes.
- 15 de Abril — Almeida Santos é agredido em Ponta Delgada, Açores, por vários manifestantes identificados com a FLA. O Conselho de Ministros, reunido de madrugada, decide que o ministro adjunto do primeiro-ministro, que se deslocara às Ilhas em missão partidária, prossiga a visita ao arquipélago. Posteriormente, é decidido o envio a S. Miguel de uma companhia do Corpo de Intervenção da PSP, o que virá causar uma série de incidentes com elementos separatistas. Deterioraram-se as relações PS-PSD.
- 18 de Abril — O tratado de amizade luso-espanhol é aprovado na AR por unanimidade e aclamação.

— Willy Brandt considera rígidas as condições postas a Portugal pelo FMI.

- 19 de Abril — Vitor Constâncio diz que «tem havido uma evolução do FMI em relação as suas posições iniciais». Designadamente, o limite máximo do défice da balança de pagamentos fixado pelo Fundo teria subido de 800 para 900 milhões de dólares.
- 21 de Abril — O Conselho da Revolução emite um longo comunicado de análise da situação política em que ressaltam as preocupações perante a «perigosa escalada das forças empenhadas na destruição do Estado democrático e das suas instituições, bem como da Constituição» e «a instabilidade no seio das Forças Armadas com a finalidade de desviar da sua missão constitucional». Condenando «as campanhas de desestabilização» e o «terrorismo verbal» o CR apela à «vigilância democrática».

FILME DA CRISE

ESCONJURAR

Há pelo menos dois séculos que se caracteriza o Estado e o Poder em termos fundamentalmente jurídico-políticos, isto é, em termos que se definem na sua relação com o direito, quer se considere o direito como a própria forma do Poder, quer se pense que o direito oculta apenas o exercício de uma certa violência, de um outro Poder que não se enuncia a si mesmo. E, no entanto, talvez seja precisamente há dois séculos que os mecanismos do Poder começaram clara e irreversivelmente a escapar à representação do direito, exercendo-se directamente sobre a própria vida dos homens, sobre os seus corpos, gestos, desejos, e pensamentos. É por isso que o Poder começa, abolida a imagem do direito, a ser pensado como uma técnica, uma tecnologia que se exerce sobre os homens concretos de um modo tão meticuloso e intenso que poderemos talvez dizer que é ele quem, na realidade, os produz e individualiza.

Mas não é só a concepção jurídica do Poder que hoje vacila: também o Estado, acerca do qual uma vaga e elástica concepção instrumentalista tinha pretensões a ter dito tudo, é hoje objecto de análises tão imprevistas quanto inovadoras, vindas nomeadamente do campo da antropologia. O livro «O Grão-Falar», de Pierre Clastres, recentemente publicado em excelente tradução de Luiza Neto Jorge, pela Editorial Arcádia, é disto um sinal importante.

Recolha de mitos e narrativa sagradas dos índios guarani, ele leva-nos ao encontro, a um encontro talvez já demasiado impossível para poder realmente ser pensado, com uma sociedade que se organizou de uma modo radicalmente original onde sobressai, como principal característica, a sua recusa do Estado.

As narrativas guaranis são sempre religiosas, o seu universo sustenta-se numa profunda religiosidade, mas esta religiosidade é intensamente política: foi com ela que os guaranis procuraram resistir aos brancos, assim como foi ela a arma de que se serviam para resistir, mais para impedir o aparecimento do Estado.

Habitualmente caracterizam-se as sociedades primitivas pelo que, aos nossos olhos, lhes falta: a história, a escrita, o Estado, dispensando-nos assim de ver o que elas têm de diferente. É precisamente a diferença, uma diferença que procura sempre preservar-se enquanto tal, que atravessa todas as narrativas recolhidas por Clastres, afirmando-se simultaneamente como política e religiosa. Os guaranis organizam-se em sociedades dirigidas por chefes, mas sociedades em que não há subordinação hierárquica (isto é, relações de mando-obediência), e em que os chefes não têm poder. Sociedades onde se trabalha o estritamente necessário para prover às necessidades da colectividade e de cada

Pierre Clastres

Pierre Clastres formou-se em Filosofia na Sorbonne tendo, com Lucien Sebag, Alfred Adler e outros, feito parte de uma célula comunista particularmente activa cujas perspectivas críticas o partido não suportou. Orientou-se posteriormente para a etnologia, tendo vivido com tribos índias do Paraguai, Brasil e Venezuela durante varios anos.

Publicou as seguintes obras:

— Chronique des indiens Guayaki, Ed. Plon, 1972.

— La Société contre l'état, Ed. Minuit, 1974.

— Le Grand parler — mythes et chants sacrés des indiens guaranis, Ed. du Seuil, 1974 (trad. port. da Ed. Arcádia).

— Archéologie de la violence, in Libre, n.º 1, 1977, ed. Payot.

— Malheur du guerrier sauvage, in Libre, n.º 2, 1977 ed. Payot.

Pertencia ao comité de redacção da revista LIBRE, com C. Lefort, C. Castoriadis, M. Gauchet e M. Abensour.

Tendo nascido em 1934, Pierre Clastres morreu em 29 de Julho de 1977.

O ESTADO

MANUEL MARIA CARRILHO

um, onde não há misérias mas, pelo contrário, abundância.

Partindo da análise destes factos Clastres afirma, numa outra obra que seria importante traduzir para português, «La Société contre l'État», que a sociedade primitiva só desaparece quando a economia se autonomiza, quando a produção se torna trabalho alienado e — e esta é talvez a mais perturbante e original tese de Clastres — que «a maior divisão da sociedade, que funda todas as outras, é a nova disposição vertical entre a base e o cume, o grande corte político entre os detentores da força (guerreira ou religiosa) e os submetidos a essa força. A relação política de Poder precede e funda a relação económica de exploração. Antes de ser económica a exploração é política: o Poder surge antes do trabalho, o económico é uma deriva do político, a emergência do Estado determina o aparecimento das classes.»

A relação política que permite e suscita o aparecimento do Estado é a mesma que provoca o desaparecimento do chefe a quem apenas se exigia que tivesse dons oratórios, fosse bom caçador e soubesse coordenar a guerra.

As chefaturas consolidam-se abrindo caminho à emergência do Estado num súbito deslizar da legítima mas impotente «vontade de prestígio» dos chefes tradicionais para uma motífera «vontade de Poder» (a que não será alheio, entre outros factores, o alargamento demográfico). Mas é ainda através dum reforço da sua religiosidade que os guarani vão procurar resistir ao aumento do Poder das chefaturas. Surgem profetas que pela palavra procuram salvar a sociedade pregando a recusa do Uno que eles identificavam com o Mal e onde nós podemos ver, nítida, a figura do Estado. Profetas que, pelo enorme êxito das suas pregações que mobilizavam multidões ultrapassando de facto o poder dos chefes, acabaram, afinal, por criar as condições para se instalar aquilo que eles mais tenazmente diziam combater: um Poder separado a caminho do Estado.

«Arqueologia do mal» e «genealogia da desgraça» são expressões que Clastres utiliza para caracterizar o pensamento guarani, pensamento que, ao mesmo tempo que reivindica uma igualdade com os seres divinos (cf. «As aventuras dos Gémeos») recusa, na própria sociedade, o aparecimento da diferenciação e da desigualdade que só o Uno instaurará.



A nostalgia do indiferenciado que percorre todas estas narrativas poderá ser um traço da sua derrota, mas é também a prova de que, vencidos, os guarani não deixaram nunca de insistir na sua diferença: «Continue a erguer-se o urucu imperfeito. Que com esse urucu se enfeitem as mulheres: e não com os ornamentos dos homens brancos. Porque nós devemos conservar-nos à parte. As coisas dos homens brancos não as suportamos nós sobre esta terra feia!»

Pierre Clastres, **O grão-falar (Mitos e cantos sagrados dos Índios Guarani)**. Tradução de Luiza Neto Jorge. Arcádia, Lisboa, 1977.

AS ESTRATÉGIAS DO PS E DO PC

ças Armadas que tinha desempenhado um papel na sua redacção, um instrumento de alcance revolucionário. A bem dizer, a seguir à Revolução, após o desmoronamento súbito do aparelho fascista, o país esperava antes um regime de inspiração nasserista ou peruana, e alguns sonhavam, se não com Praga, pelo menos com Cuba. Era esquecer dois dados fundamentais: aparte uma fracção activista minoritária, as Forças Armadas não queriam continuar a "fazer política", mas sim **retirar-se** da política, culpada a seus olhos da má reputação de que gozavam antes do 25 de Abril, mas também do desastre da guerra colonial. Por um momento, tentou-se assimilar os vencedores de Caetano a um **exército de libertação**, mas a analogia era grosseira e falaciosa. Era sobretudo de si próprio como força reaccionária que o exército se tinha libertado, ao mesmo tempo que punha fim ao regime de que era o principal pilar. Ex-exército colonizador, era pouco crível que se pudesse tornar, de um dia para o outro e no seu conjunto, um **exército revolucionário**. O povo português — ou uma grande parte dele — sentiu-se **libertado** após o 25 de Abril, mas essa libertação não podia em caso algum ser assimilada aos movimentos libertadores de povos jovens ou de povos que tinham o sentimento de serem colonizados por outros, como o Egipto, Cuba ou o Peru. É certo que, no dealbar da Revolução, se levantou diante da opinião pública um adversário capaz de justificar o impulso revolucionário, mas esse adversário, o **Capitalismo**, não tem um rosto histórico preciso aos olhos de uma população despolitizada. Não teve em Portugal a conjugação objectiva de um **conteúdo patriótico concreto** e do conteúdo ideológico próprio das lutas de classes, características de todos os triunfos **revolucionários**.

Portugal não se sente país ocupado, e, quanto à exploração capitalista, ela não aparece sob o rosto repelente de tal ou tal nação estrangeira, mas como uma actividade da burguesia nacional, segura do seu bom direito e de uma natural boa consciência. Em 1974, como desde então, Lisboa nada tinha que, de longe ou de perto, a predispuesse a desempenhar no Ocidente europeu, para onde se escoam mais de 60% das suas mercadorias, o papel de Havana, e menos ainda o de Praga...

No entanto, durante mais de um ano, a esquerda activa, sozinha, pôde fazer crer a uma Europa apanhada de imprevisto — e mesmo aos Estados Unidos — que uma tal hipótese era viável. No verão de 75, em Londres, o próprio Mário Soares, grande vencedor, com o P.S. português, das eleições de Abril do mesmo ano, declarava ao **Times** que o objectivo do seu combate político não era gerir, mas sim **acabar de vez com o capitalismo** em Portugal. É certo que anteriormente se tinha produzido o 11 de Março e, com ele, o único e autêntico abalo revolucionário: nacionalização integral da Banca,

estatização dos grandes grupos industriais do país, desmantelamento das propriedades de tipo feudal no Alentejo, etc. Não tendo ainda o exército consigo, o secretário-geral do Partido Socialista dificilmente poderia então usar outra linguagem. Aliás, nesse momento, Portugal dispõe ainda de consideráveis reservas em ouro para ostentar face ao estrangeiro um semblante de independência. Mas, à data em que Mário Soares fingia assim "aterrorizar" a Europa bem-pensante, o processo revolucionário encetava precisamente a sua involução.

Sem dúvida que o comportamento global do P.C.P. tem uma pesada responsabilidade no gozar de uma experiência revolucionária... que não poderia aliás conceber-se sem ele, e menos ainda contra ele, dada a fraqueza estrutural de um partido socialista de fresca data. As medidas revolucionárias que se sucedem ao 11 de Março recebem a sua caução e trazem a marca da sua inspiração, ou de pessoas então muito próximas dos seus objectivos globais. O P.S. nada mais pôde fazer do que ratificar, e por vezes reforçar, uma ruptura cuja iniciativa pertenceu ao P.C.P. e aos elementos mais revolucionários (até à utopia) das Forças Armadas. Sem essa "adesão" forçada, o P.S. teria sido excluído do processo político português após o 11 de Março, teria precipitado um confronto cujo resultado era então incerto. Salgado Zenha, o grande tático do P.S. nesse momento, permitiu assim que o seu partido permanecesse no interior do processo revolucionário e esperasse das eleições de Abril de 75 a oportunidade de se desferrar. Tornando, depois dessas eleições, que o P.C.P. e certos militares fizeram mal em querer minimizar, o primeiro partido de Portugal, o P.S. transforma-se rapidamente no partido da "resistência" crescente ao governo Vasco Gonçalves, apoiado pelos comunistas e pela maior parte das formações de extrema-esquerda. Durante o verão quente de 75, o P.S. soube aproveitar todas as inabilidades e todas as contradições da esquerda portuguesa, empenhada num movimento desenfreado de controlo dos meios de informação e dos centros de poder destinado a anular a vontade popular expressa pelo voto de Abril de 75.

Surpreendido pelo 11 de Março, mas reconfortado com os sucessos obtidos frente aos eleitores, o conjunto das forças conservadoras reagrupa-se em torno do P.S., mas também em torno de boa parte dos militares do 25 de Abril, indignados com os processos anti-democráticos da vanguarda revolucionária. O P.C.P. avaliou mal os pesos sociológicos específicos da realidade portuguesa, sobretudo a do Norte do país, de forte tradição católica e de pequena e média propriedade. Por detrás da sua atitude, como por detrás da atitude da maior parte das formações de extrema-esquerda, topamos uma vez mais com esquemas, tornados míticos, de tomada revolucionária do poder, que se têm revelado

NUNO BRAGANÇA, DIRECTAMENTE

ENTREVISTA POR JOÃO LOPES E JOSÉ CAMACHO COSTA

ABRIL — Se nos permite, gostaríamos de começar por propor uma comparação: — se **A Noite e o Riso** é como que o romance de uma memória cimentada, em que a fragmentação da escrita vem, por assim dizer, combater a linearidade e a lisura do passado como objecto; —

Directa será o livro de uma memória difusa, onde se reúnem, provisoriamente, uma escrita sistemática e obsessiva (“descritiva”?) e um passado ainda embrulhado com o presente (da própria escrita).

De que modo estes sentimentos (ou outros) atravessaram o trabalho de Nuno Bragança, escritor e **também** leitor da sua escrita?

N.B. — Em mim, a escrita é um acto reprodutor. Vou-me à vivência “passada” buscar matéria-prima para moldagem de palavras, como um oleiro ao barro. Resulta, no final de muito trabalho, uma nova vivência — a escrita última, aceite como texto destinado ao reviver pela leitura, que é a outra face da comunicação por escrita. Isto aponta naturalmente em frente, porque tudo quanto é vivo rejeita o saudosismo: eis uma das verdades que Proust assinalou com a **Recherche**.

Sucedem também que, no acto de escrever, me sobrevém com intensidade feliz a consciência de que estou escrevendo. É uma consciência que não estraga nada, antes pelo contrário. E é assim mesmo que tenho a necessidade de a passar ao leitor, com a precisão sóbria máxima possível. A denúncia desse **saber que estou escrevendo** não é tique de moda mas sinal de alegria. Assim a modos como quem, ao dar consigo a fazer bem amor, grita maravilhado “Estou amando!”

Em **A Noite e o Riso**, essa denúncia é mais aparente nas **Notas**, textos interruptores para acender mais luz (exemplo: “Vasculhava nos arquivos da cidade onde, desde que nado, vivia em riscos de mortalidade distraída. Percurso

através de ruas e de gentes, desejo ainda sem nome de me percorrer a mim ligado a um solo e via deste à seiva do Cosmos nosso Irmão. (...)

“Assim ia gerando. Uma revolta por mandato, que só tomaria validade no acto de a exprimir, escrevendo, rescrevendo.” — **A Noite e o Riso**.)

Mas (ainda em **A Noite e o Riso**) tal denúncia talvez esteja com mais força naquilo de o livro assinalar seu termo (de acto) no final do capítulo intitulado **Zana** (facto denunciado na última página, onde se regista ter sido em Belgrado que o processo de escrever terminou — no bar onde efectivamente o manuscreevi).

Em **Directa**, é na variação dos tempos verbais que se denuncia melhor essa consciência. Denúncia que figura mais toda ao longo do livro, talvez porque, contrariamente ao que vocês sugerem, a memória estava muito mais difusa para a escrita de **A Noite e o Riso** do que para a de **Directa**. Mas em qualquer desses dois livros há embrulho: um passado-presente gerando passadas de futuro.

Na obra em que ora estou, **Os Dias Sem Nome**, o entrançar de tempos é necessariamente mais complexo. Para alcançar a depuração final a que me sinto compelido: “Então — Zana — poderei escrever: que o meu primeiro-último passo dado enfim sou eu, na prosa como em toda a parte. Ou seja em toda a parte porque com prosa minha descoberta (‘Ouvi os teus passos no Jardim,’ respondeu o homem. ‘Tive medo porque estava nu e então escondi-me’)” — **A Noite e o Riso**.

O medo e a consequente ocultação de nós resulta da teia, não se procura matar a verdade viva. Não é de menosprezar que os evangelistas refiram várias vezes o aviso do Libertador: “Não temais”.

ABRIL — Há, em **A Noite e o Riso** como



Fig. 1.

A	B	C	D	E	F	G	A	B	C	D	E	F	G
H	I	K	L	M	N	O	H	I	K	L	M	N	O
P	Q	R	S	T	V	X	P	Q	R	S	T	V	X
à	è	ì	ò	ù	Y	Z	J	U	Æ	Œ	ſ	Y	Z
á		í	ó	ú	;	ſb	ff	ſ	Œ	œ	+	[]	!
à	è	ì	ò	ù	ft	ff	ff	Ç	ç	W	w	()	?
*	a	J	U	j	ft	ff	ff	ë	ï	ü	É	É	”

o	c	é	-	,		1	2	3	4	ſ	6	7	8
&	b	c	d	e		s	f	f	g	h	9	o	
z										ff	ff	k	<i>Quadrato</i>
y	l	m	n	i		o	p	q		fi	fi		<i>Quadrato</i>
x	v	u	t	Espaces		a	r	.	,				<i>Quadrato</i>

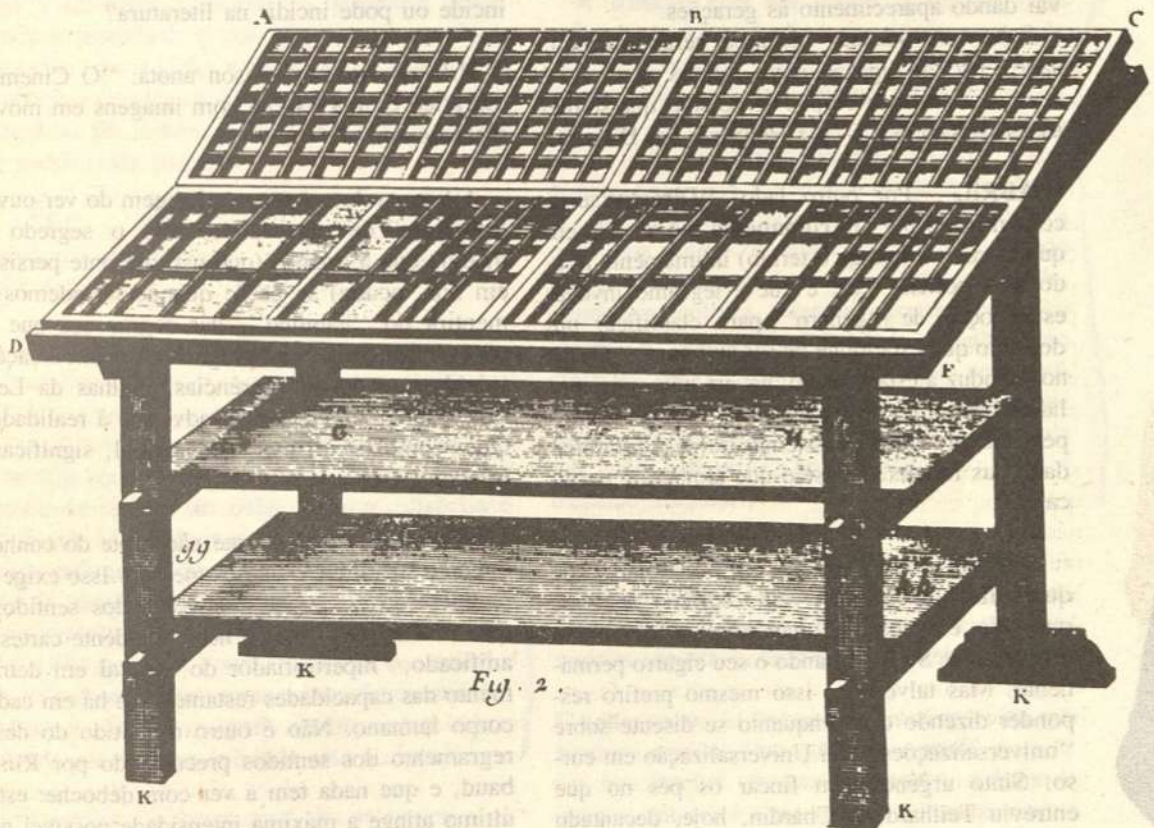


Fig. 2.

em **Directa**, a permanência e o deslocamento de uma figura simultaneamente literária e histórica a que poderíamos chamar Portugal, porque foi assim que nos ensinaram a nomear uma situação que nos habita e excede.

Será essa uma figura específica de uma certa prática da escrita? Ou, mais precisamente: haverá um **tempo** literário português?

N.B. — Se um povo é coisa complicada, Portugal é-o ainda quase mais.

Antes de iniciar **A Noite e o Riso** eu tinha-me descoberto português (como alguém que já adulto, tem o espanto de topar que é judeu). Isso veio por necessidade, em prática política: num contexto como o do "homem" em **Directa**, dei comigo a (sempre que podia) ler na História, e mais tarde a ler de História. Dos historiadores passei aos autores que se deram melhor à reprodução do acontecido (Fernão Lopes e Gaspar Correa, por exemplo). Continuo o meu escutar dos que desceram aos alicerces do hoje português, e trouxeram à tona descobertas vitais. Uma delas é a de que, dos tempos lusos, aquele que vivemos no pós-25 de Abril tem a ver com Portugal a redesenhar-se inteiro, no processo inverso ao da fragmentação que — infelizmente — foi também Império. Estamos num crescendo de agitação, estrebuchos de epilepsia colectiva. No final, haverá um grande espanto. Ou bom ou mau, consoante o que merecermos.

Só aceito a noção de "tempo literário português" se por "literário" se refere um instrumento de aprofundar o mais íntimo do real. Falo do que é plasmado no grande rio orgânico que vai dando aparecimento às gerações.

Sabermos **pontes**: "É uma herança difícil, sabe? Isto de ligação entre mortos e vivos, é sempre à custa de corpos de pessoas que se dão **essas** passagens" — diz Henrique em **Directa**.

ABRIL — Por outro lado, "**Directa**" surge contaminado por um **romanesco** (no sentido em que Barthes emprega o termo) intimamente ligado ao "policial" (se é que é legítimo invocar esta noção de "género" para classificar um domínio que está longe de ser autónomo). O que nos conduz a esta questão: haverá uma universalidade mínima do romanesco? Comunicamos pela universalidade dos temas ou pela cumplicidade das formas? Questão que também é política.

N.B. — Devo bastante ao tio Roland, de quem fui aluno, (num velho edifício de Paris que não envelhece), quando ele explicava o progredir de S/Z, fumando o seu cigarro permanentemente. Mas talvez por isso mesmo prefiro responder dizendo que, enquanto se discute sobre "universalizações", há Universalização em curso. Sinto urgência em fincar os pés no que entreviu Teilhard de Chardin, hoje, decantado dos seguidores de modas que, ainda bem, o vão deixando.

Digo: "Aceder a uma posição privilegiada da qual descortinamos, não sem emoção, que se o Homem já não é (como foi possível pensar em tempos idos) o centro imóvel de um Mundo completado — em compensação, ele (Mundo) tende doravante a representar, para experiência nossa, a flecha de um universo simultaneamente em via de "complexificação" material e de "interiorização" psíquica, dia a dia mais aceleradas (*La Place de l'Homme dans la Nature*).

Para quem curte Teilhard (no sentido que curtir alcança, no seu emprego por certa juventude inquiridora), é natural a ligação com a pontaria do **L'Homme Revolté**, essa obra a ruminar, e que assinala quão grande inteligente continua a ser Camus: "Nesta hora, em que cada um de nós deve retesar o arco para de novo prestar as suas provas, para conquistar, dentro da História e contra ela, aquilo que já possui; a escassa colheita dos seus campos, o breve amor desta terra; na hora em que finalmente nasce um homem, há que deixar a época e as suas fúrias adolescentes. O arco torce-se, a madeira range.

Quando a tensão atingir o seu máximo, brotará o vôo impetuoso de uma flecha direita, ao dardo mais duro e livre" (final de **L'Homme Revolté**)

ABRIL — Lendo "A Noite e o Riso" mas, sobretudo, lendo "Directa" é inevitável que, de um modo ou de outro, passemos pelo cinema e pela sua escrita específica.

De que maneira a experiência cinematográfica contamina a sua escrita ou, de um modo geral, incide ou pode incidir na literatura?

N.B. — Robert Bresson anota: "O Cinematográfico é uma Escrita com imagens em movimento e sons."

A Sétima Arte é reaprendizagem do ver-ouvir primordial de que esquecemos o segredo à medida que a criança (que não obstante persiste em nós, oculta) se perde quando acendemos à mentira do "habitual", das regras em que o adulto instala a sua progressiva imobilização suicida — jogo de aparências, malhas da Lei. Lei desdobrada em regras adversas à realidade. Que, como o corrimento menstrual, significam infecundação.

Não sei de salvação que não brote do conhecimento socrático, o de nós mesmos. Isso exige a recuperação do poder inteligente dos sentidos, que a "cultura" esbateu neste Ocidente cartesianificado, hipertrofiador do **mental** em detrimento das capacidades restantes que há em cada corpo humano. Não é outro o sentido do desregramento dos sentidos preconizado por Rimbaud, e que nada tem a ver com deboche: este último atinge a máxima intensidade possível no colaboracionismo escravo servidor da Lei. Que mata.





Nascida a cinematografia, qualquer escritor foi relembrado de que **escrever** é talvez o oposto de **descrever**.

Ao escrever uma personagem ou uma situação fujo a qualquer contorno da aparência deles. procuro reproduzir o real tal como, em mim, a captação do vivido me permitiu fazê-lo. A vivência corriqueira do escritor é um formar e acumular de sémen. Temos a responsabilidade de quem pode fecundar.

ABRIL — O que implica e envolve, para o cidadão Nuno Bragança, a ideia de contemporaneidade?

N.B. — A contemporaneidade, enquanto qualidade humana, é a capacidade para decifrar o Oceano a partir de uma gota dele. O Universo é energia, em diferentes graus de arranjo, de que resultam gradações de pureza e consequentemente de clareza de visão. Toda a cidadania é da Terra. Mas, por isso mesmo, quem se queira vivo tende para a busca dos sinais dos tempos, a fim de compreender qual a acção libertadora no espaço-tempo onde é responsável. Por mais que os profissionais do Poder enojem os que amam a Terra e desejam colaborar no seu florescer final, o sentido da palavra **polis** reveste-se, em última análise, da responsabilidade ante o sagrado.

O profeta é a forma mais alta da contemporaneidade enquanto encarnação. Não é de estranhar que, na nossa Era transviada, o profeta

quase só subsista no poeta. E a tendência crescente é a de marginalizar os poetas, anulando-os por encerramento em manicómios ou prisões — ou simplesmente na miséria.

A solução está em vencer a miséria (que sufoca a maior parte da humanidade), não pelo ouro embezerrado que é a produção industrial desnorteada, mas pela platina da pobreza que trabalha para satisfazer as necessidades essenciais. Falo de **despojamento**, palavra pouco audível pelos que, no hemisfério norte do planeta, insistem numa monstruosa engorda suína, à custa dos pobres, e dando esse exemplo safado aos povos ex-escravizados que acedem à independência política. Gandhi apontou saída ao relembrar que a finalidade do trabalho não consiste, nem na mera sobrevivência, nem muitos menos fabricar cada vez mais objectos — mas antes em permitir ao homem fazer-se, cada vez mais homem. O homem faz-se ao fazer o trabalho necessário.

O labor do artista dá sinal dessa realidade. A resistência que lhe cumpre vencer é, mais claramente, tão interior como exterior é ele, e as suas vitórias são actos políticos, de cidania universal.

É nesse ponto de luta pela (verdadeira) vida que procuro a minha "posição no terreno", como se diz em futebol. Enquanto escritor, cidadão e pessoa; enquanto neste veículo de conhecimento praticável que é o meu corpo mortal, portador de um nome provisório "Nuno Bragança". ■

Fotos
de João Lopes

ARTES

Almeida Faria publicou há muito o romance **Rumor Branco** a que foi atribuído o Prémio Revelação de Romance de 1962 da Sociedade Portuguesa de Autores. Em 1965, publicou **A Paixão**, que a crítica considerou como obra de invulgar qualidade. Apesar de novas edições destes dois livros, onde se manifesta um incessante processo de reescrita, os leitores de Almeida Faria aguardam outros livros. Prosseguindo o esquema de **A Paixão** (o mesmo número de capítulos, as mesmas personagens, o mesmo tempo da realidade narrada), Almeida Faria escreveu **Cortes**, segundo elemento duma trilogia. Apresentamos dois fragmentos de **Cortes**, inéditos para os leitores de ABRIL. A acção passa-se no Alentejo, dias antes do 25 de Abril de 74.

I

Sónia conheceu André antes deste entrar para a tropa e envolvê-la logo numa estratégia intelo-erótica feita de duelos libertários postos a circular depois de Maio, há anos já, mas cada vez mais actuais minando tudo em que tocavam. André é contra a guerra como quase toda a gente nesta terra, não o bastante porém para tornar-se refractário, ainda que decidido a desertar em sendo disso caso. Tal atitude coincide, por razões nem sempre idênticas, com directrizes do partido que entende necessário subverter por dentro o edifício militar, bastante abalado pelas sucessivas levadas de milicianos alistados à força, motor e vítimas próximas do desastre nas colónias. Dada a falta de oficiais do quadro, as armas estão nas mãos destes soldados improvisados, cujos postos chegam agora, em pouco mais de seis meses, a comandantes de companhia por isso designados capitães de aviário, solução dáda de resultados facilmente imagináveis. Uma vez que o poder apenas pretende prolongar tanto quanto possível uma luta perdida, a situação persiste. Assim a maioria dos que atiram ou mandam atirar é formada por esses mesmos que menos ganas têm de matar, que aprenderam a considerar aquilo um crime, arrastando os chicos, pouco motivados apesar dos aumentos de salário, a achar absurdo o combate prestes a dar o grande bafo. Sónia passa as férias com Arminda para estar perto de André, embora a uma à amiga a paixão pela política. Deitadas ambas ainda, a angolana provoca sua vizinha de cama

discursando que os pretendentes a europeus que vocês, portuguesas, são apenas nos defeitos, se transformaram na monstruosa miniatura-mostra de museu de horrores, exportando mão-de-obra branca para países avançados e importando caboverdianos para consumo em casa, aqueles que o lisboeta olha aos domingos passeando infelizes, roupas berrantes, caras tristes, nas ruas da cidade que eles limpam e constroem, onde o burguês os ignora, os suporta na melhor das hipóteses. Gente culta alcunha-os de putos dos putos, sendo puto sinónimo de portuga, vulgo portuguesinho, e este sinónimo de alugado aos ricos, daí, diz Arminda, negros e mestiços serem, a fim de fechar o ciclo do capitalismo, portugueses dos portugueses, ou não será assim? Claro, concorda Sónia e pergunta, pondo-se a pé, se não lhe não custa pertencer a um povo fador de milhares de mortos, inimigos e seus próprios, produtor de sobreviventes amputados, de "heróis indesejados" regressando às escondidas por enquanto, contudo hão-de atirar-nos à cara a vergonha um dia revolucionária; o que vale, única consolação, é que o arrastar do massacre servirá para tornar os vencedores radicais, e a nossa geração que pague as favas.

II

Moisés viu muito, viu demais, ele acha, viu a vila aos domingos cheia de homens vindos dos arredores rogar ao presidente da Cambra por trabalho, mais das vezes passavam o inverno em desemprego desde a apanha de azeitona até primeiras sementeiras, viu os mesmos mortos de fome enchendo o largo diante da Cambra nas eleições do Delgado e a Guarda Publicana disparando das janelas, diziam que para o ar mas mataram um desgraçado, no dia seguinte eram centenas alinhados ao longo dos quilómetros de estrada à espera que trouxessem de Lisboa o corpo do camarada, as autoridades tiveram que fazer um desvio no caminho que levava ao cemitério, nessa noite a vila tinha dois guardas a cada esquina e mais um jeep rondando por essas ruas desertas, viu camponeses suando sol a sol para ganharem 25\$00 e as mulheres 20\$00, ainda não há dez anos, agora casas abandonadas, aldeias sem vitalma ou só com velhos como ele, crianças poucas, o resto foi para fora, os raros rapazes novos andam na tropa, três e quatro anos de enfiada obrigados a assassinar outros em África, implorosos de que a sorte os não faça regressar em costume de pau, mandam promessas de lá, a sacristia da ermida está cheia dos seus presentes quando retornam inteiros, um crocodilo embalsamado, uma gibóia que dá duas voltas à sala, muitos devotos ex-votos que cada dia Moisés olha.

ALMEIDA FARIA



Monte alentejano, S. Gregório, Santiago, Rio de Moinhos

SOM DA LINGUAGEM

Por vezes reaprendo
o som inesquecível da linguagem
Há muito desligadas
formam frases instáveis as

palavras

Aos excessos do céu cede o silêncio
as constelações caem vitimadas
pelo eco da fala

REFERENTES

1974

O que fora o oculto som da vida
amado em
papéis surdos
silenciosos jornais
é o som de uma voz
A cinza gera a preterida
voz da poesia

1977

Aonde vão as vozes que vazaram
as pupilas extintas do ouvido
silenciosas esferas tantos anos
paradas? E a terra que rodara
sob a multidão clara por que pára
entre os signos dum tempo mal extinto?

FINAL

As palavras despedem-se dos dias
em que falar é o melhor serviço
Caem mortas e vivas da linguagem
vitimada

Mas quando regressarem
a sua fúria grande prenderá
nos humanos céus húmidos a arte
esquecida e excessiva da poesia

(do livro a publicar CAMPÂNULA)



Desenho de João Abel Manta

IMAGINAR PORTUGAL

1. O artigo de Eduardo Lourenço publicado nestas páginas é o documento-base a que nos vamos referir na nossa colaboração sistemática em **abril**.

2. Isto não quer dizer que **no fundo**, esse documento não nos suscite muitas dúvidas: porventura será esse o seu primeiro mérito. Noções como **autognose**, **o olhar mesmo do português médio**, e outras deverão ser aprofundadas e avaliadas na sua capacidade operatória quando se trata de «repensar Portugal». Terá sido o **olhar** de Luis António Verney, um olhar mesmo de português médio? E a acção dos «estrangeirados», que desde o Infante das Sete Partidas foram tão importantes na formação e transformação deste país, confunde-se ou cabe dentro dos limites de um qualquer processo de autognose?

Estas questões deixa-os em suspenso...

3. ...mas não, a que mencionarei, em seguida, embora o mais sucintamente possível.

Refiro-me a um vezo frequente nos melhores intelectuais portugueses, mesmo aqueles que se apresentam com uma «consciência adequada da vida e do país em que realmente vivem e morrem»: Trata-se de uma espécie de vício literário, de ausência de **olhar** sobre as coisas; ou por outras palavras de um olhar que só vê o que já foi institucionalizado pela escrita, num obscurecimento total da oralidade verdadeiramente originária. Um **diálogo** essencialmente discreto cujo estudo pode ser hoje tentado até cientificamente (semiótica), e que dificilmente resiste quando passado à escrita, está quase ausente da cultura portuguesa. (Refiro-me à

**ERNESTO
DE SOUSA**

**QUEM ESTUDARÁ
ESTETICAMENTE
ESTE PAÍS DE
GRANITO E DE
ESTUQUE?**

cultura culta, e que supõe uma certa continuidade) de facto fazem-se estudos pessoais e até se atenta em tal cancionário, tal ou qual forma espontânea de expressão «popular»; mas as paredes de Lisboa (pombalinas ou não) se alguém repara nelas é sob uma perspectiva sociologizante, por exemplo, nunca na mira do imaginário. Essa carência é tão definitiva que num ensaio como o referido de Eduardo Lourenço nem se manifesta a propósito a mais leve inquietação. Essa desinquietação existe porque há uma experiência que falha. É quase tudo. E como não estou muito preocupado em autognose permitam-me que mencione o que talvez ainda seja um ensaio universal sobre este assunto, a *Lettre sur les aveugles à l'usage de ceux qui voient* de Diderot: «... c'est à l'expérience à nous instruire sur des analogies qui semblent être de pure institution». O imaginário é melhor (para citar uma clássica fonte portuguesa) experimentá-lo... mas nós parece que nos fixámos desde quinhentos na segunda recomendação de Camões: julgar sem experimentar...

4. Desculpem-me fulanizar um pouco. Tive consciência talvez pela primeira vez desta profunda carência, na primeira leitura, adolescente e apaixonada, da *História da Cultura em Portugal* de António José Saraiva. Discuti o assunto com o autor em magníficas tardes de Paris... e escrevi no meu livro *Para o estudo da escultura portuguesa* (1965): «Um exemplo flagrante deste estado de coisas é-nos fornecido pela discutível, mas de qualquer modo fundamental, obra de António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, ainda incompleta. Apesar do que se poderia esperar do seu título e da justa afirmação do seu autor, relativamente às **formas de expressão da sensibilidade, mais directas, menos conceptuais** (no número das quais inclui as artes plásticas) — que o historiador da cultura **deve ter em conta**; a verdade é que o estudo dessas formas de expressão quase não transparece no curso dos três volumes publicados». Mas a discussão entre a cultura e a escultura não se adiantou, e hoje verificamos as mesmas **dificuldades** a que de resto já se referia o historiador.

5. É talvez interessante lembrar agora que o volume *Para o estudo da escultura portuguesa* teve origem em notas breves publicadas anos antes nas páginas de «Seara Nova». Essas notas que eram sempre acompanhadas de uma imagem também captada por mim, tinham um fim prático principal, imediato: provocar a atenção para imagens que ninguém vira, tão-pouco experimentara; dar conta da minha própria experiência com a máquina fotográfica (e propô-la aos outros como método); e em certos casos denunciar o desaparecimento, verificado ou provável, da respectiva imagem... (A indiferença não foi geral, e lembro-me de uma conversa

propositada de Fernando Piteira Santos, com quem não tinha nenhum convívio por aí além. A excepção que confirma a regra.)

5. Pois bem. vou iniciar uma série de **notas em Abril**, não sobre a escultura portuguesa, ou a pintura, ou as artes plásticas... mas sobre algo que pertencendo a domínio afim (digamos: a comunicação e a actividade estética audio-visual) tem que ver com um processo de vanguarda e de «tendência polémica» nas «artes» de hoje. E mostrar, pela experiência da imagem (mas a experiência tem que ir mais longe) que este é um dos meios indispensáveis para imaginar Portugal — sem o que não se pode pensar... correctamente. As artes plásticas hoje já quase não representam, actuam. Mostrar que a «Operação Estética no Alto de S. João (Arêgos)» de Alberto Carneiro, o «Mar-Água-Terra-Tempo» de Fernando Calhau ou as correias de lagar de José Carvalho, são realidades de experiência (não de instituição) indispensáveis para conhecer Portugal hoje.

Neste capítulo alguma coisa se tem feito para imaginar-pensar Portugal, fora do insuficiente ensaio **escrito**. Citarei apenas «Alternativa Zero», exposição-manifestação que teve intenções perspectivas (últimos dez anos) e prospectivas, e acerca da qual pensamos, petulantemente se quiserem, que o seu estudo é hoje indispensável. Se Eduardo Prado Coelho escreveu: «Esta manifestação cultural não se vê de fora, vê-se **de dentro: operatoricamente**. Percorrê-la é aceitar-se cada um como um elo vivo deste trabalho inacabável. É fazer do espaço a casa. Fazer do olhar o encontro. Do encontro o jogo. E desta cidade — por dentro iluminada como transparente. Alternativa para uma cidade — em última instância, cívica também. Se o quiserem». E José Luis Porfírio: «... não lê, porque **vive** e não pode fazer as duas coisas ao mesmo tempo, pondo em circulação palavras-chave ou ideias-força, veiculando sonhos e utopias, a carne e o sangue duma comunicação artística que perdeu ou abandonou se não o seu corpo pelo menos o seu esplendor físico... apostando-se — quem sabe? — numa outra característica indispensável a uma modernidade, a toda alternativa: A Lucidez!»

7. É claro que continua a ser indispensável **imaginar** o passado. E nesse sentido tanto são importantes as paisagens de Silva Porto, os «heróis» de Nuno Gonçalves (ainda que seja um nome suposto), como as gravuras pré-históricas do vale do Tejo — hoje quase todas submersas — os menhirs do Alentejo ou as frágeis esculturas em estuque «populares» do Algarve. Quem estudará esteticamente este país de granito e estuque? A este passado me refiro numa imagem simbólica neste número de **Abril** — que é também uma homenagem ao meu próprio trabalho. Se me dão licença. (É sempre a tática do exemplo.)



Na prática e de uma maneira deliberada e progressivamente mais consciente procuramos destruir a diferença entre a crítica e a operação estética, pelo menos no sector das "artes" até aqui mais ou menos discretas. A informação-discussão dos novos meios operatórios do processo estético moderno (valência do conceptual sobre o objectual, do projecto sobre o objecto) tornam aquela confluência mais urgente e útil. Um certo número de operações que vamos identificando com o nosso próprio projecto criativo são exemplos disso e doutras confluências (passado-futuro, o mesmo e o outro, etc.). Nomearei o encontro como arte (**meeting as art**) e o passado como arte (**past as art**). A primeira destas "operações" começou em 1969, num Encontro no Guincho, (Melo e Castro, Noronha da Costa, Fernando Pernes, António-Pedro Vasconcelos, Ana Hatherly, Artur Rosa, Helena Almeida, Jorge Peixinho, Ernesto de Sousa...). A segunda, mais fluída, podemos dizer que começou com as notas noutra lugar referidas, publicadas na "Seara Nova" nos finais dos anos 50. A imagem com que iniciamos esta série de exemplos das **tendências mais polémicas** assinala essa "operação": e relembra o passado megalítico deste território. É um menhir fálico, fotografado recentemente numa herdade colectiva dos Almendros, Alentejo. O leitor já pensou que a vanguarda se pode entender a partir da mais remota tradição? Se for ao Alentejo, para melhor imaginar-pensar Portugal. Lá encontrará também outras confluências, os camponeses da Reforma Agrária e vestígios das mais antigas ocupações da terra.

Ernesto de Sousa

EM PROL DA VERDADE

O como e o porquê
de um crime político:
A MORTE DE DELGADO

VALÉRIO OCHETTO

COLECCÃO



DOCUMENTOS DE TODOS OS TEMPOS

Uma outra realidade sobre um crime político. Factos, episódios e documentos históricos apresentados *finalmente* sem pressões político-partidárias.

Em Prol da Verdade — um livro, uma aventura. Uma viagem alucinante ao interior do regime de Salazar e da oposição no exterior: Paris, Argel, Roma, Rio de Janeiro, Praga, a rota de um livro, a história de um homem. *Em Prol da Verdade* — um grande furo jornalístico, um grande livro, um grande escritor — Valério Ochetto.

UMA EDIÇÃO



LIVRARIA BERTRAND